

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JOZYCLÉCIO MÉGDA

**LAZARILLO DE TORMES: ELEMENTOS HISTÓRICOS E REVERBERAÇÕES NA
FORMAÇÃO DO PERSONAGEM JOÃO GRILO, DE ARIANO SUASSUNA**

ALFENAS/MG

2020

JOZYCLÉCIO MÉGDA

**LAZARILLO DE TORMES: ELEMENTOS HISTÓRICOS E REVERBERAÇÕES NA
FORMAÇÃO DO PERSONAGEM JOÃO GRILO, DE ARIANO SUASSUNA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em História
Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas.
Área de concentração: Cultura, poder e religião.
Orientadora: Katia Aparecida Silva de Oliveira

ALFENAS/MG

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

Mégda, Jozyclécio
M496l Lazarillo de Tormes: elementos históricos e reverberações na
formação do personagem João Grilo, de Ariano Suassuna / Jozyclécio
Mégda – Alfenas, MG, 2021.
161 f.: il. –

Orientadora: Katia Aparecida Silva de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Universidade
Federal de Alfenas, 2020.
Bibliografia.

1. História e literatura. 2. Picaresca. 3. Lazarillo de Tormes.
4. Auto da Compadecida. 5. Residualidade. I. Oliveira, Katia
Aparecida Silva de. II. Título.

CDD- 860.9

JOZYCLÉCIO MÉGDA

**LAZARILLO DE TORMES: ELEMENTOS HISTÓRICOS E REVERBERAÇÕES NA FORMAÇÃO DO PERSONAGEM JOÃO GRILO,
DE ARIANO SUASSUNA**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovada em: 01 de dezembro de 2020.

Profa. Dra. Kátia Aparecida da Silva Oliveira
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira
Instituição: Universidade Vale do Rio Verde - UninCor-MG

Prof. Dr. Mário Danieli Neto
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Kátia Aparecida da Silva Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cilene Margarete Pereira, Usuário Externo**, em 01/12/2020, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mário Danieli Neto, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0423651** e o código CRC **461779C4**.

AGRADECIMENTOS

Obrigado, professora Kátia Aparecida Silva de Oliveira, pela constante contribuição literária, estrutural e pedagógica compartilhada nesses anos de estudos. Este trabalho surgiu por inspiração das suas aulas, que reverberam motivação e interesse.

Aos professores Cilene Margarete Pereira e Mário Danieli Neto, pelas orientações sugeridas no exame de qualificação, que contribuíram com a estrutura deste trabalho. Suas indicações de leitura tornaram-se “obras de cabeceira”.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, pelas discussões propostas nas aulas, pela solicitude e pelas propostas que auxiliaram na estruturação deste trabalho.

À professora Maria Luíza Alves pela revisão e considerações textuais.

A minha companheira Valquíria e aos meus filhos João Gabriel e Maria Luíza, fontes de esperança em minha vida.

Aos meus pais, que me sempre me impulsionaram na educação.

Aos meus irmãos, amigos e familiares, gratidão pela paciência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O romance picaresco espanhol é um gênero propício para o estudo de relações interdisciplinares e intertextuais. O cotidiano, a rotina do homem simples e o discurso do marginalizado, constituem locais onde acontece a História. O emaranhado histórico, particularmente o estudo do contexto econômico, é preponderante tanto para o surgimento do pícaro espanhol, figura literária que tem sua gênese no contexto da evolução histórica da sociedade espanhola dos séculos XV e XVI, quanto para a expansão e renovação do gênero picaresco nos contextos equivalentes. A obra *Lazarillo de Tormes* (aprox. 1552-1554) é o primeiro romance picaresco e nos apresenta o pícaro Lázaro de Tormes. Por acreditar nas equivalências históricas e narrativas permeadas por esse gênero, o personagem João Grilo, da obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, foi analisado como herança do pícaro espanhol. Para tanto, organizamos este trabalho buscando estabelecer um panorama do contexto histórico espanhol do século XVI e de seu imaginário coletivo a partir da obra literária *Lazarillo de Tormes*, bem como reconhecer as possíveis correspondências desse imaginário e desse contexto histórico na sociedade nordestina do século XX, representados pelas *residualidades* inerentes ao personagem João Grilo. Reconhecemos que o pícaro Lázaro de Tormes, assim como o neopícaro João Grilo, permitem uma análise da realidade a partir da perspectiva da marginalidade social inserida nos respectivos momentos históricos e culturais. A picaresca seria, assim, um gênero capaz de atuar como registro histórico, uma documentação. Por meio de pesquisa bibliográfica, tecemos um corpo teórico e alinhavamos os nossos objetivos. O estudo e o desenvolvimento deste trabalho proporcionou a construção de um objeto educacional de aprendizagem capaz de promover a interação teórica entre o imaginário narrativo da sociedade espanhola do século XVI e as reverberações herdadas pela literatura de Ariano Suassuna no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: História e literatura. Picaresca. *Lazarillo de Tormes*. *Auto da Compadecida*. Residualidade.

RÉSUMEN

La novela picaresca española es un género propicio al estudio de relaciones interdisciplinarias e intertextuales. La vida cotidiana, la rutina del hombre simple y el discurso del marginalizado constituyen lugares donde sucede la Historia. El mosaico histórico, particularmente el estudio del contexto económico, es preponderante tanto para el surgimiento del pícaro español, figura literaria que tiene su génesis en el contexto de la evolución histórica de la sociedad española de los siglos XV y XVI, como para la expansión de la renovación del género picaresco en los contextos equivalentes. La obra *Lazarillo de Tormes* (hacia 1552-1554) es la primera novela picaresca y nos presenta el pícaro Lázaro de Tormes. Por creer en las equivalencias históricas y en las narrativas permeadas por este género, el personaje João Grilo, de la obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, fue analizado como herencia del pícaro español. Para eso, hemos organizado este trabajo buscando establecer un panorama histórico español del siglo XVI y de su imaginario colectivo a partir de la obra literaria *Lazarillo de Tormes*, así como reconocer las correspondencias posibles de ese imaginario y de ese contexto histórico en la sociedad nordestina del siglo XX, representados por las residualidades inherentes al personaje João Grilo. Reconocemos que el pícaro Lázaro de Tormes, bien como el neopícaro João Grilo, permiten un análisis de la realidad a partir de la perspectiva de la marginalidad social inserida en los respectivos momentos históricos y culturales. El picaresco sería, así, un género capaz de actuar como registro histórico, una documentación. Por medio de la pesquisa bibliográfica, hemos tejido un cuerpo teórico y elaboramos nuestros objetivos. El estudio y el desarrollo de este trabajo ha proporcionado la construcción de un objeto educacional de aprendizaje capaz de promover la interacción teórica entre el imaginario narrativo de la sociedad del siglo XVI y las reverberaciones heredadas por la literatura de Ariano Suassuna en el Nordeste brasileño.

Palavras clave: Historia y literatura. Picaresca. Lazarillo de Tormes. Auto da Compadecida. Residualidad.

ABSTRACT

The Spanish picaresque novel is a favorable genre to the study of interdisciplinary and intertextual relationships. Daily life, the routine of the simple man and the marginalized discourse, constitute places where History occurs. The historical medley, particularly the study of the historical context, is prominent to the appearance of the Spanish picaresque character that has its genesis in the context of the historic evolution of the Spanish society of the XV and XVI centuries, as well as to the expansion and renovation of the picaresque genre in equivalent contexts. The literary work *Lazarillo de Tormes* (around 1552-1554 D.C.) is the first picaresque novel and introduces us to the picaresque character Lázaro de Tormes. Because we believe in historic equivalences and in narratives permeated by this genre, the character João Grilo from the novel *Auto da Compadecida*, by Ariano Suassuna, was analyzed as an inheritance of the Spanish picaresque character. Therefore, this work was organized aiming at establishing a viewpoint of the Spanish historical context of the XVI century and of its collective imaginary from the literary work *Lazarillo de Tormes*, as well as at identifying the possible correspondences of this imaginary and this historical context to the Brazilian Northeastern society of the XX century, represented by the residualities inherent to João Grilo. We acknowledge that the picaresque character Lázaro de Tormes and the neo-picaresque character João Grilo permit an analysis of the reality under the perspective of social marginality inserted in the respective historic and cultural moments. Thus, the picaresque would be a genre capable of acting as historical record, a document. By means of bibliographic research, we have weaved a theoretical body and tacked our objectives. The study and development of this work has provided the construction of an educational learning aim capable of promoting theoretical interaction between the narrative imaginary of Spanish society of the XVI century and the inherited reverberations in Ariano Suassuna's literature in the Brazilian Northeast.

Key words: History and Literature. Picaresque. *Lazarillo de Tormes*. *Auto da Compadecida*. Residuality.

SUMÁRIO

PARTE 1

| | | |
|------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | DA ESPANHA DOS ÁUSTRIAS AO NORDESTE BRASILEIRO | 17 |
| 2.1 | Da Reconquista à casa dos Áustrias | 17 |
| 2.1.1 | <i>A Casa dos Áustrias</i> | 22 |
| 2.1.2 | <i>Ordem social e economia</i> | 24 |
| 2.2 | O nordeste em meados do século XX | 31 |
| 2.3 | Relações entre Espanha e Brasil: coincidências, equivalências e residualidades | 39 |
| 3 | PICARESCA ESPANHOLA: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS | 52 |
| 2.1 | O pícaro | 55 |
| 2.2 | A picaresca clássica espanhola e os desdobramentos da picaresca na modernidade | 62 |
| 2.3 | O malandro na literatura brasileira | 67 |
| 4 | LAZARILLO E JOÃO GRILO | 78 |
| 4.1 | O pícaro <i>Lazarillo</i> | 79 |
| 4.2 | João Grilo – o neopícaro | 87 |
| 4.3 | Reminiscências na obra de Suassuna | 97 |

PARTE II

| | | |
|------------|---|-----|
| 5 | O PROCESSO DE ENSINO E OS OBJETOS DE APRENDIZAGEM | 109 |
| 5.1 | As TICs e o objeto de aprendizagem | 117 |
| 5.2 | Descrição e caracterização do objeto de aprendizagem | 122 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 145 |
| | REFERÊNCIAS | 153 |
| | ANEXOS | 161 |

PARTE I

1 INTRODUÇÃO

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso (GINZBURG, 2006, p. 11).

As imagens, as ideias e os conceitos correspondentes aos acontecimentos percebidos pelas pessoas constituem operações mentais capazes de prover à consciência a representação do real. Essas representações acabam por criar o que Pesavento (1995, p. 115) chama de “padrões de referência identitário”, que moldam estereótipos, definem papéis e pautas de comportamentos. Percebemos que as representações da realidade, por articulação de processos simbólicos, têm o poder de induzir as pessoas a seguirem um padrão de referência, personificado por ações individuais e coletivas capazes de gerar a identidade e as práticas sociais.

As relações entre a política e a representação fragmentada da realidade têm sido discutidas sob diferentes perspectivas teóricas no decorrer dos séculos, no entanto, como nos aponta Medina (2009, p. 128), “a representação da História foi por muito tempo o fragmento que informava os avatares do poder”. Acerca dessa revelação, observamos que a História recorreu ao viés utópico da representação da realidade, valorizando as grandes conquistas e os seus exímios protagonistas. A utopia gerada seria, então, o que Medina (2009, p. 137) caracteriza como “o calmante e a anestesia que faz esquecer a dor”.

Essas distorções apontadas por Medina (2009, p. 127) têm despertado em alguns historiadores a busca por uma narração que leve em conta o universo multiforme que nos envolve. Para esses, o cotidiano, a rotina do homem simples e o discurso do marginalizado constituem um dos locais onde acontece a História. Amparados nessa premissa, pretendemos, neste trabalho, elucidar o quanto a literatura resguarda conexões com o contexto histórico, possibilitando um conhecimento mais completo das relações sociais, que, por meio de suas desigualdades, permitiu a gênese narrativa do subalterno. Duas obras pertencentes a contextos históricos diferentes no tempo e no espaço foram analisadas em função desse objetivo. *Lazarillo de Tormes* (1555), romance espanhol de autoria anônima, que sucede o universo edulcorado do herói medieval representando o drama de um protagonista concreto,

um homem marginalizado, que mostra a dimensão trágica de sua natureza concreta subsistindo em meio às crises sociais, e a obra *Auto da Compadecida*, peça de teatro, de 1955, do autor Ariano Suassuna, que reverbera a figura do marginalizado subsistindo em meio às desigualdades sociais no contexto nordestino brasileiro, em meados do século XX.

Essas obras resguardam características do cotidiano do homem simples, constituindo-se em potencial matéria para os historiadores. O ambiente ficcional da literatura surge pela invenção de um autor envolvido com seu tempo histórico. Essa relação nos permite traçar um parentesco entre os dois campos do conhecimento. Afinal, ao escolher os fatos que merecerão destaque na construção de suas tramas, o historiador, de acordo com Mendonça e Alves (2013, p. 123), não deixa de inventar à sua maneira. Nessa condição, se a visão literária da narrativa histórica pode ser interpretada como uma intenção do historiador, também julgamos pertinente rememorar a visão do consagrado escritor de romances, José Saramago, o qual afirma que

[...] parece legítimo dizer que a História se apresenta como parente próxima da ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, procede a omissões, portanto a modificações, estabelecendo assim com os acontecimentos relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram. É interessante verificar que certas escolas históricas recentes sentiram como que uma espécie de inquietação sobre a legitimidade da História tal qual vinha sendo feita, introduzindo nela, como forma de esconjuro, se me é permitida a palavra, não apenas alguns processos expressivos da ficção, mas da própria poesia. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar perante um romancista da História, não no incorreto sentido da História romanceada, mas como o resultado duma insatisfação tão profunda que, para resolver-se, tivesse de abrir-se à imaginação (SARAMAGO, 1990, p. 16).

A perspectiva acima, do escritor de ficção e um dos grandes escritores do que chamamos de romance histórico contemporâneo, José Saramago, reforça a ideia de vizinhança entre a História e a Literatura.

Em função disso, percebemos o quanto a tradição literária é capaz de comunicar o comportamento do homem inserido num determinado contexto histórico e social. Por meio de alguns personagens do romance ou do teatro, por exemplo, aspectos de uma época sobrevivem por séculos. A concepção e a evolução da literatura como fonte de documentação têm permitido a recuperação de narrativas ou outras formas de representação literária a fim de interpretar de modo mais coerente os aspectos históricos e sociais do passado.

É o caso da picaresca clássica espanhola, que viabiliza uma leitura da sociedade espanhola do século XVI sob a ótica do marginalizado. É o caso também das obras consideradas “neopicarescas”, que reverberaram essa forma de análise social pela Europa e pela América, em função do processo de colonização. Essa possibilidade de analisar

narrativas atentando para os elementos históricos implicitamente presentes é o que nos motivou a buscar as possíveis correspondências entre a sociedade espanhola do século XVI e a sociedade brasileira da metade do século XX.

Quando um romance ou uma peça teatral contam algum evento que supostamente aconteceu em algum lugar, em um tempo específico, eles estão falando do homem. O personagem, seja pela narração ou pela ação, é a concretização de um ser fictício que sugere certo tipo de realidade. Por essas considerações, anunciadas por Candido (2007, p. 78), reconhecemos que o pícaro Lázaro de Tormes, assim como o neopícaro João Grilo, permitem uma análise da realidade a partir da perspectiva da marginalidade social inserida nos respectivos momentos históricos e culturais. A picaresca seria, assim, um gênero capaz de atuar como registro histórico, uma documentação.

É o caso do personagem João Grilo que, mediante suas ações, é também capaz de descortinar comportamentos de sua esfera social. O discurso e o comportamento neopícaro guardam correspondências com as atitudes do pícaro. Atitudes que compreendemos como heranças comportamentais da picaresca que reverberaram na cultura nordestina. De forma explícita, pelas declarações do próprio autor Ariano Suassuna, e, de forma implícita, pela nossa análise do comportamento dos personagens, depreendemos que é possível estabelecer um estudo sobre essas permanências, embora evoluídas e adaptadas, da leitura histórica pela perspectiva marginalizada.

Para isso, adotamos a *Teoria das Residualidades*, um método investigativo sistematizado por Roberto Pontes, baseado na percepção de correspondências literárias e culturais de obras antigas, por exemplo, do medievo, nas expressões literárias e culturais da contemporaneidade. Pontes (1999) observa que a transmissão dos padrões culturais acontece por meio do contato entre os povos no processo civilizatório, fato que corrobora para nosso processo de *hibridação cultural*. Dessa forma, a *residualidade* seria caracterizada pelo que remanesce de uma época para outra, não se restringindo ao fator do tempo.

Para tanto, organizamos este trabalho buscando estabelecer um panorama do contexto histórico espanhol do século XVI e da construção de seu imaginário coletivo a partir da obra literária *Lazarillo de Tormes*. Ao mesmo tempo, reconhecer as possíveis correspondências desse imaginário e desse contexto histórico presentes na sociedade nordestina do século XX, representados pelas *residualidades* inerentes ao personagem João Grilo, da obra *Auto da Compadecida*, do escritor paraibano, Ariano Suassuna.

Por meio da *Teoria das Residualidades*, consideramos possível buscar as reverberações da cultura ibérica presentes no Nordeste brasileiro, região que foi o porto

acolhedor das tradições ibéricas no século XVI. Para tal empreitada, investigamos as correspondências intertextuais que motivaram a formação de personagens presentes em tempos e em espaços diferentes, mas que guardaram condutas e discursos comuns. Nesse sentido, analisamos comparativamente os comportamentos dos personagens Lázaro de Tormes, da obra *Lazarillo de Tormes*, e de João Grilo, da obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna.

Ariano Suassuna tornou-se dramaturgo, criando e apresentando aos leitores obras riquíssimas em aspectos da cultura nordestina brasileira, mas com influência marcante do teatro medieval. Com esse viés medieval observado em suas peças, Suassuna transmite em sua obra críticas à sociedade por meio do riso e por meio de características que remetem o leitor a grandes obras da dramaturgia europeia. Conforme Vassalo (1993, p. 17), “constatamos a presença medieval não só em práticas culturais do nordeste como nas fontes temáticas, nos modelos formais do gênero literário, nas matrizes textuais e no próprio tipo de dramaturgia que o autor emprega”.

Neste trabalho, sob a luz da caracterização da figura do pícaro, definida por Mário M. González (1994), e pela evolução do neopícaro brasileiro, apresentada por Antônio Candido (1970) e debatida por outros autores citados, analisamos o personagem João Grilo por meio do esquadramento do seu percurso em *Auto da Compadecida*, demonstrando os traços da picardia clássica cristalizados em sua narrativa pelo fenômeno das *residualidades*.

Oscar (2000, p. 9) encontra, na obra teatral *Auto da Compadecida*, “um parentesco com gêneros mais antigos, de outras épocas e regiões”, caracterizando o *Auto* como parte das tradições da Idade Média. Concentramo-nos nesses parentescos para justificar uma recriação do gênero picaresco aos moldes da cultura brasileira. Por esse viés, entendemos não se tratar de uma cópia da picaresca clássica, mas de uma incorporação de resíduos de outras épocas.

O *Auto da Compadecida* é uma obra do teatro popular, escrita em 1955 e convertida em livro no ano seguinte. Retrata parte do povo nordestino, que é representado moral e politicamente nesse auto. Trata-se de uma peça que deixa implícito um rigor formal influenciado pelos autos medievais e pelos modelos ibéricos de Calderón de La Barca e de Gil Vicente, por um lado, e pela picaresca, por outro. A peça estreou no Recife, em 1956, no Teatro Santa Isabel, sob a direção de Clênio Wanderley. É um clássico do teatro popular brasileiro (PANDOLFI, 2016, p. 2).

A obra apresenta elementos culturais capazes de suscitar questionamentos comparativos com outras obras do passado. Para compor essa análise, o discurso e o comportamento do personagem João Grilo constituíram a base para provar a reminiscência da

picaresca na cultura nordestina. Um gênero que emerge em contextos históricos de desigualdade social para dar voz aos subjugados. Nesse sentido, este trabalho permitiu uma investigação dos contextos históricos que, possivelmente, influenciaram a formação dos personagens João Grilo e Lázaro de Tormes. Entendendo que, por resguardar conexões com contexto histórico, a literatura pode ser uma fonte de documentação, reconhecemos que a leitura histórica, pela perspectiva do marginalizado, colabora para a compreensão do complexo universo que nos envolve. Essas relações entre os personagens demonstram que a picaresca é um gênero acessado em cenários de desigualdades sociais e porta-voz do subalterno.

Por essas vias, detectamos, na ação de João Grilo, um resíduo que o ligava ao discurso de Lázaro de Tormes. Cientes de que esses personagens atuam como reveladores de um certo tipo de realidade, estabelecemos um estudo das condições sociais específicas de cada época que permitiram o discurso narrativo e a expressão do subalterno. A partir de formas literárias como o romance e o teatro, elucidamos parte do contexto histórico de sociedades distintas no tempo e no espaço, mas que mantêm conexões culturais ativas detectadas pelo método investigativo das *residualidades*.

No primeiro capítulo, intitulado de “Da Espanha dos Áustrias ao Nordeste brasileiro”, preocupamo-nos em elucidar os acontecimentos significativos que marcaram a sociedade espanhola durante o século XVI. Sustentados principalmente pelos estudos de González (1986, 1988, 1994 e 2010), Vicens Vives (1974), Ortega Cervigón (2018), García de Cortázar e González Vesga (2015) e García Sanjuán (2013), pareceu-nos interessante explicitar os processos históricos que levaram ao contexto representado na obra *Lazarillo de Tormes*, como, por exemplo, o processo histórico da Reconquista territorial, os aspectos políticos que instituíram a semente da monarquia absoluta ou a formação da casa dos Áustrias, contribuindo para a construção do imaginário coletivo do povo espanhol.

Amparados pelos estudos de Holanda (1995), Mello (1999), Furtado (2007) e Prado Junior (2011), passamos para a investigação do cenário econômico e social do Nordeste brasileiro em meados do século XX. Nesse ponto do trabalho, buscamos atentar para as possíveis coincidências entre a realidade socioeconômica da Espanha dos Áustrias e o Nordeste brasileiro.

Adotamos o termo “coincidências” para designar as prováveis relações políticas e sociais germinadas em sociedades distintas que se encontram em quadro de crise social. Partindo do princípio teórico das *residualidades*, discorreremos sobre as influências culturais da Península Ibérica no Brasil.

Reservamos o segundo capítulo, intitulado “Picaresca espanhola: história e desdobramentos”, para um estudo da picaresca clássica espanhola que demonstra ter uma origem vinculada à publicação da inovadora obra *Lazarillo de Tormes*, de autoria anônima, em 1554. De nossa parte, adotamos os pressupostos estabelecidos por González (1988, p. 40) que levam em conta duas questões para se falar em romance picaresco: primeiro, o aspecto histórico que a modalidade carrega, o que leva a entendê-la como um processo intertextual e integrado com a realidade. Em segundo lugar, compreendemos que toda a conceituação de “picaresca” deve ser compreendida como a integração de um certo tipo de história num certo tipo de discurso.

Narrada em primeira pessoa, a obra nos coloca no interior da perspectiva do próprio protagonista, que, pelo seu discurso, integra o gênero a uma análise crítica da sociedade contemporânea. Esse sentido crítico viria a ser depois um dos traços comuns a todos os romances chamados picarescos ou neopicarescos, tipos de obras que discutimos neste capítulo interpretando os desdobramentos da picaresca clássica na modernidade.

Dessas reverberações, percorremos a trilha do gênero picaresco fora do contexto espanhol para chegar ao que consideramos sua forma híbrida no contexto brasileiro, representado pelo discurso e pela figura do malandro, uma espécie de atualização do pícaro espanhol, um neopícaro, sob a concepção da *Teoria das Residualidades*.

Ao considerar a obra *Lazarillo de Tormes*, discorremos sobre a perspectiva literária que ultrapassa o fenômeno puramente estético para instaurar-se como uma manifestação cultural e, portanto, uma possibilidade de registro do movimento que o homem realiza no seu processo histórico, revelando suas visões de mundo, o que tem permitido aos historiadores assumi-la como um campo de pesquisa. O texto anônimo é hoje considerado uma inovação e também uma das raízes do romance que instaura a figura do anti-herói como protagonista dos textos ficcionais narrativos. Lázaro de Tormes representa a negação do herói medieval por não possuir nenhuma de suas virtudes e por agir em função de sua própria satisfação. Empreende, assim, a derrubada de estereótipos heroicos, denunciando a ociosidade e a hipocrisia manifestadas pela sociedade que os seguia.

Após a leitura de *Lazarillo de Tormes* e a interpretação das condições sócio-históricas que permearam a construção do personagem Lázaro de Tormes, dedicamo-nos, no terceiro capítulo, que tem como título “Lazarillo e João Grilo”, a evidenciar as práticas presentes no personagem João Grilo que o caracterizam como neopícaro. O estudo do *Auto da Compadecida* permite, assim, reconhecer o olhar crítico do neopícaro, como um discurso marginal, que revela as desigualdades do Nordeste Brasileiro em meados do século XX.

Por fim, deve-se mencionar que o Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, da Universidade Federal de Alfenas, exige, para o mestrado profissional, a construção de um objeto de aprendizagem (O.A.) utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Esse recurso pedagógico tem a função de dinamizar parte do tema da dissertação, adaptando-o ao conteúdo do Ensino Médio. Assim, na segunda parte deste trabalho, na qual apresentamos o quarto capítulo, que tem como título “O processo de ensino os objetos de aprendizagem”, dedicamo-nos a uma revisão bibliográfica relacionada aos processos pedagógicos para rememorarmos os procedimentos de ensino, os objetivos educacionais e a relação do aprendizado com o contexto social e individual. A partir da revisão teórica dos processos de ensino, empenhamo-nos na criação de uma prática didática, um objeto de aprendizagem, baseado no modelo dos itinerários formativos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que auxilie o professor do Ensino Médio nos processos de ensino e de aprendizagem relacionados ao conteúdo de nossa proposta.

Enfatizamos, neste trabalho, uma leitura crítica da obra *Lazarillo de Tormes*, acatando, assim, ao conselho anunciado pelo autor anônimo no prólogo dessa obra: “[...] pois pode ser que alguém que as leia, nelas encontre algo que lhe agrade” (ANÔNIMO, p. 19). E encontramos. Essa leitura crítica, estendida à obra *Auto da Compadecida*, demonstrou interessantes coincidências sobre o modo como os oprimidos, Lázaro de Tormes e João Grilo, enfrentam as adversidades. Essas reações nos revelam o pícaro e o neopícaro, denominações comportamentais que ultrapassam a medida do bem e do mal, guiando-se pela necessidade da sobrevivência. As ações por eles praticadas são reflexos involuntários despertados por estruturas sociais e temáticas semelhantes. Por meio deles, as respectivas organizações sociais são acessadas pelo contexto de desigualdade social e a temática pelos momentos de crise. Crises e desigualdades constantemente remanescentes em agrupamentos sociais em tempos distintos e revelados pela literatura.

As diferentes estruturas literárias, o romance e a peça de teatro, foram acessadas historicamente para dar voz aos subalternos. Lázaro e João Grilo demonstram, além de sua natureza humilde, parâmetros semelhantes, como a vida errante e repleta de trapagens, a condição servil, a fome como mestra da necessidade, o discurso necessário à sobrevivência e o choque áspero com a realidade. Comportamentos que fazem desses personagens seres de fronteira, capazes de superar a dicotomia entre o bem e o mal e revelar as nuances das corrupções humanas. São, portanto, entidades fictícias que nos proporcionam uma análise social de seu tempo.

Lázaro e João Grilo são as ferramentas que os autores utilizam para descortinar as fendas históricas, as mazelas sociais de maneira contextualizada. Afinal, o ambiente de miséria já não permite a figura de um herói idealizado. Lázaro e João Grilo são expressão e registro da desarmonia existente no sistema social. Por meio de uma cultura popular e de um discurso coloquial, João Grilo retoma, aos moldes nordestinos, a reflexão de Lázaro.

2 DA ESPANHA DOS ÁUSTRIAS AO NORDESTE BRASILEIRO

Os elementos históricos correspondem aos fatos e aos relatos vivenciados pelas sociedades e propagados pelas fontes diversas de uma época ou de um pensamento específico. Esses elementos constituem-se entes formadores da memória histórica, conceito que adotaremos e relacionaremos neste trabalho coadunando com García Sanjuán (2013, p. 63), que entende a memória histórica como o conjunto de ideias que coexistem em uma determinada sociedade a respeito do seu passado. Nesse sentido, o contexto histórico em que surge a picaresca deve ser reconhecido no intuito de definir-se não apenas a situação imediata, mas de mostrar-se a evolução histórica do pensamento que orienta a sociedade espanhola do século XVI.

2.1 Da Reconquista à Casa dos Áustrias

Como marco dessa evolução histórica do pensamento espanhol, podemos entender a adoção, pelas classes dominantes, de um modelo social e político caracterizado pela centralização do poder na forma da monarquia absoluta e pela unificação ideológica dos cidadãos peninsulares. A centralização tende a promover a gradual exclusão dos estratos economicamente inferiores, daqueles emergentes na forma de burguesia e até dos grupos da nobreza secundários ou que não se identifiquem com o pensamento do projeto. Quanto à unificação ideológica, poderão ser absorvidos ou eliminados os indivíduos que significarem qualquer desvio da ortodoxia cristã, particularmente a católico-romana (GONZÁLEZ, 1994).

O processo de construção desse modelo social se desenvolve lentamente, ao longo dos séculos que cerceiam a chamada “Reconquista” da Espanha (GONZÁLEZ, 1994). Ríos Saloma (2005, p. 380) refere-se à Reconquista como um programa ideológico sobre o qual se sustentou o movimento expansivo das distintas monarquias hispano-cristãs sobre as terras de Al-Andalus. Trata-se de um longo processo histórico que abarcou um período de quase 800 anos durante os quais vários reinos cristãos ibéricos levaram a cabo uma série de confrontos aos reinos islâmicos e vice-versa. Desse modo, a chamada “Reconquista” é tradicionalmente definida como um período que começa no ano de 718 e culmina em 1492, com a expulsão dos árabes da península. “Por mais de setecentos anos, entre 711 e 1492, árabes e cristãos se

encararam uns aos outros ao longo de fronteiras crepusculares, guerreando, mas também se mesclando, fazendo intercâmbio de cultura, de sangue e de paixão, sabedoria e linguagem” (CARLOS FUENTES, 2001, p. 52).

A presença do árabe se projetou na mesclagem de culturas, o que Carlos Fuentes (2001) nomeia de uma experiência bicultural e única no ocidente europeu. Tanto que as divisões entre os *fiéis* cristãos e os *infiéis* muçulmanos não eram exatamente claras e deram origem as denominações sociais, como os *mozárabes*, que eram cristãos que adotaram a cultura muçulmana; os *mudéjares*, mouros que viviam como vassalos dos cristãos; os *muladíes*, cristãos que adotavam a fé do Islã e os *tornadizos*, mouros convertidos ao cristianismo.

Nesse longo período, González (1994, p. 21) apresenta algumas etapas do processo de Reconquista que não podem ser confundidas. Do século VIII ao XI, a princípio, predomina na Reconquista o sentido de recuperação territorial. Já do século XI ao XIII, devido às invasões almorávide e almohade e com a presença de guerreiros cristãos francos em território peninsular, a luta ganha um sentido de “cruzada”. Quanto a esse sentido, Souza (2011, p. 1-2) reitera que foi somente no século XI que o componente religioso se consolidou nos ideais do guerreiro cristão, naquele processo que chamamos atualmente de “Cruzadas Espanholas” ou “Reconquista”. Por fim, nos séculos XIV e XV, uma vez ocupada a totalidade do território peninsular, com exceção do reino de Granada, o estímulo “reconquistador” se detém, em função das forças cristãs se voltarem para a disputa visceral pelo poder.

Nessa ocasião, tem-se a definição do modelo ideológico que prevalece não apenas na Península, mas que orientará a atitude dos monarcas cristãos com relação ao Reino de Granada. A definição desse modelo começa a se estabelecer a partir do momento que se enfrentam dois meios-irmãos na disputa pelo trono castelhano – Pedro I, *el cruel*, legítimo rei de Castela, apoiado pelas camadas inferiores da nobreza e pela burguesia em formação, e Enrique de Trastâmara, apoiado pela aristocracia. Sobre esse momento, afirma González (1994):

O conflito, aparentemente familiar, acaba por inscrever-se na guerra europeia dos cem anos e assume uma ferocidade e duração que demonstram a transcendência do que estava em jogo. A derrota de Enrique em Nájera, em 1367, será anulada pelo assassinato de Pedro em 1369, que permitirá a ocupação do trono por Enrique com o nome de Enrique II (GONZÁLEZ, 1994, p. 22).

Por esse acontecimento histórico, inicia-se um caminho para a monarquia absoluta e para a unificação ideológica na qual os judeus, partidários de Pedro, passam a ser excluídos da entidade nacional que se almeja. Foram eles, os judeus, segundo García de Cortázar (1980, p. 467), o eixo ideológico da disputa pelo poder, na qual se opunham os latifundiários e a *Mesta* à burguesia castelhana.

Durante a guerra entre Pedro e Enrique, os judeus foram, em Castela, foco de ataques estimulados pela definição política dos Trastâmaras. Esses acontecimentos impulsionaram a explosão antijudaica por toda a Espanha em 1391, ano em que foram violentas as agressões às aljamas, que, começando por Sevilha e por Córdoba, estenderam-se à quase totalidade da Península. Esse fato provoca a migração de judeus para fora da Península, o início da divisão entre “cristãos novos” e “cristãos velhos” e uma temporária amenização do clima antijudaico (GONZÁLEZ, 1994).

A denominação de “cristãos velhos” evoca a ausência da herança muçulmana ou judaica na ascendência familiar. Esses eram também caracterizados como portadores de sangue “limpo”. Quanto aos “cristãos-novos”, entendemos como a categorização empregada aos judeus recentemente convertidos ao cristianismo. O pai do personagem Lázaro de Tormes é descrito como um provável cristão-novo que morreu ao servir um cavaleiro numa batalha contra os mouros, provavelmente a batalha de Gelves, ou em 1510, ou em 1520.

Follador (2014) analisa que a guerra dinástica de Trastâmara alterou a dinâmica de tolerância existente em Castela e influenciou a materialização de uma intolerância que se faria mais presente em terras castelhanas e seria externada em outros momentos ao longo do século XIV. As alterações da tolerância nas relações judaico-cristãs em Castela são, em parte, atribuídas, segundo Cohen (1982 *apud* Follador 2014), às transformações no pensamento cristão promovidas pelo movimento intelectual e teológico antijudaico dos frades mendicantes que, nos séculos XII e XIII, esmiuçaram os livros sagrados do cristianismo e do judaísmo a fim de provar o quão pecaminosos, perigosos e detestáveis eram os seguidores do judaísmo, considerado a partir de então como doutrina herética.

Convém retomar e rememorar que o processo final de Reconquista espanhola, por uma possibilidade histórica, projetou-se ainda em outra atividade, exatamente no mesmo ano - 1492 - a conquista da América. A conquista do Novo Mundo impactou como uma nova parte de uma “missão” nacional que logo se projetaria também sobre a Europa, no intuito de “salvá-la” do protestantismo. García de Cortázar e González Vesga (2015, p. 230) assinalam que essa conquista marcou um novo rumo à história peninsular, transformando o solo ibérico em uma

ponte da velha Europa com um mundo insólito, rico na variedade de suas terras, em produtos e em raças.

A semente definitiva da monarquia absoluta iniciou-se no interior de Castela, pela imposição da causa dos futuros “Reis Católicos”, que, conforme González (1994, p. 23), poderiam punir a nobreza opositora e transformar em cortesãos os nobres aliados. Muçulmanos e judeus deixaram de ter qualquer espaço próprio, pois todo o poder imposto pelos “Reis Católicos” foi orientado para a unidade religiosa católica da Península, determinando o que ficou conhecido como o final da “Reconquista”.

A morte de Enrique IV ao final de 1474 provocou a imediata coroação de sua irmã, Isabel (1451-1504), herdeira do trono de Castela, casada, desde 19 de outubro de 1469, com Fernando (1452-1516), filho e herdeiro de João II, de Aragão (TENA GARCÍA, 2014, p. 356).

A união dos dois reinos mais importantes da Península Ibérica gerou, segundo Lynch (2000), um núcleo de poder formidável que, uma vez organizado, começou para além das fronteiras. Essa união, aliada à fusão de ideais religiosos e políticos, ressuscitou o espírito de cruzada contra o Islã, adormecido há mais de um século.

Preparadas para la acción las fuerzas conjuntas de Castilla y Aragón, había llegado el momento de acabar con los últimos reductos del Islam en suelo ibérico. Fue básicamente una empresa de Castilla, que fue quien tomó la iniciativa, pero que sin embargo no podría haberla realizado sin la colaboración material de Aragón, Cataluña y Valencia, que participaron enviando tropas, barcos, dinero y suministros como si se tratara de su propia causa (LYNCH, 2000, p. 36).

Mesmo com todo esse apoio, a guerra foi árdua e profunda e se passaram dez anos antes que o último reino mouro, instalado em Granada, fosse vencido e a cidade rendida. González (1994, p. 24) relata que a queda de Granada coincidiu, no mesmo ano de 1492, com outros elementos históricos que marcaram a memória espanhola: a expulsão dos judeus, a empresa de Colombo e a edição da *Gramática Castellana*, de Nebrija. Quanto a este último, Lynch (2000, p. 11) explica que o humanista e filólogo Antonio de Nebrija, uma das mais destacadas figuras do Renascimento espanhol, em seu eloquente prólogo da *Gramática Castelhana*, que dedicou à rainha Isabel, expressa sua convicção de que “sempre a língua foi companheira do império”.

Esse Este “império” profetizado por Nebrija despertou o patriotismo em seus contemporâneos e, meses depois, foi solidificado também pela chegada de Colombo à América. A língua de Castela passou a ser um meio de registro de autoridade e, portanto, um instrumento de unificação, pois acreditava-se que, com a ajuda da gramática, não somente os povos governados por Castela aprenderiam o castelhano, mas também os vascos, os navarros, os franceses, os italianos e todos os que mantinham uma forma de relação de comunicação com a Espanha (LYNCH, 2000).

García Sanjuán (2013, p. 66) reitera, em seu trabalho sobre a memória histórica espanhola, que a monarquia de Isabel e de Fernando representava não somente a conquista de Granada, mas também o começo da evangelização da América, supondo a culminação da Reconquista como o ponto de arranque da Espanha Imperial. A descoberta de um novo horizonte – a América – é, para González (1994), um novo despertar secular de cruzada nacional:

Com isso, a monarquia espanhola obtém tudo o que necessita para firmar-se e impor sua ideologia: é vitoriosa, controla a aristocracia, tem a adesão do povo e oferece à nação um projeto popular e atraente que significa a continuação além-mar da empresa nacional, que agora é vista como uma longa luta que vem de séculos (GONZÁLEZ, 1994, p. 25).

A eficácia de toda essa política de representação tem levado à criação de um “mito dos Reis Católicos” como exímios defensores da fé cristã, principalmente por meio da sua habilidosa diplomacia com os pontificados romanos do Renascimento, relação de que se serviram para impulsionar seus projetos de reforma eclesiástica, de restauração política e de maior presença internacional. A mitificação de suas pessoas revestiu sua política de uma espécie de legitimação e de um prestígio incontestável que revelou muitos benefícios nas relações diplomáticas (CÓRDOVA MIRALLES, 2005, p. 262).

Outro fato relacionado aos Reis Católicos que Ortega Cervigón (2018, p. 29-30) destaca como instrumento político destinado a alcançar a uniformidade religiosa foi a Inquisição em 1478, que tinha o objetivo de localizar e de perseguir judaizantes entre os falsos conversos à fé cristã e supunha uma ferramenta de poder régio. Tal postura revelava o absurdo da intolerância e a desconfiança com a comunidade judia, de grande contribuição intelectual e econômica, que acabou expulsa dos territórios castelhanos e aragoneses desde o decreto de 31 de março de 1492.

A inquisição, reitera González (1994, p. 26), além de ser instrumento de repressão e de uniformização ideológica, serviu como poder único capaz de sobrelevar as fronteiras dos diversos reinos espanhóis. Dessa maneira, , mediante a Inquisição, de fato, o poder da monarquia se configurava como absoluto e sem barreiras jurisdicionais.

O próximo passo na implantação desse modelo de pensamento viria alguns anos depois pela ocupação do trono por Carlos I, o neto dos Reis Católicos.

2.1.1 A Casa dos Áustrias

A Espanha dos Áustrias correspondeu, em boa parte, a um reflexo do sistema ideológico consolidado pelos Reis Católicos no século XV. Vicens Vives (1974, p. 3) correlaciona que a época dos três primeiros reis Áustrias – Carlos I, Felipe II e Felipe III – preenche, em cifras redondas, um século da História da Espanha, pois, em 1517, Carlos I foi elevado ao trono e Felipe III morreu em 1621.

Ruiz Ortiz (2012, p. 2) ratifica o início da casa dos Áustrias ou de Habsburgo como produto da política matrimonial dos Reis Católicos e a ela corresponderá culminar a unificação territorial da península, incluindo Portugal, e a expansão americana. A chegada da casa dos Áustrias significou ainda, devido a seus interesses patrimoniais na Alemanha, a entrada da Espanha na política europeia como uma potência de primeira ordem.

No entanto, o emprego de uma atenta leitura da obra *Lazarillo de Tormes*, proposta para a análise neste trabalho, permite diferentes perspectivas. Pelos elementos implícitos no romance, percebemos algumas fendas no sistema social espanhol. O período dos Áustrias parece não ter sido imune às crescentes disparidades e à marginalização sociais, em potencial no reino espanhol, reino que demonstrou, em alguns momentos da dinastia dos Áustrias, dificuldades para manter sua hegemonia, passando por divergências políticas e econômicas que foram controladas somente no final da dinastia.

O matrimônio de Isabel e de Fernando foi, como vimos, o primeiro elemento da convergência dos reinos hispânicos peninsulares. A união das coroas em 1469 é marcada por superação de obstáculos e marca o trânsito da Idade Média para a Idade Moderna (GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLEZ VESGA, 2015).

Sobre a chegada de Carlos I, neto dos Reis Católicos, ao poder da Espanha, Cortázar relata:

Los intereses castellanos descansarán más en la diplomacia que en las armas. La unión peninsular y la neutralidad de Navarra y Portugal se confían a los matrimonios de príncipes castellanos con los herederos de las monarquías vecinas. Fracados en el caso navarro, la corona se esfuerza, a partir de 1493, en emparentar con las más poderosas monarquías europeas: bodas de los infantes Juan y Juana con los hijos del emperador Maximiliano y Catalina con Arturo de Inglaterra y luego con su hermano Enrique VIII (GARCÍA DE CORTÁZAR; GONZÁLEZ VESGA, 2015, p. 231).

As políticas matrimoniais da época eram, segundo Ortega Cervigón (2018, p. 34), explicadas por razões de Estado, já que eram constantes as alianças políticas entre os territórios afins. Por esse viés, desde 1475, Fernando buscou aliados na Inglaterra, Países Baixos e no Sacro Império Romano Germânico para alcançar seu objetivo de isolamento dos franceses. E, como consequência não pretendida desse emaranhado político matrimonial, a coroa alcançaria a cabeça de um Habsburgo, Carlos I.

Após a morte do pai, Felipe, o Belo (1478-1506); e da loucura da mãe, Joana, a Louca (1479-1575); Carlos foi guindado ao trono da Espanha aos 16 anos de idade. Seus problemas principiaram em sua própria terra, a Espanha, devendo-se, sobretudo, à educação flamenga do novo príncipe. Ele não falava espanhol e sua percepção política era escassa, tanto que se rodeou de cortesãos flamengos e chegou a conceder-lhes postos espanhóis especialmente delicados, como o bispado de Toledo.

Não havia limites para seu poder, pois, para onde quer que olhasse da cela do seu cavalo, podia admirar uma possessão da coroa.

Para o norte, a Alemanha e os Países Baixos. Para o leste, Nápoles, Sicília e Sardenha. Para o sul, os domínios africanos. Para o oeste, as Américas e, mais além, depois do dramático descobrimento de Balboa em 1515, o Pacífico até as Filipinas. Carlos governou o primeiro e maior de todos os impérios modernos. Ninguém, antes dele, nem sequer os céares, havia tido sob controle tantos territórios, tal variedade de povos e semelhante riqueza potencial (FUENTES, 2001, p. 151).

E, se o legado de diplomacia política dos Reis Católicos, aliado à própria figura do imperador, impunha respeito sob Carlos V, seu filho, Felipe (1527-1598), encarregar-se-ia de cercar a monarquia de um halo que faria dos reis seres quase sobrenaturais dotados de uma ideologia com a qual o povo sentia orgulho em se identificar (GONZÁLEZ, 1994, p. 26).

2.1.2 *Ordem social e economia*

Conforme as ponderações aqui apresentadas sobre a monarquia espanhola dos séculos XVI e XVII, o poder monárquico espanhol foi forte, em parte pela figura imposta pelos reis católicos e pela instalação do tribunal do Santo Ofício – a Inquisição. A centralização econômica e os modelos e os modos sociais diminuam as possibilidades de que a nova classe emergente na Europa, a burguesia, tivesse reconhecimento social na Espanha. Mais ainda, o ideário burguês apresentava suspeitas semelhanças com os grupos banidos da sociedade, mouros e judeus, especialmente. Dessa maneira, valores exaltados pela burguesia como mecanismos de ascensão social, como o trabalho e a especulação, foram excluídos. Criava-se um vazio entre a nobreza e o povo, que não havia como elidir, a não ser por caminhos marginais, particularmente os da aparência, que era um valor, este, sim, fundamental como requisito para qualquer ascensão (GONZÁLEZ, 1994).

Em sua notável obra sobre a história social e econômica da Espanha (1974), Vicens Vives nos apresenta as práticas econômicas sustentadas pela nobreza e consideradas fundamentais para a vida do país.

Considerada como situación histórico-social, no hay inconveniente en admitir que la propiedad del suelo conservó durante la época de los tres primeros Austrias, las mismas características que en el período de los Reyes Católicos. El rey, el clero y las clases privilegiadas continuaron poseyendo el 95 por 100 del suelo hispánico, mientras el resto se repartía entre pequeños propietarios pertenecientes a las clases medias y modestas. Por lo tanto, quienes poseían la casi totalidad de los bienes inmuebles constituían - aparte del clero - la minoría aristocrática (VICENS VIVES, 1974, p. 24).

Notamos que, no referido contexto, a riqueza se concretiza na busca pela apropriação de terras, em prejuízo de outras atividades econômicas. A opção por essa atividade, somada ao fato de a economia agropecuária ser de fundamental importância para a vida da Espanha, elucida a suposição de que a propriedade da terra continuou sendo o objetivo básico a qual tendia à riqueza (VICENS VIVES, 1974, p. 24).

A conjuntura econômica, ao favorecer a concentração territorial, privilegia o latifundismo que encontra expressão jurídica nos denominados *mayorazgos* e *vinculaciones*. Esse processo foi claramente perceptível no último terço do século XVI e se acentuou no decorrer do século XVII.

Ao contexto econômico, deve-se também evidenciar o peculiar papel da Península Ibérica na evolução econômica europeia, principalmente na transição do sistema feudal para o capitalismo. Beaud (1987, p. 19) registra a conquista e a pilhagem da América, no século XVI, como marco da primeira marcha para o capitalismo. A segunda seria pela ascensão e pela afirmação das burguesias no século XVII.

Monarcas ávidos de grandezas e de riquezas, Estados lutando pela supremacia, mercadores e banqueiros encorajados ao enriquecimento: são estas as forças que promoverão o comércio, as conquistas e as guerras, sistematizarão a pilhagem, organizarão o tráfico de escravos, prenderão os vagabundos para obrigá-los a trabalhar. Na confluência desses fatores estão inscritos o que a história ocidental chama as "grandes descobertas": 1487, Dias dobra o cabo da Boa Esperança; 1492, Cristóvão Colombo descobre a América; 1498, Vasco da Gama, tendo contornado a África, chega à Índia. Uma imensa caça às riquezas — comércio e pilhagem — é aberta (BEAUD, 1987, p. 20).

Esse contexto fere qualquer especulação casual sobre o aparecimento da picaresca na Espanha do século XVI.

Os empreendimentos espanhóis no Novo Mundo foram motivados pela esperança de extrair tesouros. De acordo com Beaud (1987, p. 21), dezoito mil toneladas de prata e duzentas toneladas de ouro foram transferidas da América para a Espanha entre 1521 e 1660. No entanto, os excedentes de metais tinham outro destino, pois também serviam aos monarcas para o pagamento de empréstimos que financiavam as guerras e para a compra de produtos industrializados na Itália, na França, na Holanda e na Inglaterra.

O paradoxo se instaura no fato de que, ao mesmo tempo que os metais se tornam mais abundantes, os preços sobem. Na Espanha, o preço médio, por exemplo, do trigo, chegou a quadruplicar entre o início do século XVI e o do século XVII. Com os salários baixando em 50% no século XVI, aumenta o descontentamento popular, exacerbando as revoltas da pobreza (BEAUD, 1987, p. 23).

Vicens Vives (1974, p. 125) reitera que, a partir de 1516, o ouro americano, que começara a chegar à Península em 1505, passa a influenciar a economia e, em 1523, com a chegada do ouro asteca, pode-se perceber uma brusca elevação dos preços, que supera a dos salários, em função da demanda americana de manufaturados. Essa elevação dos preços é um fato que reincide em 1530 e em 1535. Já sob o governo de Felipe II, em 1556, surgem os primeiros signos da crise.

Desde o governo de Carlos I, o Rei Imperador da Espanha e pai de Felipe II, as despesas anuais do Estado somavam três milhões de ducados, sendo que os ingressos cobriam apenas metade dessa soma e a dívida externa superava a sete milhões de ducados; em 1573, a

dívida chegava aos 37 milhões, o que leva Felipe II a declarar, em 1575, a segunda moratória do seu reinado (a primeira acontecera em 1557 e a terceira seria em 1597). A ação dessa segunda falência gerou consequências gravíssimas, principalmente pela perda de crédito internacional e pela ruína do comércio exterior e de muitos comerciantes (VICENS VIVES, 1974, p. 127).

Sobre os que mais padecem a essa situação de crise, González (1994), explica:

A classe modesta estaria dividida em urbana e rural. O grupo que mais sofre com a situação econômica nesta época são os camponeses, já que a crise não afeta o proprietário do latifúndio, mas principalmente o trabalhador, com agravamento para o pequeno proprietário, já que se registra que o preço obtido pela colheita não atingia o necessário para o pagamento do aluguel dos bois utilizados na lavoura. (GONZÁLEZ, 1994, p. 37).

Nesse sentido, percebemos que o contexto social é também sintomático das ações políticas tomadas na sociedade espanhola dos séculos XVI e XVII. Tais ações revelam a imobilidade de uma sociedade já classista, mas detentora de uma rigidez estamental imposta pela frustração dos mecanismos ascensionais para as classes menos favorecidas.

Quanto aos aspectos demográficos, Nadal (1984 *apud* GONZALEZ 1994, p. 28) reitera que a tendência ascensional do século XVI foi sucedida pela estagnação demográfica do século XVII. Apesar de limitados, os dados demográficos podem ser observados nas citações de Vicens Vives (1984, p. 10) o qual divulga que, de 1530 a 1591, a população da Espanha passa dos 4,7 aos 6,6 milhões, com índice anual de crescimento de 0,57%; o mesmo índice, entre os anos de 1591 e 1768, cai para 0,17%. González (1994, p. 29) aponta que as razões dessa estagnação demográfica podem ser discutidas sob o viés biológico e o político.

Como viés biológico, fazemos alusão à fome da região de Andalucía e à peste que acomete a baixa Castilha, fatos retratados na obra literária *Guzmán de Alfarache* (1559), de Mateo Alemán, no período de 1596 a 1602. A essas causas, somam-se ainda as más colheitas e as epidemias de tifo, que, segundo González (1994), teriam exterminado nesses anos 10% da população. As pestes passam, no século XVII, a afetar também a periferia mediterrânea, onde 20% da população sucumbiria em consequência delas.

Outra causa, não menos exterminadora, é a causa política. A expulsão dos mouriscos registra que 55 a 60 mil deles teriam morrido ou fugido da Espanha por ocasião da rebelião de Alpujarras (1568-1570), a estes se somariam mais 270 mil que são expulsos do país entre 1609 e 1614. Inevitáveis foram as consequências econômicas resultantes da expulsão dos

mouriscos em Aragão, quando consultamos e enfatizamos que eram esses responsáveis fundamentais pela produção agrícola (GONZÁLEZ, 1994, p. 30).

Outro grave fator é o decréscimo populacional pela emigração para a América. Calculam-se quatro a cinco mil emigrantes ao ano. O que a torna mais problemática é que a perda se dá entre homens dos 16 aos 25 anos. As regiões mais afetadas foram as duas Castelas, Extremadura e Andalucía, que fornecem 85,2 % dos migrantes, equivalente a uma perda anual de 1% dos homens jovens de Castela (NADAL 1984, p. 61).

Apesar da dificuldade dos dados, parece significativa também a quantia de homens que saíram para lutar na Europa. Segundo os cálculos de Dominguez Ortiz (1963, p. 90), calculam-se 288 mil homens jovens que saíram para lutar na Europa, entre 1635 e 1659, o que representaria cerca de 12 mil por ano, entre mortos, desaparecidos e prisioneiros.

Em relação à distribuição social da população espanhola, a divisão em classes foi estabelecida, desde o começo, na limitação a dois grandes grupos: os cavaleiros, designados como os ricos; e os plebeus, denominados pobres (MARAVALL, 1988, p. 138). No primeiro estrato, estão, além do monarca e sua família, os três grupos integrantes da nobreza: os Grandes de Espanha, os demais portadores de títulos e os fidalgos. No segundo grupo, encontram-se os comerciantes menores, os artesãos e os lavradores. Os religiosos, representados pelo clero, constituem, para Maravall (1988), um segmento à parte.

E, fora dessa classificação, há um considerável número de mendigos e de criados, além de escravos. De modo intermediário, consta um grupo formado pelos chamados *villanos ricos* (camponeses que prosperam) e os “cidadãos”; esses dois grupos, minoritários, à medida que enriquecem, tendem a separar-se do restante do terceiro estado e se aproximar da nobreza, que os rejeita. Essa atitude excludente tem origem ideológica já conhecida, pois o divisor entre os ricos e os pobres passa de modo explícito pela “limpeza de sangue”. Neste caso, o *villano rico* é uma classe mais aceita em função de ter se mantido mais distante do universo judaico, que era preferencialmente urbano. O cidadão, pelo contrário, marcado por expressar a burguesia, é visto como “contaminado”, sem margens para cura (GONZÁLEZ, 1994, p. 32).

Outro fato que González (1994, p. 32) pondera e que colabora para a análise que buscamos neste trabalho é que o número de fidalgos é consideravelmente elevado e, pelo fato de pretenderem manter-se isolados das atividades do trabalho, da produção e da especulação, terminam caracterizados como uma massa sem função e sem os recursos necessários para se manterem com os benefícios da classe dominante. Esse grupo de fidalgos passa a ser a ramificação social típica da Espanha, de Castela, especialmente, que a literatura satirizará de modo frequente, como é o caso do Escudeiro, um dos “amos”, de Lázaro de Tormes.

Atingir a riqueza parece ser, no século XVI, a verdadeira condição para “subir na vida” e apenas poucos membros do terceiro estado terão condições para isso. A riqueza constitui, portanto, a carta de aceitação para a ascensão social. Por outro lado, uma considerável camada da porção inferior da nobreza lutará para manter as aparências, pois, na verdade, seus recursos a situam por baixo dos *villanos ricos* e dos “cidadãos”, cuja ascensão pretende impedir.

O único segmento que poderia ser entendido como transição de indivíduos entre uma e outra classe sócioeconômica era o clero. Mesmo dentro desse segmento, González (1994, p. 32) lembra a existência de um grupo minoritário que se confunde com a aristocracia na posse de terra em oposição ao outro considerável segmento de clérigos limitados a sobreviver como pudessem. No entanto, ao clero, de modo geral, excluía-se a possibilidade de transferência de bens pela herança, fato que baniu seus membros de transferir a outros a ascensão social obtida pelo ingresso na carreira eclesiástica. Essa menção ao clero estabelece um vínculo com a obra *Lazarillo de Tormes*, pois esta classe é alvo de críticas intensas na construção desta narrativa. Entendemos ser um ponto forte para o estabelecimento do viés da literatura como fonte de documentação histórica.

Toda essa trama social indica a ausência de caminhos para transitar do grupo dos pobres para o dos ricos, a menos que seja pela atitude aventureira do cavaleiro conquistador ou pela sorte da minoria que consegue enriquecer por meios nem sempre tão limpos e claros, já que, pelas referências que adotamos, a política oficial parece não favorecer a acumulação de riquezas pelo trabalho ou pela especulação.

Outro ponto relevante é a distribuição numérica desses grupos sociais. De acordo com Vicens Vives (1974, p. 13), a aristocracia, que somava 20 famílias na época dos Reis Católicos, chegou a 63 famílias sob Carlos V (1525) e a 100 famílias sob Felipe II (1581). O clero também teve seu crescimento e somaria uns 200 mil indivíduos no começo do século XVII. Em contrapartida, o segmento dos menos pobres (mercadores, patrões industriais, artesãos, notários, etc.) é o grupo que mais diminui, tendendo a desaparecer. Outra classe, abaixo dessa, o pequeno e o médio proprietário de terra, empobrece a partir de 1575, anos da segunda e mais grave das três moratórias decretadas por Felipe II, devido aos aumentos de impostos e um bom número emigra para as cidades.

A classe média passa a ser vítima da elevação dos preços e do esgotamento econômico que se iniciam por essa mesma data. Vicens Vives (1974, p. 16) expressa que, dos aproximadamente oito milhões de espanhóis que o autor calcula terem existido em fins do século XVI, uns seis milhões constituiriam as classes produtoras: um milhão e meio milhão

nas cidades e quatro milhões e meio no campo. Esse grupo teria sido afetado pela perda dos mouriscos expulsos, que o mesmo autor estima em 500 mil. A classe média – que chamamos de menos pobres – somaria de 500 mil a um milhão de indivíduos. Os escravos seriam em número de 100 mil. O restante, fora a aristocracia e o clero, ou seja, mais ou menos um milhão de indivíduos, estaria integrado pelos demais nobres (um grande número de fidalgos), os numerosos criados, os mendigos, e os bandidos e os pícaros, à margem da sociedade.

Quanto à distribuição da riqueza entre esses grupos, enfatizamos que o processo da chamada “Reconquista” provocara forte concentração da propriedade da terra, fundamentalmente na aristocracia, no clero e nos municípios. Nasceria ali um dos mais graves problemas da Espanha, que continuaria sem solução durante séculos: a existência dos *bienes de manos muertas*, que não podiam ser fragmentados nem alienados. A Igreja conservava a propriedade institucional das terras recebidas em doação, os municípios mantinham a propriedade coletiva das terras outorgadas pelos monarcas e a nobreza transferia a totalidade da propriedade pelo sistema de *mayorazgo*, isto é, exclusivamente ao filho mais velho (GONZÁLEZ, 1994, p. 34).

Assim, de acordo com Vicens Vives (1974), no século XVI, o Rei, os nobres e a Igreja eram proprietários de 95% do solo. Por outro lado:

(...) o fato de apenas o terceiro estado pagar impostos incide no empobrecimento dos membros desse estamento. Os que podem procurar investir em imóveis ou aplicar o dinheiro no mercado financeiro para, assim, dispensar o trabalho e pleitear um título de nobreza que os exima do pagamento de impostos. Esse fato, unido ao gigantesco ingresso de metais preciosos vindos da América, leva a uma inflação que produz elevação dos preços muito superior ao aumento dos salários (GONZÁLEZ, 1994, p. 34-35).

O efeito é a concentração fabulosa da renda nas mãos da nobreza e do clero: as 180 casas nobres (aristocracia e clero somados) mais ricas concentram renda anual de 5.738.000 ducados, o que equivale a mais de 50% da renda total do Reino de Castela. E, mesmo internamente, tem-se ainda as disparidades do grupo: enquanto a maior renda, a do arcebispo de Toledo, é de 250 mil ducados anuais, a do bispo de Tuy chega apenas aos quatro mil ducados (VICENS VIVES, 1974, p. 45-46).

Sobre a dinâmica dos impostos, González (1994, p. 36) afirma ainda que as camadas inferiores da nobreza, carentes de recursos e que preferem manter-se alheias ao universo produtivo, empobrecem, mas não pagam impostos. Com o aumento de nobres, o número dos

que pagam impostos se reduz, e a carga fiscal por indivíduo (lavradores, artesãos, comerciantes) deve aumentar. Assim, entre 1504 e 1596, os impostos superam o aumento dos preços em 230%, chegando a se pagar por mês, em impostos, o equivalente a dois dias de comida.

Quanto ao clero, Vicens Vives (1977, p. 65) afirma se tratar de um conjunto rico, pois, em meados do século XVI, suas rendas atingiam os cinco milhões de ducados, ou seja, metade da renda castelhana. O atrativo de participar dessa riqueza, sem dúvida, mobilizou muitos indivíduos, especialmente os nobres excluídos da herança paterna em função do *mayorazgo*. Como já mencionamos, o tradicional papel do clero como canal de comunicação dos diversos estratos sociais se perdeu à medida que à hierarquia institucional se soma a hierarquia econômica.

As classes médias constituem o grupo que situamos entre os pobres e os ricos, lutando para não descer – quando se trata de fidalgos sem recursos – ou tentando subir, quando não são nobres. Neste último caso, frequentemente, estão aqueles que se dedicam ao exercício de profissões liberais, ou os que se vinculam ao comércio, à indústria ou às finanças. Essas atividades, por um lado, significam depender do trabalho e, assim, impedem os membros da classe de se incorporarem à nobreza; por outro, aproximam-se muitas vezes das atividades exercidas tradicionalmente pelos judeus ou mouros, grupos agora banidos da sociedade (GONZÁLEZ, 1994, p. 36).

Os conversos e os seus descendentes, que constituirão uma segunda categoria de cidadãos, passam a ser excluídos socialmente e ficam marginalizadas todas as formas de acumulação de riqueza, pelo trabalho ou pela especulação, que eram vistos como próprios dos excluídos. A dedicação às atividades industriais significava a perda do direito à fidalguia, fato que se prolongou até Carlos III e suas ordenanças de 1772, e, por conseguinte, impossibilitava uma classe de se incorporar ao segmento privilegiado da sociedade. Desse modo, os membros das classes médias não labutam para se firmar como tal, mas procurarão se esquivar desse grupo o quanto antes (GONZÁLEZ, 1994, p. 37).

Outro estudo preponderante para alargar as perspectivas de formação do pícaro é o de Maravall (1988) que associa a incipiente queda na remuneração do trabalho no campo e nas cidades ao surgimento de grupos marginais, tais como os pícaros urbanos e os bandoleiros na zona rural, sendo os primeiros um desvio paralelo à burguesia e os segundos a tentativa de realizar, a seu modo, o modelo de ascensão social proposto pela ideologia da classe dominante. Maravall (1988, p. 420) considera que a picaresca e o bandoleirismo seriam duas

vias utilizadas por marginalizados inconformados para obter os mesmos bens e valores colocados pela sociedade à disposição dos indivíduos.

Em fins do século XVI, segundo González (1994, p. 38), um grande número de vagabundos, mendigos profissionais, subempregados, rufiões, prostitutas, delinquentes, criados e fidalgos em decadência podem ser encontrados nas cidades espanholas. Desse modo, o pícaro histórico – de quem tão pouco realmente sabemos – estaria sempre disposto a aproveitar as fendas do sistema para tentar subir. Esse será o caldo de cultivo do romance picaresco; neste, em última instância, assistimos basicamente à paródia desses mecanismos marginais de ascensão social.

2.2 O Nordeste em meados do século XX

Buscamos matizar os elementos residuais do universo ibérico no nordeste brasileiro, além de reconhecer possíveis aspectos sociais que permitem um estudo comparado entre as duas culturas. Para isso, partimos, inicialmente, dos estudos de Holanda (1995), que, ao analisar o modo de se governar o Brasil, evidencia a presença de reflexos oriundos da estrutura de nossa sociedade colonial, que teve sua base fora dos meios urbanos.

Compreendemos que o termo “Nordeste” é uma criação do século XX, pois, no período imperial e em parte da República Velha, o mapeamento geográfico do Brasil era bem mais simples, sendo compreendido pelas províncias, depois estados, do Norte, do Amazonas à Bahia, e pelas províncias, depois estados, do Sul, do Espírito Santo ao Rio Grande (MELLO, 1999, p. 15). Utilizamos o termo “Nordeste” para designar a área do Maranhão à Bahia, considerando já o atual emprego da linguagem geográfica, econômica, política e cotidiana.

No período colonial, instaurou-se no Brasil uma civilização de raízes rurais – é nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra – e as cidades, durante os primeiros séculos da colonização, são consideradas simples dependências dessas propriedades. Holanda (1995, p. 73) considera que esse contexto começou a ser modificado somente após a abolição, em 1888, representando o que ele compreende de “o marco do divórcio entre duas épocas”.

Quanto às raízes rurais, lembramos que o maior prestígio dos fazendeiros escravocratas residia na tradicional economia resultante do trabalho escravo. É sensato rememorar que, na Monarquia, eram os fazendeiros, somados aos seus filhos, educados nas

profissões liberais, aqueles que monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando, assim, todas as posições de mando e fundando a estabilidade das instituições nesse intransponível domínio. Porém, muitos representantes da classe desses antigos senhores, frequentemente, puderam empreender, de modo paradoxal, alguns movimentos liberais com inclinações antitradicionalistas que reduziam, aos poucos, o prestígio de sua classe (HOLANDA, 1995, p. 73).

É nesse sentido que se observa que, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850 (seguida da intensificação das atividades britânicas de repressão ao tráfico), há uma queda significativa no comércio do tráfico negreiro em função do término legal dessa prática. O que ainda permanece é uma atividade ilegal. Essa ação é considerada o primeiro passo para uma abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercados e dos especuladores urbanos. Surgem interesses em outros ramos de negócios devido às excessivas facilidades de crédito que contaminam todas as classes (HOLANDA, 1995, p. 75).

Nessa mesma época de medidas restritivas ao tráfico, Alencastro (1997, p. 292) rememora que, em função de uma política imigrantista, o freio imposto à entrada de africanos passou a ser acompanhado de ações estimulando a chegada de europeus. Movimento que o mesmo autor chama de “novo povoamento branco”. Nesse terreno da política imigrantista, duas diferentes correntes passaram a se enfrentar: a dos fazendeiros e a dos burocratas imperiais.

Os fazendeiros estavam determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação, para isso, buscavam absorver proletários de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para que substituíssem os escravos mortos, os fugidos e os que não mais vinham da África. Por outro lado, a burocracia imperial almejava fazer da imigração um “instrumento de civilização”, pois estava preocupada em consolidar o mapa social e o cultural do país (ALENCASTRO, 1997, p. 293).

Sob outra perspectiva, esse período de transição, que compreende o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, é caracterizado por Facó (2009) como um intervalo de sérias crises de ordem econômica, ideológica e de autoridade, expressas em rebeliões espalhadas pelo interior do Brasil. Rebeliões que, embora tenham sido tratadas por expressões reducionistas, como “banditismo” ou “fanatismo”, guardam acontecimentos os quais explicitam nosso lento e deformado desenvolvimento econômico.

O monopólio da terra e o trabalho escravo dificultaram, segundo o autor, o advento da tecnologia moderna visando à mecanização da agricultura. Foi ainda o monopólio da terra o maior responsável pelo atraso cultural, como isolamento em massa das populações rurais no

sertão brasileiro por quatro séculos, o que favoreceu o analfabetismo e a ignorância dos interioranos. Nas províncias do Norte do Brasil, que já haviam perdido relevância econômica desde o século XVIII, em função do ouro de Minas Gerais, essa situação agravou-se ainda mais a partir da segunda metade do século XIX, quando o centro da atividade econômica transferiu-se gradativamente para o Sul.

O “Nordeste”, com suas heranças residuais do pensamento medieval europeu e intensa debilidade técnica, caracterizou-se, nessa época, por sua extrema lentidão, própria de uma sociedade formada por uma divisão de classes sintética, composta pelo senhor de grandes extensões de terras e o homem sem-terra, o semisservo. Os flagelados nordestinos, nas épocas das secas, ou transitam para as cidades nordestinas ou fazem delas ponto de embarque para a Amazônia ou para os cafezais de São Paulo, abrigando-se precariamente nos subúrbios urbanos, ficando, assim, suscetíveis à fome e a toda sorte de doenças (FACÓ, 2009, p. 27).

Além de todas essas intempéries, a crise do regime escravista evidencia um sério conflito estrutural que minava a economia agrária do país. Afinal, o sistema econômico atingira a fase máxima de sua decadência, sem que na maior parte do Brasil tivessem surgido, em larga escala, relações de produção de tipo superior, a base do trabalho livre.

Não era só a crise do instituto escravista, era também a crise do latifúndio pré-capitalista. Os trabalhadores livres importados da Europa em escala considerável, no decênio anterior, e que, depois da Abolição, entram numa média de mais de 100 mil por ano, até o fim do século, concentram-se quase exclusivamente em São Paulo, onde não se fazem sentir os tão alardeados efeitos calamitosos da lei de 13 de maio. Ao contrário, São Paulo, como trabalho livre em suas fazendas, veria sua produção crescer, enquanto se arruinava a do estado do Rio de Janeiro e sobretudo a do Nordeste (FACÓ, 2009, p. 29).

Sobre os fluxos migratórios, Alencastro (1997, p. 314) afirma que cerca de quatro milhões de africanos foram deportados para a Colônia e para o Império entre 1550 e 1850, enquanto cinco milhões de europeus e de asiáticos entraram no Brasil entre 1850 e 1950.

Essa entrada maciça de imigrantes registrada até a primeira metade do século XX demonstra de modo eficiente uma incorporação de *residualidades* culturais europeias no contexto brasileiro. A mesclagem cultural, fenômeno que atua desde o início da colonização, é potencializada com a Abolição de 1888. O aumento de portugueses e de espanhóis coaduna com a consolidação da influência Ibérica no Brasil.

A parcela da economia do Nordeste que encontrou sobrevivência à crise do regime escravista foi, segundo Facó (2009, p. 29), a agroindústria do açúcar. Essa resistência é

atribuída em função de renovações técnicas na década que procedeu a extinção do regime servil. Coincidem, nessa época, a queda da classe dos senhores de engenho, a do Império e a Abolição da Escravatura. No entanto, a imobilidade relativa da economia regional e a consequente imobilidade social permitiram ainda a sobrevivência dos antigos senhores de engenhos como fornecedores de cana às usinas.

Durante todo o período colonial e escravocrata, a intensificação da monopolização de terras na região nordestina criou uma barreira inacessível para o homem pouco favorecido.

Em primeiro lugar, na faixa litorânea úmida, a empresa agrícola exportadora de açúcar estava baseada em trabalho escravo. Quando esse foi formalmente extinto, no final do século XIX, mantiveram-se relações de trabalho pré-capitalistas, por meio de diferentes formas de semiescravidão. Em segundo lugar, o crescimento demográfico empurrava a população para terras mais áridas, agravando as próprias condições de subsistência. Em terceiro lugar, a fazenda do semiárido se baseava em uma população camponesa, sem terra e sem salário, a qual trabalhava para o dono da terra na forma de “meia” (partilha da produção) para as culturas de exportação, principalmente algodão e, em compensação, podia produzir a sua subsistência (DINIZ, 2009, p. 237).

As relações de trabalho pré-capitalistas, o crescimento demográfico e o sistema de partilha da “meação” da produção não favoreciam a população camponesa. Afinal, não encontravam nenhum incentivo em beneficiar-se de um terreno do qual poderiam ser despejados de um momento para outro, além de não desfrutarem de nenhum direito político nas terras dos grandes proprietários.

No fim do século XIX e início do XX, a situação dos pobres do campo era precária e sem evolução, pois não se diferenciava daquela de 1856. Soa mais do que legítimo que parte desses homens sem-terra, sem bens, sem direitos e sem garantias buscassem saídas alternativas nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos fanáticos, dos beatos e dos conselheiros, para conquistarem uma vida melhor (FACÓ, 2009, p. 31).

No afã de investigar a gênese do problema nordestino no século XX, também consideramos pertinente nos determos um pouco mais naquilo que Furtado (2009, p. 36) chama de “essência do problema econômico do Nordeste”. Região que, na metade do século XX, consta ter 25 milhões de habitantes, que vai do Maranhão à Bahia, constitui a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento de todo o hemisfério ocidental, comparável a alguns países do Caribe, ao Paraguai e à Bolívia. No Nordeste, formou-se, desde meados do século XVI, uma economia de exportação que, como toda economia de

exportação, cresceu à medida que a demanda externa permitiu que crescesse: a economia do açúcar.

Essa economia do açúcar, por ser baseada no aproveitamento das terras úmidas litorâneas, permitiu também o povoamento do que Furtado (2009, p. 37) chama de *hinterland* nordestino, o interior nordestino, cuja pecuária forneceu ao litoral uma fonte de proteínas e um instrumento de trabalho, o boi. Em função de uma técnica extremamente primitiva, à medida que o gado vai penetrando no interior, o homem, na ação de segui-lo, continua formando o que conhecemos como o grande bolsão que é o Nordeste, particularmente o Nordeste oriental, onde a população cresceu sem medidas.

Essa política de exportação estimula a produção de gêneros em regiões marginais subsidiárias. Esse tipo de produção, em períodos de crises das exportações, involui para uma economia de subsistência, que permite um crescimento persistente da população, mesmo que a produtividade se mantenha estacionária. Esse fenômeno também nos revela que o crescimento da economia do Nordeste foi, em grande parte, uma forma de decomposição e de desagregação da economia açucareira (FURTADO, 2009, p. 37).

A especialização agrícola da zona úmida do Nordeste e a expansão das plantações de cana favoreceram a gênese de dois fenômenos que estão profundamente ligados à maneira pela qual evoluiu a economia do açúcar no Nordeste – a monocultura e o latifúndio.

A economia do açúcar, altamente concentradora de renda, dificultou a mão de obra que nela se formava, por insuficiência da demanda externa, criava excedentes populacionais, que se deslocavam para o interior, indo ocupar as terras mais pobres do agreste o que propiciou a formação do minifúndio. Nas etapas de decadência do açúcar, a mão de obra que a produção açucareira não podia absorver tinha de sair da Zona da Mata para ocupar o agreste, na forma de economia de subsistência (FURTADO, 2009, p. 38).

Segundo Furtado (2009, p. 39), o processo de formação histórica da economia nordestina se deu da seguinte forma: assim que as exportações do açúcar perderam o impulso do crescimento, esgotou-se a força dinâmica do sistema, que se tornou incapaz de propiciar a transição automática para a industrialização. Desde a estagnação do açúcar, o Nordeste passou a constituir uma economia totalmente à míngua de impulso de crescimento, embora continuasse a expandir-se horizontalmente, pela economia de subsistência e pela ocupação de terras de inferior qualidade e mais sujeitas ao fenômeno das secas.

Já na primeira metade do século XX, a economia nordestina, que perdeu o impulso vindo do exterior, passou a apoiar-se cada vez mais no rápido crescimento do Centro-Sul do Brasil, conseguindo elevar, mesmo que moderadamente, sua renda per capita. No entanto, no

conjunto da economia brasileira, o Nordeste continuou a perder terreno em termos relativos. Em função das secas e da semiaridez de grande parte do território, a economia do Nordeste não é somente um sistema de baixa produtividade, mas também um sistema sujeito a constantes crises de produção e de emprego.

Para melhor compreendermos essa sujeição à crise de produção e de emprego, necessitamos analisar as relações de trabalho predominantes no contexto nordestino da primeira metade do século XX. Trata-se de uma economia de subsistência presente em uma região semiárida, a caatinga sertaneja, com precipitação pluviométrica irregular que ocupa praticamente todo o estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, grande parte dos estados da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e uma pequena parte do Piauí, de Sergipe e de Alagoas (FURTADO, 2009, p. 41).

Numa fazenda típica dessa região sertaneja, o ponto de cultivo combina a pecuária com algodão-mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a “meação” na agricultura. Nesse sistema, encontramos conjuntos de famílias de “moradores”, termo que os diferencia de empregados, pois não têm salário monetário, são, de acordo com Furtado (2009, p. 42), “sócios nos riscos e na venda da produção algodoeira, com direito a casa e uma faixa de terra para lavoura de subsistência”.

Esse modelo de relação entre os moradores e o dono da terra serve para exemplificar a essência do problema social nordestino:

O algodão plantado dura vários anos – o meeiro faz a capinagem, cuida da plantação, faz a colheita e é dono da metade do produto. O dono da terra tem a outra metade – mas seu gado constitui para ele importante fonte de renda adicional, tanto mais que representa de certo modo um capital móvel, capaz de ser transferido, em outras épocas de seca, para pastagens melhores. Quanto ao meeiro de algodão, não tem outra fonte de renda além da meação, mas tem quase sempre o seu pequeno pedaço de terra [...] para prover a sua alimentação e a de seus dependentes. E aí se fecha a economia (FURTADO, 2009, p. 42-43).

A combinação dos elementos de economia de subsistência com a monetária permitiu o aumento da população na caatinga. Esse acréscimo populacional transformou a seca no grande problema social do final do século XX.

Problema que, embora ocorra de forma imprevisível, não chega a afetar gravemente a produção do algodão- mocó, por ser resistente, nem a criação do gado, pelas possibilidades de ser conduzido a outras regiões de pastagens. A prática mais afetada é, em verdade, a produção de alimentos. Sem o que comer, a maioria dos meeiros, desesperados com a renda do

algodão, saem para a estrada, “retiram-se” em busca de alguma fonte de emprego que lhes permita sobreviver (FURTADO, 2009).

A população marginal, que se desloca por toda a parte, na época das secas, está constituída por “moradores” rurais, que dispõem de terra em quantidade insuficiente, e também pela população flutuante das cidades. Furtado (2009, p. 55) calculou em meio milhão o número de pessoas subutilizadas, ocupadas precariamente nas zonas urbanas nordestinas.

Como em toda economia subdesenvolvida nas cidades, a população é mantida em serviços mais ou menos inúteis gerados pela pressão social. Segundo Furtado (2009, p. 55), há uma infinidade deles, do engraxate ao vendedor de bilhete de loteria, a multidão que presta serviços domésticos nas cidades do Nordeste, geralmente com ordenado ínfimo, esperando pela oportunidade de comer. Grande parte desses serviços domésticos, no Nordeste, é apenas a oportunidade de acesso a uma cozinha. Famílias inteiras no subemprego vivendo de biscates e de favores.

Para amenizar essa realidade, parlamentares, ministros, governadores do nordeste e o bispo Dom Hélder Câmara reuniram-se, em 1959, com o então presidente Juscelino Kubitschek e Celso Furtado para o lançamento da “operação nordeste”. Tratava-se de uma nova política que o governo implantaria na “região problema”.

Para Juscelino Kubitschek, a Meta 31, como então foi chamada a Operação, chegava tarde, mas demonstrava que ele tinha enfim um plano para o Nordeste, tratado até então, se comparado com a acelerada construção de Brasília e o *boom* industrial do Centro-Sul, como o filho enjeitado. O presidente também assinou mensagem ao congresso encaminhando projeto de lei para a criação da nova agência, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e um decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Os dois órgãos, SUDENE e o CODENE, tinham à frente a liderança de Celso Furtado (FURTADO, 2009, p. 7).

A Meta 31, mencionada no excerto acima, foi, segundo Fausto (2010), parte da definição da política econômica de Juscelino no Programa de Metas. Este abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese. Fausto (2010, p. 425) acrescenta que a criação de órgãos paralelos à administração pública existente ou a novas entidades foi para buscar vencer a rotina burocrática.

Celso Furtado, nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek para estar à frente da “Operação Nordeste”, dedicou a ela intensa e permanente reflexão até o final da vida. Furtado (2009) reproduziu que o texto básico da “Operação Nordeste”, intitulado de *Uma política de*

desenvolvimento econômico para o Nordeste, é de conteúdo técnico que revela a problemática nordestina em meados do século XX. A saber, o texto enfatiza

[...] o drama nordestino: 20 milhões de pessoas vivendo na mais grave “área problema” do hemisfério ocidental, com uma renda média que não chegava a 1/3 da renda do Centro-Sul; imensa disparidade entre população rural e urbana; meio milhão de desempregados nas cidades; secas periódicas que atingiam mais de 4/5 do território (FURTADO, 2009. p. 9).

O plano político que visualizava o desenvolvimento do Nordeste denota, de modo explícito, as consequências da política de imigração do final do século XIX e da decadência política, econômica e social que os estados do Norte e do Nordeste experienciaram na primeira metade do século XX.

Em função dos desequilíbrios inter-regionais brasileiros do final do século XIX, alguns políticos e intelectuais já se manifestavam sobre a diferenciação entre o Brasil do Norte e o Brasil do Sul:

Em 1876, um republicano da Paraíba, Maciel Pinheiro, ao comentar a publicação de *O Cabeleira*, de Franklin Távora, constatava a diferenciação crescente entre as duas grandes regiões do país. Segundo dizia, “a vida no norte do Brasil tem cunho diverso da do sul, hábitos, índole, meios de subsistência constituíram uma sociedade com feições diferentes”. Ademais, “influências de ordem política têm concorrido para que mais se caracterize e acentue a diferença entre o norte e o sul do Brasil. No sul, está o governo, a cujo influxo imediato tudo se anima e desenvolve”. Outro elemento de diferenciação residia na imigração europeia, favorecida no sul, obstaculizada no norte. É no mesmo ano da Abolição, Joaquim Nabuco descobria a existência de “dois brasis” (MELLO, 1999, p. 17).

O então Brasil do Norte, em função da monocultura e do latifúndio, catalisou a economia de subsistência. O processo de decadência do açúcar impulsionou a migração da mão de obra excedente para o agreste, proporcionando a ocupação de terras mais sujeitas ao fenômeno da seca. Etapas que colaboraram para o “drama nordestino” e fomentaram medidas políticas para o desenvolvimento do Nordeste.

2.3 Relações entre Espanha e Brasil: coincidências, equivalências e residualidades

Será que existem “condições sócio-históricas comuns” entre a Espanha dos séculos XVI e XVII e a América Latina do século XX? (GONZÁLEZ, 1994, p. 15).

O questionamento proposto é solucionado pelo mesmo autor que, a princípio, no sentido estrito da palavra, declara que não há condições sócio-históricas comuns, mas, sob outra perspectiva, na qual também nos ancoramos, revela que uma rápida análise nos permite vê-las como equivalentes. Equivalências que Pontes (2006), Pereira (2014) e Carvalho e Sales (2014) tratam por *residualidades* no campo cultural, as quais podem ser originadas de condições sócio-históricas também residuais, coincidentes. O que González (1994) chama de “equivalências”, trataremos, neste trabalho, por coincidências sócio-históricas que permitiram, pelo processo de *hibridação cultural* com o Nordeste brasileiro, a *cristalização* de comportamentos sociais herdados do passado europeu.

Sob a perspectiva do texto literário como registro privilegiado do contexto histórico, adotamos, neste trabalho, a *Teoria das Residualidades*, desenvolvida por Roberto Pontes (2001), que discorre sobre as relações híbridas as quais as culturas mantêm entre si, numa constante retomada de elementos de outros tempos e espaços que permanecem no processo cultural. Julgamos, então, que a *Teoria das Residualidades* proporciona uma dupla abordagem histórico-literária, uma vez que permite o uso de elementos que compreendem os aspectos históricos, sociais e antropológicos de um agrupamento social, de modo que o texto literário possa ser encarado como documentação histórica. Consideramos esta a base para exemplificar as relações possíveis de serem feitas na literatura a partir da busca de reminiscências do contexto da picaresca clássica na formação do personagem João Grilo, da obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna.

A *residualidade* referida pela teoria de Roberto Pontes caracteriza uma herança, um resíduo vivo e atuante que remanesce de uma época para a outra com a potência de gerar novamente toda uma cultura ou toda uma obra, incorporando novas realidades cotidianas. Não se trata de replicar o antigo, mas sim de algo que foi formado no passado e permanece vivo no processo cultural como um elemento do presente. A percepção dos aspectos do medievo remanescentes no sertão Nordestino é um exemplo desses resíduos.

Entendemos que a cultura Ibérica referente à época dos descobrimentos, na passagem da Idade Média para o Renascimento, resguarda aspectos que moldam tanto a sociedade quanto a cultura e transparecem na produção literária, além de serem reverberados às Américas (VASSALO, 1993). Para Lúcia Vassalo,

Enquanto o velho continente ingressava no mundo da escrita e da indústria, emigrou para a América aquele da voz e, com ele, a superestrutura intelectual que o acompanha. Ele não é um *resíduo* estratificado sobrevivente na memória de alguns, mas é vivo e atuante na prática dos contadores de histórias, nos improvisos dos cantadores, nos folhetos de cordel capazes de incorporar a cada instante novos eventos do cotidiano. A cultura oral nordestina consome ainda hoje temas e técnicas medievalizantes, como as histórias de procedência árabe ou francesa, junto com os desafios dos cantadores, a estrofação e várias modalidades de versejar (VASSALO, 1993, p. 163).

A autora nos apresenta um *resíduo* dinâmico e capaz de incorporar, a cada instante, novos eventos do cotidiano. Analisando esses novos eventos remanescentes de uma época para outra, Roberto Pontes desenvolveu a *Teoria da Residualidade*, um método investigativo que trabalha com o princípio de que não há nada novo em uma cultura, tudo é residual (MOREIRA, 2016, p. 204). O termo “*residualidade*” foi, de acordo com Silva (2007, p. 39) inicialmente empregado por Pontes em sua dissertação de mestrado defendida em 1991, para demonstrar a presença de *reminiscências* do passado que se acumulam no imaginário humano e se refletem no texto de forma involuntária, por meio de diferentes estruturas e temáticas.

Desse modo, congregamos do objetivo que Soares e Pontes (2013, p. 48) propõem para a *Teoria da Residualidade* que consiste em apontar e em explicar as remanescentes do modo de pensar de um determinado agrupamento social de um período de tempo específico em outro tempo diverso, tendo como base principal a Literatura. Para melhor compreensão dessa teoria, convém explicitar seus principais conceitos operacionais, a saber: *resíduo*, *imaginário*, *hibridação cultural* e *cristalização*.

Entendemos, assim, que toda cultura possui *resíduos* de culturas anteriores. Esse *resíduo*, compreendido como um elemento do passado e ainda ativo no presente e atuante no processo cultural, pode ser mais bem elucidado no excerto de Raymond Williams (1979, p. 125):

Por “residual” quero dizer alguma coisa diferente do “arcaico”, embora na prática seja difícil distingui-los. Qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é profundamente variável. Eu chamaria de “arcaico” aquilo que é totalmente reconhecido como um elemento do passado, a ser observado, examinado, ou mesmo, a ser “revivido” de maneira consciente, de uma forma deliberadamente especializante. O que entendo pelo “residual” é muito diferente. O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está vivo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento ativo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à

base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior (WILLIAMS, 1979, p. 125).

O objeto de estudo da *Teoria da Residualidade* é o que remanesce de imaginários anteriores, como a maneira de pensar, de ver, de sentir e de agir de um determinado grupo social de uma época específica, que pode ser verificado em outro grupo social de um período posterior.

O *imaginário* é considerado por Silva e Silva (2006, p. 213-214) como um termo histórico que envolve o modo de pensar, a maneira de sentir e a ação de um determinado grupo social inserido numa época demarcada. Seria um conjunto de imagens guardadas no inconsciente coletivo ou no grupo social; seria como o depósito de imagens de memória e de imaginação, que abrange todas as representações de uma sociedade, toda experiência humana, coletiva e individual, como as ideias sobre a morte, o futuro e o corpo. O *imaginário* não é algo independente, mas, sim, uma é parte do mundo real e cotidiano. As imagens que o constituem são imagens mentais que representam as coisas que ocupam nosso cotidiano.

Por *hibridação cultural*, compreendemos o contato que as culturas mantêm umas com as outras no passar do tempo, promovendo modificações em suas características egerando culturas híbridas, formadas por origens diversas. Pontes (2006, p. 5-6) entende que a *hibridação cultural* é a expressão usada para explicar que as culturas não andam cada qual por um caminho, sem contato com as outras. Ou seja, não percorrem veredas que vão a uma única direção. São rumos convergentes. São caminhos que se encontram, fecundam-se, multiplicam-se, proliferam-se. A *hibridação cultural* se nutre do conceito de hibridismo comum à mitologia. O que é um ser híbrido? É aquele composto de materiais de natureza diversa.

Já a *cristalização* compreende os resíduos do *imaginário* que adquiriram uma nova forma, uma nova roupagem em função de uma adaptação a um novo espaço e uma nova época. De acordo com Soares e Pontes (2013, p. 3), a *cristalização* é o refinamento de um elemento do passado que segue ativo no presente, e a existência dessa atividade se atribui à natural adaptação ao novo ambiente. O “refinamento” não deve ser entendido como algo que se tornou melhor, mas como aquilo que se adaptou a outro tempo e/ou espaço, ação possível em função das trocas culturais que, impreterivelmente, ocorreram com o passar do tempo. O conceito de *cristalização* diz respeito à adaptação que as culturas sofrem ao novo contexto em que se encontram quando hibridizadas.

Assim, para Pontes (2003, p. 59),

[...] toda cultura viva vem a ser produto de uma residualidade, a qual é sempre a base de construção do novo. Assim também é que toda hibridação cultural revela uma mentalidade e toda a produção artística considerada erudita não passa da cristalização de resíduos culturais sedimentados, na maior parte das vezes populares (PONTES, 2003, p. 59).

Ao que Raymond Williams chamou de *resíduos*, julgamos ainda pertinente à proposta deste trabalho destacar, analisar e diferenciar o conceito de *intertextualidade* proposto no final de 1960, por Júlia Kristeva, que, a partir dos estudos de Bakhtin, nomeou a interação entre dois ou mais textos. Para a autora, o texto é uma produtividade, ou seja, no espaço de um texto, cruzam-se e se neutralizam vários enunciados, tomados de outros textos. A *intertextualidade* refere-se ao conhecimento prévio de outros textos. Assim, o nível intertextual é um reflexo da bagagem de experiência e de cultura do escritor e do leitor (MOREIRA, 2016, p. 205).

Partindo da noção de dialogismo e ampliando-a, Júlia Kristeva sistematiza e nomeia o fenômeno da *intertextualidade*, enfatizando que o discurso literário dialoga com várias outras estruturas. O texto carrega, portanto, conforme Basso e Fonseca (2018), os reflexos de uma memória literária, pois sempre haverá um diálogo com o texto anterior.

A respeito da memória da literatura, levamos em conta que o texto sempre estará impregnado da biblioteca memorialística de quem o produz, o que posteriormente acionará a biblioteca do leitor. Elucidamos essas nuances pela afirmação de Tiphaine Samouyaut:

A literatura se escreve com a lembrança daquilo que é, daquilo que foi. Ela a exprime, movimentando sua memória e a inscrevendo nos textos por meio de um certo número de procedimentos de retomadas, de lembranças e de re-escrituras, cujo trabalho faz aparecer o intertexto. Ela mostra assim sua capacidade de se constituir em suma ou em biblioteca e de sugerir o imaginário que ela própria tem de si. Fazendo da intertextualidade a memória da literatura, propõe-se uma poética inseparável da hermenêutica: trata-se de ver e de compreender do que ela procede, sem separar esse aspecto das modalidades concretas de sua inscrição (SAMOUYAUT, 2008, p. 47).

A memória literária é, portanto, inseparável dos aspectos concretos vivenciados por aquele que a produziu. Nesse sentido, destacamos que o autor é também um sujeito histórico que pode partilhar suas realidades ou, até mesmo, seus devaneios com um outro, o leitor, que, do mesmo modo, poderá acessar sua biblioteca da memória e estabelecer conexões intertextuais peculiares.

Sobre o campo de conhecimento, vivenciado pelo escritor e pelo leitor, também associamos esse ser histórico que julga os comportamentos sociais e políticos que o acompanham em uma época específica. As experiências absorvidas podem ser revividas, em tempos e em locais diversos, de acordo com as equivalências das condições que moldam o contexto social e o político.

A respeito dessas equivalências, relembramos que o Nordeste brasileiro guarda, por exemplo, na figura do senhor de engenho a permanência do senhor feudal, o que, conforme a citada explicitação de Raymond Williams, não se trata de um elemento arcaico, pois não é deliberadamente revivido. Ao contrário, naturalmente mantém toda a sua força em uma cultura distante no tempo e no espaço, tal foi o vigor que teve o senhor de engenho em terras tupiniquins.

Silva (2007, p. 41) aponta uma diferenciação entre a *intertextualidade* e a *residualidade*, pois, segundo a autora, ao contrário da *intertextualidade*, que contempla o plano textual, a *residualidade* está associada ao conceito de *mentalidade*, uma vez que o resíduo está presente na obra mesmo sem a consciência do autor sobre o aproveitamento do material utilizado por meio da *sedimentação* de diferentes *atitudes mentais*. Para identificar tais resíduos, é necessário ao leitor uma bagagem cultural satisfatória.

A *Teoria da Residualidade* proporciona, portanto, o estudo do que remanesce de “mentalidades” anteriores, elucidando como, por exemplo, a maneira de ver, de sentir, de pensar, de agir e de viver de um determinado grupo social inserido numa época pode ser diagnosticada em outro grupo social de um período posterior.

Sob essa perspectiva, o colonizador ibérico trouxe para as Américas muito da mentalidade medieval, cristalizada na sua visão de mundo, subsidiando as bases sócio-histórico-culturais da colônia. Ao povoar o litoral brasileiro e se infiltrar para o sertão, área de difícil acesso, o colonizador possibilitou a conservação de muitos substratos mentais que compunham essa mentalidade, particularmente na cultura popular (CARVALHO e SALES, 2014, p. 89).

O conceito de *mentalidade* que adotamos também está de acordo com Jacques Le Goff (1998, p. 72) que define o termo como aquilo que permanece na formação dos povos, envolvido na história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época: “a mentalidade é aquilo que muda mais lentamente”. Assim, compreender o objeto de estudo da *mentalidade* é perceber que o coletivo norteia o caminho, pelo seu caráter temporal e atemporal, buscando entendê-lo em sua estrutura por meio de heranças, de continuidades e de tradição, na reprodução mental das sociedades.

Franco Junior (2003, p. 89) colabora afirmando que “a mentalidade é a instância que abarca a totalidade humana” e, por essa via, Pereira (2014, p. 192) acrescenta que a *mentalidade* de um indivíduo histórico seria o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo. Os três pesquisadores canalizam o conceito da *mentalidade* para a reciprocidade do homem histórico e social, permeados e impactados pelas condições temporais, geográficas, políticas e tecnológicas. Além disso, concordam a respeito da manutenção da essência da *mentalidade*, que é lentamente modificada.

A conservação desses *resíduos da mentalidade* cultural de um povo pode ser exemplificada pela literatura de cordel, que, ainda na atualidade, conserva a forma estética e muitas das temáticas que foram herdadas do medievo ibérico, reproduzindo, por sua vez, um imaginário medieval que se configurou à cultura sertaneja, conquistando atemporalidade, singularidade e, sobretudo, novos traços (CARVALHO; SALES, 2014, p. 90).

A respeito dessa *residualidade*, Pereira (2014, p. 191) rememora que podemos percebê-la nas quadrilhas juninas que remetem ao minueto francês, no picaresco João Grilo, nas bandas cabaçais e nos rabenqueiros, no “amor cortês” do caboclo, nas narrativas lendárias dos reinos encantados, nas histórias populares, no *Pedro Quengo* do romancista, no mamulengo, no léxico e nos termos ainda utilizados no sertão, na religiosidade, nos jogos e nos jograis, na moral das narrativas populares, nas cavalhadas (memória das batalhas entre mouros e cristãos) e no canto dos repentistas.

Uma observação minuciosa da realidade latino-americana contemporânea nos permite sentir as correspondências das nossas condições sociais com as ibéricas espanholas do século XVI. Enfatizamos que essa semelhança é potencializada quando adentramos pela análise econômica, que demonstra analogias interessantes: desequilibrada distribuição da riqueza, que se concentra cada vez mais nas mãos de poucos; dívida externa crescente; elevada inflação; perda de poder aquisitivo dos salários; elevada carga impositiva injustamente distribuída e impossibilidade de competir com o mercado estrangeiro (GONZÁLEZ, 1994, p. 16).

Sobre as coincidências presentes nos cenários econômicos, observamos, nas referidas sociedades, algumas atividades que despertam comportamentos sociais semelhantes. A economia agropecuária, por exemplo, era de total importância tanto para a Espanha quanto para o Nordeste brasileiro. No contexto espanhol, a busca por apropriação de terras e a consequente concentração nas mãos da aristocracia (reis, clero e classes privilegiadas) contribuíram para o raquitismo econômico da Espanha, afinal, os aristocratas trocavam seu dinheiro por bens imóveis no intuito de viverem da renda proporcionada por eles. Nesse processo, ao conduzir a massa monetária para a propriedade territorial, ocorreu,

concomitantemente, um aumento dos preços do mercado, o que prejudicou, de forma prioritária, as classes mais frágeis.

A conjuntura econômica dos dois cenários privilegia, portanto, o latifundismo. No caso brasileiro, além do latifundismo, acrescentamos a monocultura. A economia do açúcar no Nordeste brasileiro foi também a de concentração de renda, mantida por relações de trabalho pré-capitalistas que velaram diferentes formas de semiescravidão. De modo peculiar, no Nordeste brasileiro, o crescimento demográfico empurrou a população para terras mais áridas, agravando as condições de subsistência. Aos camponeses das fazendas do semiárido, restava trabalhar para o dono da terra na forma de “meia”, assim, plantavam, cuidavam e colhiam a safra que era dividida com o proprietário.

O dono das terras tinha como vantagem a possibilidade de manter como economia flutuante tanto o estoque de seus produtos da economia açucareira quanto a prática da pecuária, o que permitia renda nas épocas de seca. Quanto aos camponeses, que eram “moradores” das terras, nada restava em períodos de seca ou de queda nos preços dos produtos. Essa receita colaborou para o crescimento da economia de subsistência, demonstrando ser a essência do problema nordestino por permitir o aumento populacional mesmo diante de uma estacionária produtividade.

A economia de subsistência, agregada a uma pequena massa de salários oriunda da açucareira e às constantes secas, prejudicou principalmente a produção de alimentos, fato que incidiu de forma negativa na classe dos camponeses, obrigando-os a se deslocarem na época das secas. Esses “moradores” rurais, por não possuírem terras suficientes, puderam migrar para as cidades, inflando o número de pessoas subutilizadas na população urbana. Essas situações colaboraram com o crescimento da marginalização e favoreceram a manutenção do velado regime escravocrata e excludente do Nordeste brasileiro.

No latifundismo espanhol, as classes mais frágeis também ficavam prejudicadas pelo desnível de preços e pelos crescentes impostos. A elevação dos preços no século XVI também superou a elevação salarial. Os camponeses também foram, segundo Vives (1974), os mais prejudicados pelas sucessivas crises espanholas. Assim, o pequeno proprietário foi a classe que mais empobreceu e, sem dinheiro para investir em imóveis, terminou emigrando para as cidades.

Encontramos ainda, na Espanha, uma concentração de renda nas mãos da nobreza e do clero, fato que resultou na imobilidade social. Tradicionalmente, a distribuição social espanhola do século XVI compreendeu a classe dos “Cavaleiros” e a do “Plebeus”. Naquela, encontramos os monarcas, os nobres, os grandes da Espanha, os portadores de títulos e os

fidalgos; nesta, os plebeus, que se subdividem nos comerciantes menores, nos artesãos e nos lavradores. Fora dessa classificação, lembramos a massa de mendigos e de escravos. Como a riqueza já se manifestava como uma condição para a ascensão social no século XVI, alguns grupos viviam a buscar condições para manterem-se isolados das atividades do trabalho, da produção e da especulação. Os fidalgos, por exemplo, constituíam uma massa sem função e sem os recursos necessários para ascenderem socialmente, sendo, por isso, muito satirizados na Espanha.

A economia de subsistência tendia a permitir o aumento populacional e esta população passa a ser mantida em serviços mais ou menos inúteis gerados pela pressão social. O subemprego, a massa de marginalizados tanto no campo quanto nos centros urbanos, as elevadas cargas tributárias, a crescente dívida externa, os desníveis salariais e a concentração de renda atuam como realidades correspondentes e favoráveis à estagnação econômica, declarando a ausência de caminhos claros para o trânsito social.

A esses acontecimentos, acrescentamos o fato de que, durante o reinado dos Áustrias maiores, a Espanha deu início a sua espetacular etapa de acumulação de capital, impondo-se como a fonte do tesouro do Novo Mundo. No entanto, ficou sendo um mero intermediário, desprovido de capital moderno e de capitalistas modernos, obrigado a importar manufaturas caras e exportar matéria-prima barata, fórmula clássica que a fez entrar numa longa fase de decadência econômica. Parte dessa decadência foi devida à corrupção, que começou numa escala intensa e virulenta no reinado de Felipe III. O contrabando a partir da Espanha passou a ser uma profissão generalizada e lucrativa (FUENTES, 2001). Entendemos que, no processo econômico, em todo o mundo, a distribuição dos recursos gera desigualdades. Assim, do outro lado do Atlântico, dentro de um país de dimensões continentais, como o Brasil, o desenvolvimento econômico também tendeu a criar adversidades capazes de acarretar crescentes disparidades que, além de constituírem um grave problema do nosso país na segunda metade do século XX, permitem a análise de correspondências com o cenário econômico espanhol do século XVI (FURTADO, 2009).

A respeito das influências ibéricas cristalizadas no Nordeste brasileiro, Pereira (2014) considera:

O “tronco ibérico” das raízes brasileiras (elementos que, a priori, seriam externos), em contato com o novo povo, torna-se híbrido na formação da mentalidade e da identidade da nova gente, afastando-se de sua origem, para formar um todo original. Desse modo, não se pode dizer que haja na identidade nordestina o medievalismo europeu, tampouco retorno a um passado medieval, que sequer se teve, mas

recriação pautada numa mentalidade que se cristalizou formando um nordeste medieval (PEREIRA, 2014, p. 195).

Por esse raciocínio, o que era europeu passa agora a guardar semelhanças com o que é brasileiro. Sobre essa *hibridação cultural*, o autor também enfatiza que, apesar das semelhanças serem identificáveis, não são iguais, pois o que era múltiplo de origem torna-se uno na identidade brasileira, que, por si só, é múltipla em relação às regiões e às culturas que a formam. Compreendemos que os traços medievais ibéricos acompanharam as caravelas para aqui, no contexto brasileiro, particularmente no Nordeste, submeter-se a uma lenta *hibridação* aos costumes indígenas, pelo imediato contato da colonização e, mais tarde, aos costumes africanos, pelo processo escravocrata.

Ariano Suassuna também propõe um conceito de *hibridação* e de mestiçagem que nos auxilia na compreensão das *residualidades* culturais:

Historicamente, a cultura negra e indígena formaram, pela mestiçagem, o lastro da cultura que a gente chama de popular. Do outro lado há a cultura oficial, herdada dos europeus que chamamos de erudita. Hoje as pessoas me chamam de contraditório e dizem: você gosta da cultura popular, mas detesta a de massa, mas elas não são a mesma coisa. Cultura de massa, por definição, é baseada no gosto médio, o que não vale para a cultura popular. A cultura popular é feita pelas pessoas do Brasil real de bom gosto. E essa cultura não subsiste apenas na zona rural, não, porque nas cidades ela também se manifesta. Há uma cultura popular urbana que sobrevive à margem da cultura de massa. O fato é que a cultura popular tem uma capacidade enorme de assimilação, sem abrir mão de sua identidade. Quem tem essa visão imobilista não é o povo nem somos nós, artistas: são os pesquisadores do chamado folclore, um negócio morto no tempo, mumificado. Às vezes eles chegam aqui e vão ver o bumba-meu-boi. Daqui a dez anos, eles voltam e veem um bumba-meu-boi diferente e então saem dizendo que está deturpado. Está não: está diferente. Essa é a dinâmica. A capacidade de transformação é enorme. É isso que eu procuro fazer dentro das minhas medidas. O que eu não concordo é com a uniformização. Porque nessa grande sinfonia que é a cultura universal cada região tem de fornecer sua nota peculiar. Para mim, o homem é o mesmo em todo o canto, os fundamentos são os mesmos (SUASSUNA, 2000, p. 34-35).

Em consonância com a visão de Suassuna (2000), Vassalo (1993) estabelece uma interessante maneira de entender aquele universo europeu a partir de algumas dicotomias e, outra, na análise da circulação dos temas literários.

No espaço das dicotomias, que corresponde ao início da Europa Moderna, Vassalo (1993, p. 46) diferencia duas tradições culturais: a grande e a pequena. A grande tradição era transmitida de modo formal, nas escolas e nas universidades. Assim, era exclusiva dos que frequentavam tais instituições. Por outro lado, a pequena tradição era propagada de maneira

informal, na igreja, na praça, no mercado, sempre aberta a todos. A cultura popular era a única expressão para a maioria que a concretizava pelo dialeto regional, ao passo que a minoria, representada pela elite, conhecia a forma escrita e a oral, o latim e alguma forma literária do vernáculo, além do dialeto local.

Nesse bojo de discussões, Peter Burke (1989) considera que, somente para a elite, as duas tradições tinham funções psicológicas diferentes: a grande era a séria; a pequena era a diversão. Vassalo (1993) rememora a contribuição pioneira de Mikhail Bakhtin que ilumina a dicotomia existente entre o que Suassuna (2000) chama de cultura oficial, letrada, de elite ou formal *versus* a cultura popular ao propor uma reflexão que parte dos contrastes entre elas.

Para Vassalo (1993, p. 47), o estudioso russo parte dos contrastes entre a cultura oficial e a popular. A primeira é aquela da Igreja, do Estado, referenciando as altas camadas sociais que marcam o cotidiano pelo seu aspecto sério. Celebra-se, nessa cultura, o triunfo das verdades eternas, das definições imutáveis e definitivas, próprias da rígida concepção da filosofia do Estado feudal, ressaltando, assim, as forças do estático, da permanência e da autoridade.

Por outro lado, a cultura popular permite o contraste com os primados dos grupos hegemônicos representados pela mobilidade e pelo riso. Por isso, ela é extremamente rica por se prender à fluidez. Expressa-se por uma linguagem própria, típica das manifestações populares, circunscrevendo sua expressão a momentos permitidos ao longo do ano, dos quais podemos destacar as festas de carnaval. Essas representam denominações que se opõem à rigidez da sociedade feudal, atuando como válvula de escape, visto que nelas se extravasam o riso da cultura popular manifestado nesse momento de igualdade, pois o carnaval é uma forma de espetáculo sincrética e ritual, um fenômeno cultural (VASSALO, 1993, p. 47).

No espaço da circulação de temas literários, Vassalo (1993, p. 56) afirma que a circulação das informações culturais pode ser observada em dois planos, a saber, um horizontal e outro vertical.

O primeiro, horizontal, faz menção às situações de deslocamento geográfico, peregrinações e romarias, comuns na Europa medieval, onde se destacam as ações dos jograis, importante instituição medieval que propagava o ponto de vista profano. Estes se apresentam como intermediários entre a cultura escrita e a multidão de analfabetos; tal como viajantes mesclando a cultura de várias regiões e como agentes de opinião pública. São responsáveis por reunir as diversas culturas locais da Europa num patrimônio comum. *Resíduos* dessas ações foram legados, de certo modo, ao cantador nordestino, seu híbrido que congrega muitas dessas funções (VASSALO, 1993, p. 56).

No segundo plano, o vertical, a autora atribui à carnavalização a capacidade de permitir a passagem entre a alta e a baixa cultura. De modo análogo, também reconhece que os temas literários podem flutuar a partir do cordel, pois esses artistas apresentaram histórias tradicionais adaptadas às suas técnicas, o que permitiu a circularização de temas literários. Gil Vicente, Amadis de Gaula e *Romancero viejo* são alguns exemplos de circularidade de temas da Península Ibérica que foram transmitidos às Américas pela literatura de cordel.

As influências culturais oriundas da Península Ibérica foram, portanto, propagadas por essas expressões oficiais e principalmente populares em terreno nordestino, mantendo a sua essencialidade e permitindo, pela *hibridação cultural*, a criação de novas *mentalidades* culturais, possibilitadas pela manutenção dos *resíduos* ibéricos em terras brasileiras.

Tais coincidências guardam fortes conexões com o registro literário que assume o caráter de documentação. O homem, inserido num contexto social, no campo ou na cidade, estabelece, pela sua capacidade de observação, um juízo de valor, uma crítica sobre os acontecimentos que o cerceiam. Dentre as possibilidades de formas de concretização desse juízo, podemos observar os registros referenciais e os artísticos que consolidam o texto. O registro literário pode constituir, portanto, uma fonte que resguarda perspectivas temporais impregnadas na memória coletiva.

Sobre a documentação histórica, lembramos que, para Le Goff (1990, p. 535), a memória coletiva e a história são analisadas mediante dois tipos de materiais: os *monumentos*, como herança do passado, e os *documentos*. Inicialmente distintos, o *monumento* refere-se a tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuando recordações, como, por exemplo, uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura, ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa. Já o termo *documento* evoluiu para o significado de “prova” ganhando o sentido de testemunho histórico no século XIX.

Esses termos, *documento* e *monumento*, sofreram transformações semânticas para os historiadores. Essa evolução de sentido é minuciosamente descrita por Le Goff (1990) que demonstra, sob perspectivas de outros historiadores, as nuances que culminaram nas ações de reunir novos métodos de retomada e de registro da memória coletiva e da história. Nesse sentido evolutivo, ora o conceito de *monumento* se sobrepõe ao de *documentação*, ora o conceito de *documento* triunfa sobre o de *monumento*. No cerne dessa discussão, outro fator se evidencia: a ampliação da noção do termo *documentos*. Esse alargamento do significado de *documentos* foi uma etapa para a explosão do que Le Goff (1990) chama de *revolução documental*.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 1990, p. 541).

Percebemos que tudo o que demonstra a presença do homem caminha para o processo de registro histórico. O interesse da memória coletiva e da história já não se fundamenta exclusivamente sobre os grandes protagonismos, grandes homens e acontecimentos. Le Goff (1990) conduz sua análise demonstrando o interesse da história por todos os homens, suscitando uma nova hierarquia mais ou menos implícita nos documentos.

Nesse ponto, ressaltamos que tanto no estudo da sociedade espanhola do século XVI quanto no estudo da sociedade brasileira da metade do século XX, mesmo sob distinta cronologia, o vínculo histórico, agregado às respectivas movimentações sociais e políticas, conduziu à formação de estratos sociais que passaram a dignificar com suas perspectivas os registros da memória histórica.

Nesses estratos sociais, novos narradores dispostos a partilhar sua visão de mundo e a denunciar a subalternidade incorporam vozes que podem representar a memória coletiva de uma classe. Suas ações, atividades e falas constituem maneiras de ser em função de um contexto social que os impele a prover uma resposta capaz de registrar as relações vivenciadas. Esse registro da realidade pelos olhares de todos os homens, o que inclui o olhar do marginalizado, encontra nos novos interesses da *revolução documental* a chance de ampliar as perspectivas de análise do real.

A literatura, entendida como documentação histórica, como canal permissivo à perspectiva subalterna, registra os resíduos emanados de uma época para outra. Por esse viés, sociedades, como a do Nordeste brasileiro, de meados do século XX, apresentam potenciais *residualidades* de outras sociedades, como da Espanha, do século XVI. O contexto histórico e as articulações econômicas e sociais proporcionaram a formação de uma classe subalterna que, ao dinamizar sua voz narrativa, denuncia as fendas dos respectivos sistemas.

Seguimos com a mesma cautela proposta por GONZALEZ (1994), pois não pretendemos interpretar a realidade brasileira, ainda em estudo, como derivados de qualquer modelo espanhol. Os textos seguem o processo das *residualidades* culturais que constituem,

no Nordeste brasileiro, heranças da história espanhola, agregados às condições locais, responsáveis, por sua vez, pelo processo de *hibridação cultural*.

Nosso interesse é no texto literário como documentação histórica, ou melhor, como história não oficial. Sob essa perspectiva, constatar que momentos históricos com aspectos “correspondentes” possam produzir textos cuja aproximação, sob teorias semelhantes, motivem a percepção de potenciais resíduos.

Essas *residualidades* são perceptíveis pelos modos adotados de organização econômica e social brasileira. Possibilidade de observação potencializada na gênese literária. A formação de uma classe social subalterna catalisa a necessidade de expressão histórica desse grupo. As *residualidades* permitem, portanto, que o despertar narrativo possa ser analisado pela figura do personagem subjugado, o neopícaro, que evoca o pícaro espanhol.

3 PICARESCA ESPANHOLA: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS

A análise do romance picaresco espanhol constitui um terreno fértil para a argumentação corroborativa ao estudo das relações interdisciplinares e intertextuais. O emaranhado histórico, particularmente o contexto econômico, é o mote tanto para o surgimento do pícaro espanhol, figura literária que tem sua gênese no âmbito da evolução histórica da sociedade espanhola dos séculos XV e XVI, quanto para a expansão e a renovação do gênero picaresco nos contextos equivalentes.

Duas perspectivas de conhecimento se entrelaçam na análise desses contextos de evolução histórica e social. A História e a literatura apresentam relações que ocupam discussões contemporâneas. Desses debates, julgamos necessário destacar o que Mendonça e Alves (2013, p. 120) tratam como a crise dos paradigmas de análise da realidade, argumentando a favor do fim das verdades absolutas que legitimam a ordem social e a interdisciplinaridade.

Bacsko (1984, p. 27 *apud* MENDONÇA; ALVES, 2013, p.120) afirma que a perplexidade atual das ciências humanas deriva de um sentimento de perda da certeza das normas fundamentadoras do discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade. Interpretar fenômenos sociais sob uma teoria geral apoiada em ideias e imagens que legitimam o presente e antecipam o futuro (o progresso, o homem, a civilização) perde seu sentido, segmentando as ciências humanas e deixando transparecer um movimento paralelo de associação multidisciplinar em busca de novas saídas.

Desse modo, novos objetos, problemas e sentidos ensaiam-se, marcados por um ecletismo teórico, uma ótica interdisciplinar e comparativista e um grande apelo em termos de fascínio temático. Portanto, o diálogo entre História e literatura, como objeto de estudo, é uma saída desse esvaziamento e dessa sedução (MENDONÇA; ALVES, 2013, p. 120).

A compreensão de que a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo, tem permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa. Assim, mesmo que os literatos a tenham sempre produzido sem um compromisso com a verdade dos fatos, construindo um mundo singular que se contrapõe ao mundo real, é inegável que, através dos textos artísticos, a imaginação produz imagens, e o leitor, no momento em que, pelo ato de ler, recupera tais imagens, encontra uma outra forma de ler os acontecimentos constitutivos da realidade que motiva a arte literária (MENDONÇA; ALVES, 2013, p. 120).

A noção de que História e literatura são campos distintos foi assegurada até algumas décadas do século XX. A partir de então, novos questionamentos a respeito do próprio estatuto da História e as tentativas de compreender o papel social do historiador foram propostos e conseqüentemente o processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado à luz da experiência literária.

Santos (1996, p. 19) comenta a atitude de diversos estudiosos da escrita histórica, afirmando que eles têm

[...] sugerido que a historiografia deve utilizar-se das variações e criatividades que podem ser constatadas nos diversos níveis da narrativa literária. Desse modo, incorporaria no próprio discurso o caráter inerente relativo a todo conhecimento sobre o passado (SANTOS, 1996, p.19).

Essa reflexão resultou, de acordo com Mendonça e Alves (2013), na ponderação da cientificidade da narrativa histórica e na instauração da ideia de relatividade do conhecimento nela revelado. Essas perspectivas foram baseadas na fragilidade da transposição da realidade histórica como produto da subjetividade, a qual é ilimitada e passível de erros. Acrescentamos ainda a interpretação dos fatos dada pelo sujeito historiador, a partir da seleção e da organização da realidade que ocorre numa narrativa histórica.

Em um ensaio precursor da epistemologia da História, *Como se escreve a História*, Veyne (1982, p. 37) reafirmou a tendência da História à narrativa e à literatura; pois, para ele, o historiador deve se apropriar da noção de intriga, elaborada pela ficção, pois esse recurso possibilitará uma compreensão aberta do real. Por meio da sua intriga, o narrador retira do esquecimento a matéria desordenada de acontecimentos do real ao atribuir sentido aos fatos.

Paul Ricoeur, em *Tempo e narrativa* (1994, p. 15), retoma essa discussão ao afirmar que "o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal". Para o autor, um mundo exibido por uma obra ficcional é sempre um mundo temporal.

Levando em consideração esse aspecto do tempo, explicamos que

[...] narrar é contar uma história, e contar uma história é desenrolar a experiência humana do tempo. A narrativa ficcional pode fazê-lo alterando o tempo cronológico por intermédio das variações imaginativas que a estrutura auto-reflexiva de seu discurso lhe possibilita, dada a diferença entre o plano do enunciado e o plano da enunciação. A narrativa histórica desenrola-o por força da mimeses, em que implica a elaboração do tempo histórico, ligando o tempo natural ao cronológico (NUNES, 1988, p. 10).

Chalhoub e Pereira (1998, p. 7) também abraçaram a proposta de historicizar a obra literária, inserindo-a no movimento da sociedade para investigar suas redes de interlocução social e destrinchar a forma como se constrói ou representa a sua relação com a realidade social. A partir da análise de obras de Machado de Assis, de José de Alencar, de Mário de Andrade e de Jorge Amado, entre outros, os autores argumentam que a obra literária é uma evidência histórica objetivamente determinada, ou seja, situada no processo histórico; necessita, portanto, ser adequadamente interrogada a partir de suas propriedades específicas: “Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7).

White (1992, p. 38) afirma que o trabalho do historiador seria tanto poético quanto científico e filosófico, permitindo, em sua narrativa argumentativa, modelos de análises literários, como ele mesmo fez com algumas obras, destacando seus enredos, seus recursos linguísticos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) e relacionando-os a modos de explicação e atitudes políticas.

Nesse sentido, percebemos que a própria noção de documento, que sustentava a narrativa histórica convencional, passou por questionamentos, bem como foi realçado o papel ativo do historiador em sua recolha e interpretação, rompendo-se, assim, a ideia de que cabe a ele o simples registro dos testemunhos. Infere-se que não se trata de substituir a ficção pela história, mas de possibilitar uma aproximação poética em que todos os pontos de vista, contraditórios, mas convergentes, estejam presentes. Assim, a literatura pode ser considerada como uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos.

Considerando que a historiografia se constrói a partir de um discurso narrativo, construído com a intenção de revelar a versão de seu autor sobre o que relata, não seria um absurdo crer que entre o discurso narrativo literário e o discurso narrativo historiográfico poderia haver cruzamentos, sobreposições e permeabilidades. (OLIVEIRA, 2017, p. 107)

Oliveira (2017), participando dessa discussão, utiliza a análise comparativa de uma série de personagens, buscando estabelecer um diálogo com o meio sócio-histórico de onde surgem. Retomando a possibilidade de a literatura ser uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos, analisa personagens da literatura espanhola do Medievo ao Renascimento, revelando não só um panorama literário, mas uma visão da realidade social e histórica do período.

Ao recordar o percurso da Idade Média ao Renascimento, Oliveira (2017, p. 121) observa que, durante a Reconquista, quando o império castelhano ainda estava se estabelecendo, a literatura assumiu um papel propagandístico contando com um herói realista, *El Cid*, personagem que representava o castelhano ideal. Esse modelo arquetípico se reproduz posteriormente nos poemas romances de tradição oral, mas cada vez mais idealizado. Com o fortalecimento do império, com a conquista da América e com a propagação do pensamento renascentista, a ideia de cavaleiro é revista, fortalecida e distanciada da realidade, situando-se em um universo fantástico com histórias menos comprometidas com o cotidiano, buscando levar o leitor ao encantamento, sem, contudo, deixar de contribuir para a manutenção do sistema político e social.

Do modo análogo, em meio à crise social e política instaurada no reino de Castela no século XVI, surgem na literatura relatos que denunciam e criticam o estilo de vida que era promovido até então. A literatura dá forma ao pícaro, exemplo de anti-herói, completamente oposto ao cavaleiro medieval. Esse pícaro que parodia as histórias cavaleirescas posiciona-se criticamente frente à sua sociedade, denunciando-a e demonstrando a fragilidade dos modelos idealizados numa realidade em crise (OLIVEIRA 2017, p. 118).

3.1 O pícaro

Quando enveredamos pelo estudo do romance picaresco clássico espanhol e observamos a sua conexão com o contexto político e econômico marcado pela prática de ascensão social por meio da marginalidade, faceamos a uma questão essencial: o que vem a ser a marginalidade?

O conceito de marginalidade enfrenta problemas teóricos em função da pretensão de definir o que se encontra numa região de fronteira, o que escapa da precisão. Quando falamos

de margens, pensamos em lugares que não se enquadram de maneira definida nem em um, nem em outro lugar, mas que se movimentam num espaço dificilmente delimitado.

Essa perspectiva de estudo da marginalidade apresenta, de acordo com Rodríguez Guiléz (2013, p. 14), dificuldades em três aspectos. Em primeiro ponto, a característica da margem de não estar nem em um, nem em outro lugar faz com que os sujeitos que atravessam essa condição o façam de maneira flutuante, passando alternativamente por etapas de integração e de exclusão. Em segundo ponto, a classificação se impõe por parte de quem a observa e sanciona, de modo que a marginação pode ser analisada como um produto do discurso que a determina. Por último, a intervenção do investigador, um sujeito social que determina a partir de seus próprios parâmetros o que é a margem e que, a partir de suas referências teóricas, introduz sua porção de subjetividade. Apesar das dificuldades em estabelecer o conceito de marginalidade, entendemos como colaborativo para o ponto de estudo do nosso trabalho a ideia que defende a marginalidade como sendo uma condição cambiante enfrentada por um sujeito que passa alternativamente por etapas de integração e exclusão mediante os contextos sociais.

Chartier (2002, p. 2), em seu artigo sobre a construção estética da realidade, colabora com novos instrumentos de estudo ao afirmar que nem sempre é possível separar a realidade social existente de suas representações estéticas. O autor analisa a literatura picaresca publicada na França do século XVII com o fim de observar como a representação estética contribui para a produção e a construção da realidade social de uma época. Para o autor, não se pode mais pensar as hierarquias ou as divisões sociais fora dos processos culturais que as constroem.

Na busca por compreender a atração do público por textos que registravam a evolução dos marginais nas sociedades europeias do final do século XVI e do começo do XVII, Chartier (2002, p. 4) estabelece vínculo com duas experiências coletivas. A primeira está relacionada com o aumento, sem precedentes, do número de mendigos e de vagabundos entre a população urbana. Tal fato proporcionou a proliferação de textos que denunciavam a invasão das cidades. A segunda experiência que organiza a representação dos marginalizados foi a percepção da “monarquia” paralela dos mendigos. Essa representação está, segundo o autor, enraizada nas nomenclaturas corporativas do século XV que detalhavam os falsos mendigos e os ladrões verdadeiros.

Percebemos que a organização e o crescimento das cidades europeias, ocorrido no final da Idade Média, proporcionou um espaço que permitiu a convivência de sujeitos provenientes de distintas classes sociais, a coexistência da riqueza e da pobreza e a atração

para muitos sujeitos que perdiam seu antigo modo de subsistência. Para esses, considerados vagabundos, seria possível garantir uma magra sobrevivência a partir da mendicidade, dos trabalhos temporários e dos pequenos delitos.

De acordo com esses apontamentos, o pícaro

[...] representa um tipo de marginal específico que só reproduz sua própria subsistência. Em caso de subordinar-se temporariamente, constrói o status de seu amo, pondo-se a serviço de uma nobreza menor ou de setores em ascensão, que o utilizam como instrumento de ostentação para construir uma imagem de seu poder (RODRIGUEZ GUILÉZ, 2013, p. 19).

As atividades dos pícaros como o trabalho irregular, a esmola, o jogo e também o roubo constituem exemplos da sociedade pré-capitalista do século XVI que valorizava o trabalho a partir do seu aspecto moral, independente de sua rentabilidade. Os serviços realizados pelos pícaros não eram necessariamente rentáveis, mas sim associados ao status da vida doméstica de seus amos. Tais ocupações resultavam da obrigação que tinham de subordinar-se a um senhor, pois isso diminuiria as dificuldades, impostas pelas normas, de sua vida itinerante (BOURDIEU, 2006 *apud* RODRIGUEZ GUILÉZ, 2013, p. 134).

O desenvolvimento do romance picaresco esteve marcado por uma relação de dependência do campo literário com o do poder, isto é, picaresca e política, de alguma maneira, parecem interconectadas durante o século de ouro espanhol. Assim, o pícaro emerge na literatura espanhola como um indivíduo submetido às misérias morais dos grupos dominantes (CALZÓN GARCÍA, 2018, p. 45).

Embora existam controvérsias sobre a etimologia da palavra “pícaro”, adotamos, neste trabalho, a perspectiva do marginalizado que precisa resolver o problema da sua sobrevivência, para isso torna-se necessário o fingimento, característica básica da picaresca. Consideramos também que a visão picaresca se ocupa da crítica social, transitando entre o poder do dinheiro e da vaidade. Em relação ao dinheiro, a tônica predominante dos personagens é representada por ladrões, avaros, corruptos, trapaceiros, estelionatários, falsificadores, inescrupulosos e gananciosos. Já em relação à vaidade, a tônica dos personagens prepondera em falsos, mentirosos e hipócritas.

A designação de “pícaro” parece ter sido aplicada inicialmente no século XVI a indivíduos, um tipo inferior de servo, em geral adolescentes, que ajudavam no trabalho na cozinha dos senhores em troca de comida. Essa condição marginal levaria essas pessoas a uma existência na qual a astúcia seria o único recurso para a sobrevivência e, por esse

caminho, a semidelinquência. Por extensão, “pícaro” passaria a representar o indivíduo marginal, astuto e carente de princípios (GONZÁLEZ, 2010, p. 448).

Calzón García (2018, p. 45) analisa a importância de *Lazarillo* e do gênero picaresco ao dar voz e presença narrativa a um tipo de protagonista até então ausente da literatura e da História. O relato de um subalterno que controla tanto seu discurso quanto suas ações marca a revolução estrutural narrativa presente em *Lazarillo*. A condição de subalterno, de excluído, de *Lázaro* se verá confirmada por Asensi (2009, p. 62-63) ao longo de seu relato, sobretudo a quatro pilares: a classe, a lei, a raça e o sexo.

A classe é firmada pela sua condição de “pobre” e filho de pais desonrados; quanto à lei, lembramos que o pai de Lázaro era ladrão e ele mesmo exercerá a mendicância, uma atividade proibida em certos períodos do século XVI; a raça é relevada pela condição de “negro” de seu padrasto e pelo quarto pilar, o sexo, firmado possivelmente pelo exercício da prostituição por parte da sua mãe.

Por outra perspectiva, Martínez (2004) vê Lázaro como um excluído, tanto no plano social quanto no literário. Desse modo, em relação aos estudos de alteridade de Todorov (1987, p. 195), o nosso “Lázaro resulta desqualificado nos três eixos de relação com o outro”: primeiro, o axiológico, pois não possui honra nem valor; o segundo, o praxiológico, visto que Lázaro é um ser inferior, capaz apenas de cumprir ordens, assim, seu destino é servir; e o terceiro, o epistemológico, pois não é um objeto de conhecimento, e sim de uma divertida e condescendente curiosidade.

Por essas associações, depreendemos que o pícaro surgiu como um personagem literário num cenário espanhol e europeu em transição. Esse pícaro, jogado às ruas, muitas vezes sem amo e sem senhor, encontra-se subordinado a uma nova ordem social na qual a prioridade é a sobrevivência. O romance picaresco revela, de acordo com Calzón García (2018, p. 45), o primeiro subalterno dos tempos modernos, que, de modo anônimo, poderá ver recuperada a sua voz por meio da narrativa.

Lázaro Carreter (1972, p. 109) encontra no pícaro um indivíduo sem ofício, sempre disponível para trabalhos subalternos, que carrega uma apreensão pela sua miséria e, em função de sua falta de princípios, passível à delinquência. De acordo com essa perspectiva, os pícaros são marginais passíveis de serem contratados, mas são excluídos socialmente pelos preconceitos que recaem sobre eles. Para o autor, a maioria dos protagonistas desse gênero apresentam algumas atividades básicas e outras complementares, como a prática do furto, do jogo e da mendicância. Embora presentes, não consideramos essas práticas como essenciais à definição que perseguimos, visto que partimos da noção de marginal, cujas estratégias de

sobrevivência podem ser as mencionadas ou outras, e por ausência das quais alguns pícaros (incluindo Lazarillo) e *neopícaros* (como João Grilo) não podem ser estimados como tais.

Sobre a origem do romance picaresco, González acrescenta que,

No meio da profusão de novelas de cavalaria publicadas ao longo do século XVI na Espanha, um pequeno livro irrompe para, mediante uma temática e uma estrutura completamente opostas, significar o aparecimento de uma nova maneira de narrar e, especialmente, expor uma visão fortemente crítica da realidade social imediata. Por esse caráter inovador, *Lazarillo de Tormes* revela uma clara amostra da crise dos modelos narrativos renascentistas; o equilíbrio e o idealismo destes vê-se atropelado pela irrupção da realidade cotidiana trazida pelo narrador de primeira pessoa e exposta mediante o diálogo [...]. Esse sentido crítico vale-se do humor para expor a hipocrisia dominante na sociedade e expor a cisão do indivíduo, desse “eu” que pomposamente abre a narrativa e que, de fato, não existe senão como aparência (GONZÁLEZ, 2010, p. 302).

Essa nova voz narrativa efervescente ao longo do século XVI aproxima as histórias do cotidiano e permite que as pessoas comuns possam se reconhecer nela. A temática e a estrutura textual propõem a visão do protagonista-narrador que se contrapõe ao ponto de vista do leitor, que, a partir de agora, é impelido a definir o sentido do que lê.

Em função de algumas polêmicas resultantes do estudo do gênero picaresco, que, de acordo com critérios específicos, ora é vista como história e ora vista como discurso, González (1986, p. 638) trabalha com a possibilidade de entender a picaresca a partir da integração de uma história em um discurso.

A partir dessas considerações, o autor afirma que nem um gênero, nem um segmento de um gênero podem ser definidos a partir de um único texto, mas, sim, em função de uma intertextualidade. No caso da picaresca, parece evidente, para o autor, o caráter intertextual que ele chama de *núcleo do gênero*, formado pelos romances considerados iniciais *Lazarillo* (Autoria anônima, 1554), *El Guzmán* (Mateo Alemán, 1599) e *El Buscón* (Francisco de Quevedo, 1626). Como esse *núcleo* está condicionado por uma situação histórica e a ela responde claramente, espera-se que os sucessivos textos picarescos evoluam a partir da fórmula inicial para responder a outros contextos.

Em outro estudo sobre o romance picaresco, entende-se que,

[...] para se falar em romance picaresco, é necessário levar em conta duas coisas: primeiro, o aspecto histórico da modalidade, que leva a que devamos entendê-la como um processo. Em segundo lugar, entendemos que deve ser evitado o erro de se ver no romance picaresco a narrativa de uma única fábula com pequenas variantes;

ou o de limitar o discurso picaresco a uma estreita receita sem alternativas. Pelo contrário, achamos que toda a conceituação de “picaresca” há de atender à integração de um certo tipo de história num certo tipo de discurso (GONZÁLEZ, 1988, p. 40).

Quanto ao entendimento da picaresca como um processo, isso implica que não devemos confundi-la como uma obra ou um conjunto de obras, mas sim como um intertexto. Assim, torna-se necessário o estabelecimento de períodos para o romance picaresco, que podem vincular-se a diferenciações histórico-geográficas, e que marcam fases de uma evolução que se apoia em sucessivas transgressões do *núcleo* anterior (GONZÁLEZ, 1988, p. 40).

A ruptura gerada pela picaresca espanhola evidencia ainda o desejo da literatura em adotar a veracidade do momento histórico vivido, uma tentativa de denunciar as realidades das condições de vida, os percalços e os paradigmas da sociedade. Essa busca significa uma transformação do objeto da narrativa, que deixa de seguir a simples imitação de modelos tradicionais e não mais tangentes à sociedade, e posiciona seu olhar para uma imitação dos aspectos humanos, sociais e de todas as suas ramificações, sejam de plenitude ou de delinquência, de heroísmo ou de falsidade.

O núcleo da narrativa picaresca aborda a tentativa de ascensão social realizada pela exclusão do trabalho. Afinal, abster-se do trabalho é o meio válido e percorrido pelo pícaro. É uma forma que o pícaro encontra de se aproximar do modelo em que se projeta e que representa como sua paródia – o ambíguo “homem de bem”.

No “homem de bem” a sua não-dependência do trabalho faz parte essencialmente da “honra-opinião” em que ele se apóia e na qual cristaliza a prioridade do parecer sobre o ser. O problema fundamental para o pícaro é chegar a ser, o quanto antes, um “homem de bem”; isto é, chegar a parecer-se com ele, porque ele é apenas aparência (GONZÁLEZ, 1988, p. 43).

O “homem de bem”, ideal perseguido e parodiado pelo pícaro, ilustra os indivíduos que se beneficiam da estrutura social espanhola por meio da aparência. Considerando que os contextos de derrocada econômica geram impreterivelmente uma agitação social, a partir de agora, o que passa a importar nessa nova tessitura social espanhola era o fato de parecer um *homem de bem*, situação que Corominas (2011), no seu estudo sobre novas perspectivas de leitura do romance picaresco, explica mediante a formação e a influência da sociedade de corte.

A corte é vista pelo autor como o local onde se encontrava o rei junto a seus conselheiros, servidores e súditos e reunia as acepções latinas de *cúria* (lugar) e *cohors* (grupo de pessoas), dualidade que se manteria vigente na Idade Moderna, quando a complexa Corte do Antigo Regime aglutinou em seu seio os órgãos do governo da Monarquia, as casas reais e o grupo de oficiais heterogêneos, que, desde finais do período Medieval, conseguiram infiltrar nos espaços de atuação política, conforme a Coroa foi consolidando sua hegemonia sobre a aristocracia feudal, a hierarquia eclesiástica e as oligarquias urbanas. Elias (2001, p. 28) também estabelece que a sociedade de corte surge da sociedade feudal e deriva na industrial.

Com o estabelecimento do Estado Moderno na Espanha, os vice-reis, os embaixadores, os capitães, os capelães e os corregedores alcançaram, por essa via, uma distinta posição social. Isso os possibilitou ascender às altas esferas da honra. Em torno dos patronos da corte, aglutinaram-se, a partir de relações pessoais, aqueles oficiais e servidores que compartilhavam mesma origem, interesses, ideologia ou sensibilidade religiosa, de maneira que os mais importantes debates e controvérsias do período podem ser compreendidos à luz do enfrentamento protagonizado pelas distintas facções em processo (COROMINAS, 2011, p. 86).

Desde então, qualquer indivíduo que desejasse beneficiar-se do favor do rei ou de algum senhor devia demonstrar um comportamento e algumas maneiras que o distinguissem, como um *homem de bem* e *cortesão*, de outros elementos da sociedade. A partir daí, Corominas (2011, p. 86) explica a necessidade de adquirir, por meio de uma cuidada *institutio*, inspirada nos princípios do humanismo, certos conhecimentos e habilidades imprescindíveis para a vida na *Corte*, tal como saber caminhar e vestir-se com decoro, cavalgar e dançar com elegância ou conversar e escrever com propriedade.

Essa conduta impôs à sociedade o emprego de uma máscara civilizatória, que, no plano do indivíduo, evidenciava a distância existente entre a essência do “eu” e a sua aparência externa, assunto sobre o qual se ocuparia, incluído *Lazarillo de Tormes*, uma parte substancial da cultura áurea. Por essas perspectivas, enfim, aquele que quisesse, como *Lázaro*, “arrimar-se a los buenos”, estava obrigado a participar da comédia humana que se desenvolvia sobre o cenário da Corte, donde, além de mostrar *buenas maneras*, deveria agir com descrição e prudência para subir na vida à sombra de um poderoso e talvez alcançar “la cumbre de toda buena fortuna”.

Essa sociedade da “aparência” sustentou a divergência entre o que se chamou de “homens honrados” e desonrados, assunto intensificado pela questão do trabalho que era reservado somente às classes mais baixas, mantendo-as ainda predominantemente à margem

da sociedade. Assim, a aquisição da riqueza se concentrava cada vez mais nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. José Antônio Maravall (1986 *apud* Oliveira 2016, p. 26) tratou essa sociedade como “senhorial-picaresca”, por ser constituída por um grupo de senhores indolentes que eram servidos por uma massa de marginalizados dispostos a fazer tudo para tentar sobreviver. Tal questão foi tratada de forma crítica nas narrativas picarescas.

Entendemos que o caminho percorrido pela sociedade espanhola, em função do sistema absoluto de controle interno direcionado pela monarquia, gerou, segundo González (1994, p. 28), uma classe média incapaz de organizar empresarialmente a colonização da América, de reduzir os tributos e de conservar na Espanha o ouro obtido nas Índias. Afinal, segundo pondera Oliveira (2016, p. 27), esse não foi o modelo escolhido pelos monarcas que sempre mantiveram o ideal da conquista. Essa situação estagnou o desenvolvimento da burguesia por desprezar o processo de industrialização e colaborou para que, cada vez mais, as posses de terras ficassem nas mãos de poucos.

Diante desses acontecimentos, que reafirmam a existência de uma sociedade estamental, tornam-se restritos os caminhos para o alcance da ascensão social. Passar de um grupo social para outro, de um estrato de pobreza para um de riqueza, constitui ação precariamente possível somente por dois caminhos: ou pela aventura do cavaleiro conquistador ou pela sorte de conseguir ascender pelas trilhas da marginalidade, visto que a situação política não contribuía para o acúmulo de riqueza por meio do trabalho e da especulação.

3.2 A picaresca clássica espanhola e os desdobramentos da picaresca na modernidade

Do ponto de vista histórico, três obras, contemporâneas entre si, são consideradas o tripé fundamental da picaresca clássica espanhola: *Lazarillo de Tormes*, de autoria anônima, *Guzmán de Alfarache*, de Mateo Alemán, e *El Buscón*, de Francisco de Quevedo, publicadas em 1554, 1604 e 1626, respectivamente.

Os três textos acima constituem, segundo González (1988, p. 41), *o núcleo* da modalidade clássica da picaresca, em que existem um *germe* (*Lazarillo de Tormes*), um *protótipo* (*Guzmán de Alfarache*) e uma *distorção* (*El Buscón*) do que seria o modelo básico. Esses três textos, quando lidos como intertexto, proporcionam o surgimento de uma definição

ampla da picaresca clássica, permitindo entendê-la como um todo, abrangendo, inclusive, as manifestações contemporâneas.

No entender de Lázaro Carreter (1972, p. 113), *Lazarillo de Tormes* é o primeiro romance picaresco. Os tipos e os temas do relato anônimo eram tradicionais, como, por exemplo, o rapaz do cego, o travesso criado do escudeiro, o triângulo amoroso – marido, mulher e amante, as aventuras cômicas, as zombarias, as artimanhas do buleiro e outros elementos dessas naturezas resultavam familiares na literatura europeia da época. O *Lazarillo* selecionou e montou, com esses ingredientes, retalhos de uma ampla matéria picaresca, fragmentada por natureza e história, atribuindo unidade e sentido pela dependência de uma figura central, perfeitamente retratada.

A obra *Lazarillo de Tormes* é inovadora não apenas por se diferenciar dos temas da narrativa idealista da época, marcada preferentemente de aventuras de cavaleiros alheios à realidade histórica imediata ou de pastores cuja falsidade era sobredourada por histórias apaixonadas. O fato de estabelecer a narração em primeira pessoa eliminou a comum utilização do narrador onisciente, colocando-nos no interior da experiência como protagonista, passando o texto a ser a expressão do homem que existe no interior do que acontece. A série de acontecimentos se fecha na conclusão de um processo explicado no universo existencial do protagonista. Fato que González (1988) também associa ao início do romance.

Quanto ao caminho do romance e sobre as possibilidades de leitura da obra *Lazarillo de Tormes*, González (1988) afirma que

O autor deixa claro que há mais de uma possível leitura da obra quando afirma – no “Prólogo” – que alguns poderão concordar com o texto, que deleitará apenas os que não se aprofundarem nele. Tal necessidade de se aprofundar para chegar ao verdadeiro sentido da narrativa implica que o leitor deve assumir um papel ativo, diferente do de simples receptor da narrativa que até então lhe era reservado; cabe-lhe agora “ler”, isto é, optar por um sentido do texto dentro daqueles possíveis a partir dessa ambiguidade (GONZÁLEZ, 1988, p. 10).

Podemos, assim, encontrar na leitura de *Lazarillo* a comicidade, no entanto, conhecendo a possibilidade da obra intertextualizar implicitamente com os meios sociais e políticos do século XVI, assumimos o trabalho ativo de evidenciar as correspondências históricas perpassadas pela presença do pícaro.

Diferente da ideia de construir um vilão, o romance picaresco consolida a existência de um anti-herói na cultura ocidental, um modelo paradoxal, subversivo, de caráter complexo

que ultrapassa a visão maniqueísta. Esse personagem será fundamental para o desenvolvimento de uma literatura de caráter crítico e de denúncia das mazelas sociais, abrindo espaço para representar o homem moderno. Sob esse aspecto, o crítico Antônio Cândido (1970, p. 68) nos fornece relevante consideração:

Em geral, o próprio pícaro narra as suas aventuras, o que fecha a visão da realidade em torno do seu ângulo restrito e esta voz na primeira pessoa é um dos encantos para o leitor, transmitindo uma falsa candura que o autor cria habilmente e já é recurso psicológico de caracterização. O pícaro é de origem humilde e irregular, largado e abandonado no mundo. Como um dos traços básicos, destaca-se o choque áspero com a realidade, que leva à mentira, à dissimulação, ao roubo, e constitui a maior desculpa das picardias. Na origem o pícaro é ingênuo; a brutalidade da vida é que aos poucos o vai tornando esperto e sem escrúpulos, quase como defesa, um atributo adquirido por força das circunstâncias (CANDIDO, 1970, p. 68).

O protagonista de *Lazarillo* pode ser compreendido pelo fato de se apoiar na subversão dos valores instituídos à época, como os estereótipos do cavaleiro, do namorado, do místico ou do conquistador, para, então, alcançar a boa sorte. Esse comportamento derruba os mitos heroicos, pois as pretensões genealógicas da nobreza se opõem à antigenealogia de Lázaro por ser filho de pais anônimos e desonrados. Por esse viés anti-heroico, apoia-se o início da picaresca (GONZÁLEZ, 1988, p. 11).

Na busca pelo real, percebemos que, no romance picaresco, ocorre a revelação de todas as inconsistências da sociedade. A narrativa abandona o caráter de um retrato ilusório e se compromete a ser um espelho, refletindo as imperfeições e as cicatrizes do grupo social que retrata. Por esse viés, o estudo do romance picaresco permite a ampliação do contexto histórico da sociedade espanhola, por definir não só a situação imediata, mas a evolução histórica do imaginário narrativo que sinaliza uma referência ao povo espanhol dos séculos XVI e XVII.

Sobre essa referência narrativa e histórica, Salvador Aguado (1965) nos auxilia quanto à observação de acontecimentos que rememoram a história da nação espanhola. O autor analisa vários momentos da vida de Lázaro de Tormes, o protagonista anti-herói da obra *Lazarillo de Tormes*, e revela como o personagem aparece misturado com o cenário da narração, com os momentos históricos ou com os nomes de outras personalidades que motivam certa evocação histórica. Desses feitos, a obra de Salvador Aguado (1965) destaca, em seu capítulo sobre o *Tiempo Histórico*, como mais salientes: *El desastre de los Gelves, 1510; El duque de Escalona; El rey de Francia; la ley contra la mendicidad en Toledo; el conde Arcos o Alarcos eel emperador Carlos V.*

Percebemos que, durante todos esses anos, os pícaros conviveram com um sistema de governo absoluto, responsável pelo controle interno e pela popularidade da causa nacional atribuída pela monarquia. Esse cenário colaborou com a marginalização da burguesia, segmento social cuja ausência gera precisamente o modelo picaresco. Compreendemos que o pícaro é a paródia do ideal conquistador e a desorientação do universo da especulação e do trabalho.

Diante da ideia de um núcleo da modalidade clássica da picaresca, percebemos, de imediato, o que González (1988, p. 41) chama de *expansão clássica espanhola desse núcleo*, ao analisar as ressonâncias estabelecidas pelos demais romances espanhóis da modalidade publicados no século XVII e algumas obras publicadas nesse século e no seguinte na América Espanhola.

O romance picaresco não se limitou à Espanha. Vários países europeus acompanharam a germinação de alguns textos que significam claramente a imitação da fórmula narrativa originária do contexto espanhol. Na Alemanha, temos as obras *O aventureiro Simplicissimus* e *A vivandeira Courasche*, publicadas pelo autor Hans Jacob Chistoffel von Grismmelshausen, respectivamente em 1669 e 1670. Na Inglaterra, entre 1665 e 1749, dentre outras obras e autores, o texto que mais se aproxima dos modelos da picaresca é *Moll Flanders*, publicada em 1722, por Daniel Defoe. Já na França, o destaque é a *Histoire de Gil Blas de Santillane*, publicado por Alain René Lesage, em três partes, nos anos de 1715, 1724 e 1735 (GONZÁLEZ, 1994, p. 270).

O que talvez seja mais importante ressaltar sobre os romances acima referidos é o fato de que,

[...] na sociedade por eles apresentada como contexto do pícaro, a burguesia já aparece como a classe social que ocupa o espaço entre o povo e a aristocracia. O pícaro aparece, normalmente, como um marginal a essa burguesia, que lhe oferece caminhos de integração social próprios dos mecanismos ascensionais por ela instaurados. E será também norma que os pícaros sejam assim resgatados de sua marginalidade. Com isso, fica estabelecida uma diferença substancial em relação à picaresca clássica espanhola, mesmo que seja inegável o parentesco, que, em maior ou menor grau, pode ser estabelecido (GONZÁLEZ, 1988, p. 46-47).

A difusão da picaresca clássica espanhola para outros países da Europa deu origem ao que os críticos comumente designam de “picaresca europeia”. Nesta, o pícaro já não se espelha na aristocracia, mas tem como modelo a burguesia emergente.

González (1986, p. 638) conceitua a evolução do gênero picaresco em contextos distintos de sua fórmula inicial de “a expansão clássica espanhola do gênero”, no século XVII, e de “picaresca europeia” que se seguirá até finais do século XVIII. Depois deste século e com a definitiva transformação do contexto do social que se construiu a picaresca, o autor propõe o termo “neopicaresca”, já usado por alguns críticos, para as narrativas escritas nos séculos XIX e XX que podem ser lidas à luz do modelo espanhol, mesmo sem guardar uma relação direta com ele.

Fora da Península Ibérica, do outro lado do Atlântico, os países hispano-americanos inauguraram, no México, em 1816, o gênero picaresco com a obra *El Periquillo Sarniento*, de José Joaquim Fernandez de Lizardi. Apesar das diferenças oriundas dos dois séculos transcorridos desde o apogeu da picaresca clássica espanhola, a obra mexicana integrava-se na expressão da picaresca. Fernández de Lizardi tomou, em sua obra, alguns aspectos básicos quanto ao discurso e quanto à história, pois lançou mão da autobiografia, do anti-herói, das reflexões críticas, retomou o papel de criado, a rejeição do trabalho, o mito da aparência e o arrependimento do pícaro (GONZÁLEZ, 1994, p. 278).

Já na porção “lusoparlante” da América, alguns anos depois da publicação da obra de Lizardi, a picaresca apresentou, numa de suas primeiras manifestações brasileiras, a peculiaridade de apontar para o futuro de nossa literatura. Na obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, mesmo não sendo “filiada” à picaresca, seu protagonista e muitos dos personagens que o cercam foram enquadrados a uma nova categoria que González (1994) entende como a pioneira manifestação brasileira da resposta literária latino-americana ao novo contexto social que se formou nas ex-colônias de Portugal e Espanha.

Convém reiterar que a obra de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, apareceu pela primeira vez sem identificação do autor, em dois volumes, o primeiro publicado em 1854 e o segundo, em 1855. Em ambos os casos, o autor assinou apenas como “Um Brasileiro” (González, 1994, p. 278).

Sobre a relação dessa obra com a narrativa picaresca,

Já há alguns anos que a crítica brasileira, com maior ou menor ênfase, relaciona *Memórias de um sargento de milícias* à narrativa picaresca. Nomes como os de Oswaldo Orico, Eduardo Frieiro, Josué Montello e, mais recentemente, Alfredo Bosi somaram-se aos de Mário de Andrade, o primeiro a se manifestar nesse sentido, em 1941, ao de Paulo Ronái, em 1943, e ao do espanhol Francisco Ayala, que, de Buenos Aires, apontou a possibilidade dessa vinculação, em 1946 (GONZÁLEZ, 1994, p. 279).

Alfredo Bosi chamou *Memórias de um sargento de milícias* de “romance picaresco”, porém destacou as nuances evolutivas ao dizer que “cada contexto terá seu modo de apresentar o pícaro” (BOSI, 2006, p. 133). São afirmações certas, pois sua ideia de que a picaresca se realiza de diversas maneiras, de acordo com o contexto que apresenta, coincide com o conceito da picaresca defendido por González (1994, p. 282), que a vê como um gênero que transgrede a si mesmo e que não pode ser entendido baseado apenas na obediência cega a modelos rígidos, mas como realização independente de respostas semelhantes a cada contexto histórico.

A obra de Manuel Antônio de Almeida pode ser tomada, por essa maneira de entender a picaresca, como um ponto de partida para o estudo da picaresca brasileira, inserida num contexto maior, a neopicaresca latino-americana, resíduo ressonante das expressões de análise da realidade histórica do contexto europeu do século XVI.

3.3 O malandro na literatura brasileira

“Cada contexto terá seu modo de apresentar o pícaro”
(BOSI, 2006, p. 133).

Cláudio Guillén é citado por González (1994, p. 82) como o primeiro crítico a apontar o reaparecimento do romance picaresco no século XX e a afirmar que as causas sociais podem ter contribuído para tal realização. Guillén realiza uma importante análise da obra *Lazarillo de Tormes* em sua tese de 1953. Para ele, a tomada de consciência do processo histórico de opressão, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, colaborou com o reaparecimento do romance picaresco. Essa perspectiva atua como condução para o nosso trabalho, visto que o contexto social gerado pela articulação econômica tem muito a revelar sobre as peculiaridades que aparecerão nas obras deste século.

Oliveira (2016, p. 44) acrescenta que o crítico, em seus estudos sobre o romance picaresco, ainda afirma que, apesar de seguir um modelo estruturado em certos princípios de composição literárias consideradas estáveis, o gênero da picaresca está sujeito às mudanças resultantes da influência do escritor, da época ou da nação. Esse fato nos impulsiona a pensar nas transformações às quais esse gênero está sujeito, conduzindo-o por variados caminhos da

narrativa. Por essa visão, poderemos encontrar obras nas quais o pícaro mostrar-se-á com características tradicionais ou híbridas. Em função disso, quando essa *hibridação* sinalizar o contexto brasileiro, o pícaro pode ser tratado pelo termo “neopícaro” ou “malandro”. Sob o pressuposto de carregarem o mesmo significado, predominantemente conduziremos o trabalho pela primeira opção.

Compreendemos que, assim como ocorreu com o romance picaresco na Espanha do Século de Ouro, no sertão brasileiro, a origem do gênero foi influenciada pela velha tradição popular e oral. Um categórico fator que permite a aproximação entre a cultura do sertão brasileiro e do medievo europeu seria a presença da picaresca no eixo do imaginário do povo antes mesmo de essa se apresentar como tema nas páginas de obras eruditas e populares de nossa literatura.

Essa presença do gênero do picaresco, conforme Oliveira (2016, p. 49), apoia-se em parte da origem da cultura brasileira, na qual repercutem reverberações que vêm de além-mar, vozes que o passado nos devolve. A esse fato, é acrescida a semelhança existente entre o contexto da Espanha do Século de Ouro, que foi herdeiro do medievo, e o sertão brasileiro, particularmente as adversidades que o povo nordestino combateu, ocasionadas pela desigualdade social, pela estrutura socioeconômica e pelos rigores climáticos.

Pontes (1999), num enfoque próprio, conceitua os vestígios da *residualidade* cultural e desperta-nos a atenção para a persistência remanescente da *cultura ibérica* no Nordeste e em outras regiões brasileiras:

Ora, todos sabemos que a transmissão dos padrões culturais se dá através do contato entre povos no processo civilizatório. Assim, pois, com os primeiros portugueses aqui chegados com a missão de firmar o domínio do império luso nos trópicos americanos, não vieram em seus malotes volumes d’os *Lusíadas* nem das *Rimas de Luís de Camões*, publicados em edições princeps apenas, respectivamente, em 1572 e 1595. Na bagagem dos nautas, degredados, colonos, soldados e nobres aportados em nosso litoral, entretanto, se não vieram exemplares impressos de romances populares da Península Ibérica nem os provenientes da Inglaterra, Alemanha e França, pelo menos aqueles homens trouxeram gravados na memória os que divulgaram pela reprodução oral das narrativas em verso. Assim, desde cedo, e a minguada de uma Idade Média que nos faltou, recebemos um repositório de composições mais do que representativo da Literatura oral de extração geográfica e histórica cujas raízes estão postas na Europa Ibérica do final da Idade Média, justamente quando ganhavam definição as línguas românicas (PONTES, 1999 *apud* MOREIRA, 2007, p. 36).

Percebemos que o Brasil foi uma fonte acolhedora das tradições ibéricas que aqui chegaram. A convivência entre as culturas diversas permitiu a *hibridação cultural*, a absorção de mentalidades, a *cristalização* de novos costumes e a permanência de resíduos medievais.

Entretanto, lembramos que a escrita estava distante de ser o principal meio de transmissão de cultura que era predominantemente oral, feita pelos jograis, que recitavam, cantavam e tocavam em feiras, castelos e cidades. Desse modo, enquanto a cultura científico-literária transmitida pela escrita estava praticamente restrita aos clérigos, a oral, transmitida pelos jograis, desfrutava de maior abrangência, atingindo um público de iletrados, nobres, burgueses e vilões.

Vassalo (1993) evidencia a percepção de um resíduo “vivo e atuante” habilitado a “incorporar, a cada instante, novos eventos do cotidiano”. De modo análogo, Pontes (1999) detecta os resíduos em várias obras por ele analisadas e entende que o resíduo permanece de uma época para outra devido ao fato de reunir em si o vigor capaz de suscitar vida a uma obra nova. Nesse contexto das *residualidades* e avançando na proposta de nosso trabalho, enfatizamos o que Vassalo (1993) identifica na obra de Suassuna:

[...] a presença medieval não só em práticas culturais do Nordeste como nas fontes temáticas, nos modelos formais do gênero literário, nas matrizes textuais e no próprio tipo de dramaturgia que o autor emprega. A medievalidade de Suassuna advém da cultura popular e da erudita, dos aspectos temáticos e dos formais. Até mesmo o conteúdo latente [...] explora como personagem um tipo - o “amarelinho” ou “quengo” -, muito comum em grupamentos fortemente hierarquizados, como o medieval e o sertanejo (VASSALO, 1993, p. 17).

A semelhança desses grupamentos fortemente hierarquizados, como o medieval e o sertanejo, pode ser compreendida ao analisarmos os aspectos característicos da realidade social nordestina, espaço cultural que colabora com a formação do malandro na literatura brasileira e que alimenta a obra de Ariano Suassuna, caracterizada, entre outras marcas, pelo arcaísmo e pelo cosmopolitismo herdados da cultura portuguesa. O isolamento, a estabilidade e a longa duração do sistema sócio-político-econômico em vigor no Nordeste mantiveram muitos aspectos da época dos descobrimentos (VASSALO, 1993, p. 15).

Rememoramos que esses traços, na análise de Vassalo (1993), constituíram marcas relevantes da medievalidade, implantadas desde o início da colonização e ainda presentes na região. Tais signos geraram um contraste, visto que, enquanto a Europa se transformava, a América congelava o sistema herdado, parte em função da distância em relação aos centros

geradores, que a impediam de acompanhar a rotina das transformações. Reiteramos, portanto, que o contexto medieval inoculado com a conquista do Brasil pelos portugueses se manteve no Nordeste brasileiro.

A investigação das bases da economia brasileira, articulada entre a grande lavoura que produz para a exportação e a agricultura de subsistência destinada ao consumo e a manutenção da própria colônia, parece guardar indícios da organização social brasileira que se estabeleceu durante o período colonial e que perdurou até recentes datas. Pesquisadores, como Prado Junior (2011) e Furtado (2009), parecem concordar com a formação de pessoas subutilizadas, típicas de economias subdesenvolvidas, presentes em serviços mais ou menos inúteis gerados pela pressão social.

A história de nosso país constitui, como podemos perceber, um vasto espaço cultural gerador e mantenedor de condições que proporcionam a concentração de renda, a manutenção de classes subalternas, a dificuldade de ascensão social e as constantes crises econômicas que permitem a recriação, a seu modo, do pícaro literário. Este representa uma fatia social da realidade brasileira, formada pela rápida *hibridação cultural* de povos com mentalidades díspares.

Entendendo o resíduo cultural como aquilo que permanece de uma época para a outra em função do fato de reunir em si a força capaz de suscitar vida a um outro contexto ou a uma obra nova, o estudo histórico do comportamento econômico brasileiro, principalmente o do Nordeste, permite associações racionalizadas entre o gradual aumento da economia de subsistência e o processo de involução econômica. Esse cenário possibilitou a condição cambiante de integração e exclusão dos indivíduos mediante os contextos sociais, abrindo um caminho para a marginalização social.

Esse contexto recorda o da Espanha da época em que surge a picaresca. Resguardamos, assim, alguns elementos que propiciam a geração correspondente do gênero da picaresca ou neopicaresca ao vivenciarmos circunstâncias sociais que consolidam a possibilidade da prática da malandragem como caminho de ascensão social. Híbrido com outras mentalidades, as ações do pícaro espanhol tomam novas formas, pois, mesclado aos nossos costumes, geramos o neopícaro brasileiro, a forma cristalizada do nosso anti-herói.

Antônio Candido, no ensaio intitulado “Dialética da Malandragem: caracterização das *Memórias de um Sargento de Milícias*” (CANDIDO, 1970, p. 67-89), afirma que Leonardo, personagem do livro de Manuel Antônio de Almeida, representa o primeiro grande malandro da literatura brasileira (CANDIDO, ANO, p. 71).

Por meio de uma explanação extensa, Candido (1970) negaria, a princípio, a possibilidade de relacionar *Memórias de um sargento de milícias* à picaresca. O autor compara características de Leonardo com as do típico herói ou anti-herói dos romances picarescos, que, por sua vez,

são dominados pelo senso do espaço físico e social, pois o pícaro anda por diversos lugares e entra em contato com vários grupos e camadas. [...] o fato de ser um aventureiro desclassificado se traduz pela mudança de condição, cujo tipo elementar, estabelecido no primeiro em data, o *Lazarillo de Tormes*, é a mudança de padrões. Criado de mendigo, de escudeiro pobre, criado de padre, o pequeno vagabundo percorre a sociedade, cujos tipos vão surgindo e se completando, de maneira a tornar o livro uma sondagem dos grupos sociais e seus costumes – coisa que prosseguir na tradição do romance picaresco, fazendo dele um dos modelos da ficção realista moderna (CANDIDO, 1970, p. 70).

Embora afirme que o personagem Leonardo, da obra *Memórias de um sargento de milícias*, não seja um pícaro, Candido (1970) o admite como herança da tradição espanhola, entendendo que apenas algumas características são aplicáveis a ele. Este teria, de acordo com González (1994, p. 285), “em comum com o pícaro clássico apenas a origem humilde e irregular e o fato de ter sido largado no mundo; seu caráter amável e risonho; sua submissão a uma causalidade externa e o viver ao sabor da sorte”. Sobre esse ponto, Candido (1970, p. 71) conclui que “Leonardo não é um pícaro saído da tradição espanhola; mas o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a uma certa atmosfera cômica e popularesca do seu tempo, no Brasil”.

O ensaio de Candido (1970), além de inaugurar o que Rocha (2006, p. 111) trata por “sociologia da malandragem” no âmbito da crítica literária, é considerado um dos estudos mais importantes sobre a malandragem no Brasil e sobre a questão da cultura brasileira. Ao reavaliar a crítica sobre o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, tratando-o ora como um romance picaresco, ora como romance documentário, Candido (1970) propõe pensá-lo como um romance representativo no qual a malandragem tematizada metaforiza o próprio movimento dialético da ordem e da desordem presente na sociedade da época.

González (1994) vê na afirmação de Candido (1970) o início de um processo análogo ao que aconteceu na Espanha dos Áustrias:

[...] provindo da tradição folclórica e correspondendo a uma atmosfera cômica e popularesca do seu tempo, um tipo anti-heróico identificável na sociedade ingressa na literatura. Assim foi com o pícaro, na Espanha, e assim acontece com o malandro, no Brasil. O fato de que o malandro, como o pícaro, seja – como quer Candido – “espécie de um gênero mais amplo de aventureiro astucioso, comum a todos os folclores” não anula a possibilidade da aproximação de ambos (GONZÁLEZ, 1994, p. 286).

Percebemos, no texto de González (1994), um ponto fundamental para a compreensão do conceito da “neopicaresca”. A “malandragem” não se apresenta como uma continuação da picaresca clássica espanhola, mas como reverberação, muitas vezes involuntária, de uma fórmula literária clássica atualizada para corresponder a um contexto histórico cujas relações sociais e condições econômicas equivalem às que permearam a picaresca clássica. Seriam as *residualidades*, propostas por Willians (1979), Franco Junior (2005), Pontes (2006), Pereira (2010) e (2014) e Carvalho e Sales (2014), impactadas pela *hibridação* na cultura brasileira.

Botoso (2011, p. 125), em análise às principais ideias de Candido (1970) parece concordar no que diz respeito ao fato de o personagem Leonardo não ser um pícaro, entretanto, concorda em aproximá-lo dos pícaros espanhóis, cujas armas principais, na sua convivência com a sociedade, são a astúcia e a imobilidade. Afinal, Leonardo rejeita o trabalho e o seu percurso na obra é marcado pela itinerância ambientada na cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, apesar do protagonista de *Memórias de um Sargento de Milícias* não se ajustar plenamente às condutas do gênero picaresco, revela a figura do malandro como descendente cultural de uma linhagem de anti-heróis protagonistas instaurados pelo romance espanhol.

Botoso (2011, p. 126) afirma ainda que, em solo brasileiro, o malandro pode ser visto como uma “recriação” do pícaro espanhol, pois, mesmo separados por quase cinco séculos, acabam unidos por muitas afinidades e semelhanças. Isso faz do “pícaro” uma entidade ficcional dinâmica, podendo adquirir novas características e adaptar-se a seu modo em outros contextos sociais, bem como em outras épocas.

Noronha (2003, p. 33) expõe que o Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX era “um lugar de ebulição e o centro nervoso desse processo estava na rua. Uma população que, no terço final do século XIX aos primeiros anos da década de 1910, foi de 500 mil a pouco mais de 900 mil almas”. Nesse contexto, ao transferir-se das ruas para a ficção, o malandro pode ser representado pelos mesmos traços fundamentais aplicados ao estereótipo nacional: ociosidade, preguiça, sensualidade, esperteza, interesses e simpatia. Assim, o vocábulo “malandro”, quando associado não à marginalidade, mas sim à malandragem, pode também transportar um sentido semântico negativo que define a qualidade ou o modo de vida

daquele que a pratica. Afinal, a prática da malandragem supõe um indivíduo malandro (sujeito) que pratica uma ação (engano ou trapaça), causando dano ou lesão a outro indivíduo (paciente) (BOTOSO, 2001, p. 128).

Convém julgar que o Rio de Janeiro, no processo de transição da economia escravista para o capitalismo, é descrito por Noronha (2003, p. 33-34) como “uma massa crescente de desocupados” resultantes dessa transição. A isso, acresce que a primeira constituição republicana registra que algo em torno de 80% da população carioca estava sem acesso à representação política. Nesse propício caldeirão, encontramos o nicho favorável à origem do malandro brasileiro, uma espécie de herói da metrópole moderna, ao mesmo tempo símbolo de transgressão e modelo de um certo estilo da cidade.

Nesse processo, podemos também inferir que a malandragem seria o fenômeno, a voz coletiva, uma das manifestações necessárias para preservar a cultura de classes populares, o que levou as expressões da malandragem a alcançar a legitimidade de objeto de estudo sociológico. É nesse sentido, sob o conceito de “sociologia da malandragem”, que Rocha (2006, p. 110) associa o culto à malandragem ao momento político e ao cultural de censura e ditadura militar no Brasil. Nesse contexto, as representações da malandragem adquirem explicitamente uma significação política entre os setores intelectualizados das camadas médias, provavelmente comprometidos com a esquerda, como forma de reação ao fechamento da vida política e cultural da sociedade brasileira. Outro desdobramento se dá ao considerar que a malandragem, estando vinculada à sabedoria popular, aparece como uma possibilidade de ludibriar o cerco ditatorial da censura ao se dizer proibido por meio do consentido. Observamos aqui um significado cultural da malandragem que se impõe como a única capaz de driblar a censura.

Aliás, o significado cultural da malandragem muda de acordo com a forma que a sociedade e o governo encaram o personagem malandro. Por exemplo, no Brasil, o malandro dos anos 30 é diferente do malandro dos anos 40, inclusive se vestindo de forma distinta. Sob a pressão das diretrizes estadonovistas, o malandro que era moda, o malandro anti-herói, converte-se no “malandro regenerado”. Mesmo assim, sempre sofreu perseguições dos representantes da lei e da ordem, dos quais sempre se esquivou sob sua caricatura de pequeno-burguês (Matos, 1982, p. 56).

Em consonância com essa afirmação, Noronha (2003, p. 35) confirma que as características do malandro, tal como conhecemos, tiveram seu apogeu numa época que vai do nascimento da metrópole moderna brasileira, do fim do século XIX aos primeiros anos do XX, até o Brasil do Estado Novo, nos rumores da Segunda Grande Guerra. O que perdura é o

resíduo que Matos (1982, p. 67) chama de “discurso da malandragem”, que permite a criação de uma utopia coletiva, uma fresta por onde o malandro, ou menos favorecido, escapa à sua condição de ser dominado num contexto socioeconômico gerado pelo sistema de dominação.

Compreendemos, assim, a possibilidade de identificar, no malandro literário brasileiro de Candido (1970), a *residualidade* nacional, o que, num contexto mais amplo, classificamos como o “neopícaro”. Essas *hibridações* históricas tornam a sociedade brasileira diferente e única. Para melhor compreender essa peculiaridade, amparamo-nos ainda nos estudos antropológicos de Matta (1997) que elabora múltiplas interpretações do Brasil por meio de ensaios que encaram o carnaval e outras festividades como pontos privilegiados de apresentação da nossa realidade, destacando a análise crítica do mundo cotidiano.

Matta (1997) entende que o carnaval, os malandros e os heróis constituem criações sociais que representam os problemas e os dilemas básicos da estrutura social que os gerou. Nessa perspectiva, todo o ritual carnavalesco e o mito do malandro e o do herói seriam manifestações de denúncia de alguns comportamentos sociais velados por interesses e complicações do cotidiano.

Partindo do princípio de que os grupos que detêm o poder são aqueles que organizam o sistema, Matta (1997, p. 53) encara o carnaval e outras datas, como o “Dia da Pátria” e a “Semana Santa”, como os três rituais de maior duração no Brasil. Além disso, sugere que esse trio compõe um “triângulo ritual brasileiro” significativo, sobretudo nas suas implicações políticas, uma vez que temos festas devotadas às vertentes do Estado, representado pelas Forças Armadas; à Igreja, controlada pela Instituição eclesial, e ao Carnaval, consagrada à vertente mais desorganizada da sociedade civil, o povo ou a massa.

Em relação a essa última vertente, Matta (1997) introduz a figura do malandro como o personagem deslocado e o símbolo do carnaval do Rio de Janeiro. Esse deslocamento parece concordar com o conceito de marginalidade, proposto por Rodríguez Guilléz (2014), quando admite a marginalidade como aquilo que se encontra numa região de fronteira, pois, para Matta (1997), o malandro não cabe nem dentro da ordem nem fora dela, seu cotidiano enfrenta os interstícios entre a ordem e a desordem, utilizando-as e nutrindo-se tanto dos que estão fora quanto dos que estão dentro do mundo quadrado da estrutura imposta.

Matos (1982, p. 54) reafirma que o próprio malandro é um ser de margem, visto que seus domínios geográficos não se limitam nem ao morro nem aos bairros de classe média, mas aos lugares de passagem, “não é um operário bem comportado nem um criminoso comum: não é honesto, mas também não é ladrão, é malandro”. Ele necessita de uma mobilidade constante, pois depende dela para escapar, mesmo que de modo efêmero, às

pressões do sistema. Desse modo, a *poética da malandragem* é, acima de tudo, uma poética de fronteira, da carnavalização, da ambiguidade.

Assim, o malandro brasileiro seria aquele que

[...] parece oferecer ao mundo da ordem e do cotidiano a possibilidade de ver o mundo de cabeça para baixo, ainda que seja por um momento muito breve. Assim, o malandro brasileiro introduz no mundo fechado da nossa moralidade a possibilidade de relativização. No nosso mundo burguês individualista, somos sempre ordenados por eixos únicos (da economia e da política), mas o malandro nos diz que existem outras dimensões e outros eixos. “Sou pobre, mas tenho a cabrocha (mulher), o luar e o violão”. O seu mundo, sendo instersticial, é aquele universo em que a realidade pode ser lida e ordenada por meio de múltiplos códigos e eixos (MATTA, 1997, p. 177).

O mundo da malandragem e do carnaval é rico em potencialidades e inovações, pois nele a criatividade popular se exerce plenamente. O mundo do malandro é contraditório e, no carnaval, os marginais anônimos, geralmente originados dos subúrbios, do morro e da “escola de samba” se transformam em “professores” de samba e de ritmo. Segundo Matos (1982, p. 39 - 41), a noção de malandro pode ser associada à de sambista desde os anos 20 e, inclusive, os sambistas da Estácio, que, juntos a outras localidades do Rio de Janeiro, como a Cidade Nova, a Saúde, o Morro da Favela, a Gamboa, o Catumbi e o Morro de São Carlos, formavam um reduto de ex-escravos e seus descendentes, foram os primeiros a ostentar a designação de “malandros”.

Observamos que a relativização observada por Matta (1997, p. 178) tende a incidir sobre o canto, a dança e a alegria. Os malandros revelam que sua força está numa evidente criatividade e num poder inegável de organizar e mobilizar e reinventar a estrutura social. Afinal, no carnaval, o malandro é transformado em uma pessoa, um cidadão que pode cantar, dançar e brincar, direitos contrários à ideologia hierárquica brasileira.

De maneira ressonante, os então marginais anônimos revelam uma multiplicidade de eixos e zonas de hierarquização que parece típica do mundo social brasileiro, rural e urbano. Instaura-se, assim, na literatura brasileira, toda uma descendência da malandragem, da qual lembramos os estudos que apontam como malandros personagens, como “Macunaíma”, de Mário de Andrade; “Pedro Dinis Ferreira-Quaderna”, de *A pedra do reino*, de Ariano Suassuna; “Galvez”, de *Galvez, imperador do Acre*, de Márcio Souza; “Paulo”, de *Os voluntários*, de Moacyr Scliar; “Geraldo Boaventura”, de *O grande mentecapto*, de Fernando Sabino; e “Amphilóphio da Queimada Canabrava”, de *O cogitário*, de Napoleão Sabóia;

dessa genealogia acreditamos descender “João Grilo”, personagem criado por Ariano Suassuna para o *Auto da Compadecida*.

Botoso (2016, p. 231) insiste em relacionar o momento que essas obras surgiram com maior intensidade ao período do apogeu e decadência do “milagre econômico brasileiro”, sustentado pela ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1986. Essa afirmação nos permite lembrar que o nosso malandro, além de guardar várias semelhanças com o gênero picaresco, por se tratar de uma narrativa de um anti-herói, também se origina de um momento de crise nacional. De modo análogo ao seu antecedente espanhol, a marginalidade brasileira é também uma gradativa construção alicerçada pela concentração da riqueza, da desvalorização do trabalho e do bloqueio de caminhos ascensionais.

Assim, é compreensível pensarmos que, no Brasil do século XX, a literatura do início da Idade Moderna permanece revivificada por meio da arte literária desse bojo de escritores e de modo específico, para nosso estudo, pelo trabalho de um escritor nordestino, Ariano Suassuna. Tal fato permite ainda assinalar elementos culturais que controvertem a cronologia literária vigente, reforçando a relação entre arte e sociedade, visto que a literatura medievalizante do artista guarda fortes conexões com o contexto em que surgiu.

As *residualidades* medievais que perpassam a obra de Ariano Suassuna foram aqui analisadas pelas ações da personagem “João Grilo”. Elas decorrem, em parte, do projeto estético do artista, que é transpor para o ambiente culto a literatura popular do Nordeste. Esta, como percebemos, guardou técnicas e temas europeus da época dos descobrimentos, introduzidos no início da colonização e cultivados até hoje devido ao arcaísmo da região (VASSALO, 1993, p. 15).

A leitura atenta da obra *Auto da Compadecida*, especialmente em torno das ações da personagem “João Grilo”, possibilitam uma relação dialógica com o comportamento de outros malandros e pícaros. A descrição externa envolvendo os padrões, as relações opressoras, a hipocrisia social, manifestada pelas instituições religiosas, e as deliberações econômicas constituem representações em conexão com cenários históricos anteriores e experienciados, a seu modo, por sociedades mais remotas e distintas. *Lazarillo de Tormes* ressurge nessa atividade perceptiva. Tal associação é, a princípio, intertextual, mas ainda resguarda condições histórico-culturais que merecem atenção crítica.

Essas condições, somadas ao conhecimento do conceito de “resíduos culturais”, propostos pela *Teoria das residualidades*, abre caminhos para uma análise mais lapidada dos possíveis fatores que impulsionaram a formação dos pícaros e dos neopícaros em seus respectivos e equivalentes contextos históricos. As personagens “João Grilo” e “Lázaro de

Tormes” concretizam os comportamentos marginais de seus respectivos tempos. Essas narrativas, sob o viés da marginalidade, permitem minimizar uma mutilação histórica à qual fomos submetidos. Constituídos de uma composição verbal, essas personagens nos sugerem um certo tipo de realidade.

4 LAZARILLO E JOÃO GRILO

Valendo-nos da proposta de leitura a partir do processo das *residualidades*, compreendemos que a obra teatral de Ariano Suassuna caracteriza-se por sincretizar o teatro de origem erudita com o de descendência popular, ligado mais especificamente à cultura popular nordestina, utilizando-se do seu rico folclore, que, segundo o próprio autor, guarda *residualidades* do contexto ibérico.

Para melhor compreender o período em que escreve, Vassalo (1993, p. 23) comenta que, após a Segunda Guerra mundial, inicia-se uma tomada de consciência política da brasilidade, oriunda da valorização dos elementos nacionais. Nesse contexto, tem origem, em 1945, o Teatro de Estudantes de Pernambuco (TEP), por meio do qual Ariano Suassuna e outros estudantes de Direito decidem difundir a cultura popular local para os meios ditos burgueses.

Após um período de amadurecimento como escritor, Suassuna formula uma nova estética que recebe o nome de “arte armorial”. O “Movimento Armorial” foi um projeto cultural proclamado a partir de duas exposições de artes plásticas e dois concertos realizados entre os anos de 1970 e 1971. O objetivo maior do movimento é a realização de uma arte genuinamente brasileira e erudita a partir das raízes populares presentes na cultura regional.

O próprio autor Ariano Suassuna explica a proposta:

[...] O Movimento Armorial pretende realizar uma Arte brasileira erudita a partir das raízes populares da nossa Cultura. Por isso, algumas pessoas estranham, às vezes, que tenhamos adotado o nome de “armorial” para denominá-lo. Acontece que, sendo “armorial” o conjunto de insígnias, brasões, estandartes e bandeiras de um Povo, no Brasil a Heráldica é uma Arte muito mais popular do que qualquer outra coisa. Assim, o nome que adotamos significa, muito bem, que nós desejamos ligar-nos a essas heráldicas raízes da Cultura popular brasileira (SUASSUNA, 1974, p. 7).

Observamos que o objetivo principal do Movimento Armorial era a pretensão de realizar uma arte brasileira erudita a partir das bases populares da cultura. Assim, pode-se dizer que a literatura popular é analisada como objeto de estudo e pesquisa, servindo de alicerce à criação erudita.

Vassalo (1993, p. 27) menciona que as marcas de uma *residualidade* medieval ibérica podem ser identificadas no “Movimento Armorial”, que se pauta em três tendências apresentadas por seus seguidores: o interesse pela arte medieval a partir das fontes populares; a influência da literatura espanhola, como Calderón, os barrocos místicos e o poeta

vanguardista Federico García Lorca (que integrava os elementos populares em suas criações), e a expressão literária de uma região.

Parece consenso que a literatura medieval tenha influenciado a cultura nordestina. Outras produções do Renascimento e do Barroco europeu também foram cristalizadas por essa cultura. *Lazarillo de Tormes* (Autoria anônima, 1554), *El Guzmán* (Mateo Alemán, 1599) e *El Buscón* (Francisco de Quevedo, 1626) constituem obras renascentistas. O teatro de Calderón de la Barca (1600 – 1681) é um exemplo da influência barroca que também reverbera nas composições dos autores nordestinos.

As *residualidades* presentes na produção do “Movimento Armorial” são reconhecidas na construção dos personagens, na estrutura do seu romanceiro, no formato das peças teatrais, na recuperação de cantigas e refrões populares, entre diversas outras possibilidades. Nesse sentido, ao analisar o personagem João Grilo, na peça *Auto da Compadecida*, de Suassuna, percebe-se que ele reverbera traços dos pícaros clássicos da literatura espanhola, de forma que propomos estabelecer uma leitura que reconheça essas *residualidades* e permita elucidar como essa figura marginal pode representar elementos históricos importantes.

Observaremos adiante o caso do pícaro Lázaro de Tormes, da obra renascentista de autoria anônima *Lazarillo de Tormes* (publicada entre 1552 e 1554), que dá origem ao que se denomina “romance picaresco”. A partir dessa análise, será possível construir uma leitura comparada dos personagens espanhol e brasileiro e destacar os ecos de um passado ibérico na obra de Suassuna.

4.1 O pícaro *Lazarillo*

O romance *Lazarillo de Tormes* se inicia com a proposta de se tratar de uma obra singular, diferente do que se conhecia até então:

Eu tenho por bem que coisas tão assinaladas, e porventura nunca ouvidas nem vistas, cheguem ao conhecimento de muitos e não se enterrem na sepultura do esquecimento, pois pode ser que alguém que as leia nelas encontre algo que lhe agrade, e àqueles que não se aprofundarem muito, que os deleite (ANÔNIMO, 2012, p. 19).

O excerto acima, retirado do prólogo da obra *Lazarillo de Tormes*, menciona o desejo de que algumas coisas que nunca foram ouvidas nem vistas cheguem ao conhecimento de muitos. Julgamos que “essas coisas” sejam compostas pelas diferentes perspectivas histórico-sociais. Vozes excluídas do poder narrativo da história e que revelam um olhar marginalizado capaz de relatar as fendas históricas e ampliá-las para o entendimento do comportamento humano.

Quantos fatos caíram na “sepultura do esquecimento”? Quem ou quais são as narrativas dignas de memória? A interpretação de um relato passa necessariamente pela análise do contexto que cerceia os fatos. Isso nos leva a aceitar que o processo de interpretação está impregnado de subjetividade. O autor de *Lazarillo de Tormes* revela, no prólogo da obra, que o entendimento da narrativa estará à mercê da capacidade de significação do leitor, afinal, alguns leitores desatentos encontrarão a comicidade que os deleita; outros, mais atentos à interpretação, encontrarão a história implícita, as fendas do sistema e os argumentos que lhes agradem.

Lázaro, o pícaro espanhol, narra suas aventuras em primeira pessoa, estabelecendo uma interlocução com um outro, denominado de “Vossa Mercê”, que seria o destinatário explícito do texto. Desse modo, insere o leitor da obra como uma testemunha desse discurso revelador do submundo marginalizado. Ocupa-se o leitor da função de destinatário implícito da obra, podendo estabelecer as conexões entre a narrativa e a realidade.

Sabemos que Lázaro, no seu primeiro tratado, descreve seus pais, Tomé González e Antona Pérez, naturais de Tejares, uma aldeia de Salamanca, próxima ao rio Tormes. Sua apresentação sucinta é suficiente para compreendermos a humildade de sua natureza. Nesse contexto, Lázaro demonstra que a narrativa a qual se inicia tende mais para o realismo histórico do que para a fantasia, ironizando as de cavalaria. A ligação histórica já é impressa na descrição da condenação e morte de seu pai, preso por suspeita de roubo de trigo e enviado à expedição de Gelves - contra os mouros - para cuidar das mulas de um cavaleiro. Morreu como criado junto ao seu senhor.

A história registra duas expedições espanholas à ilha de Gelves, no Mediterrâneo, no século XVI, na tentativa de livrá-la do domínio muçulmano: a primeira, em 1510, que terminou em derrota dos cristãos, e a segunda, em 1520, na qual foram vitoriosos. Não há consenso, entre os críticos, sobre qual seria esta a que Lázaro se refere. Parece-nos, contudo, que não há, por parte do autor, a intenção de datar o relato de Lázaro, mas apenas de indicar a época do imperador Carlos I (GONZÁLEZ, 2012, nota 16, p. 29).

A partir desse ponto, fica evidente o quanto o tempo histórico influencia no enredo apresentado pelo narrador da obra. Tanto que a mãe de Lázaro, ao se encontrar viúva, decide juntar-se “às pessoas de bem” para poder ser uma delas. Nisso, muda-se para a cidade onde conhece Zaide, um homem moreno, caracterização narrativa que demanda o entendimento de que ele era um mouro. Era um cuidador de cavalos. Com ele, Antona teve outro filho. Tais fatos acontecem no ambiente das bodegas da cidade de Salamanca.

A presença de Zaide intensifica as interpretações iniciais sobre a condição social a que Lázaro e sua mãe pertenciam. Ao entender que a comida melhorava com as constantes visitas de Zaide, Lázaro demonstra perder o medo inicial que tinha dele e se afeiçoar ao homem que sempre levava pedaços de carne, pão e lenha. Mas, as adversidades que movem essa narrativa também assolam o padrasto de Lázaro que se viu acusado e preso por desviar alimentos e tecidos usados no tratamento dos animais que cuidava. Nesse momento, destacamos como o enredo procura minimizar as atitudes equivocadas de Zaide, justificando-as de acordo com a necessidade de criar seu filho, meio-irmão de Lázaro. Essa quebra do maniqueísmo constitui uma característica do comportamento do pícaro.

Convém ainda salientar que Zaide é acusado não só pelo desvio de provisões, mas porque se relacionava com uma cristã, tanto que a mãe de Lázaro também é castigada pela relação. Antona recebeu, além dos cem açoites habituais, a pena de nunca mais entrar na casa do comendador nem receber Zaide na sua. Apesar de coexistirem no mesmo ambiente, os relacionamentos entre cristãos e mouros eram proibidos. Destacam-se a miséria, por um lado, e a intolerância religiosa e a cultural, por outro.

A criticidade do narrador já se mostra ativa quando se trata das classes eclesiásticas, que, diferentes do que prega a moral cristã, muitas vezes, eram corruptas. Uma relativização das ações de Zaide parece revelar o caráter maduro adquirido pelo narrador após tantas adversidades: “Não nos admiremos de um clérigo ou de um frade, porque o primeiro rouba dos pobres e o segundo, do convento, para suas devotas e para ajudar a outro tanto, quando a um pobre escravo o amor levava a fazer isso” (ANÔNIMO, 2012, p. 33).

E foi nesse tempo que Lázaro intensificou a ajuda a sua mãe, que se virava como podia em todos os tipos de afazeres, incluindo a prostituição, que é insinuada pelo narrador. Tudo isso para suprir as necessidades e para criar seus filhos. Entre um e outro hóspede da estalagem, um cego solicita Lázaro como guia. Sua mãe concede, abençoa-o e profere um conselho que marcará as atitudes de Lázaro no tecido social: “Aprenda a valer-se por si mesmo” (ANÔNIMO, 2012, p. 35). Com o cego, seu primeiro amo, Lázaro parte para suas necessárias e dolorosas lições sociais.

Para quem nada possuía, qualquer acolhimento vira esperança. Lázaro admira-se com a astúcia do cego. Passa a observá-lo e aprender as mil maneiras de tirar dinheiro das pessoas. Esse mesmo nível de sagacidade é equivalente à mesquinhez e à avareza do cego que, segundo Lázaro, quase o matava de fome, não dando nem metade da comida de que precisava. Essa privação estimula as manhas e as espertezas do jovem aprendiz que se vê impelido em aplicar boas peças para sobreviver. Ações declaradamente executadas mais para matar a fome do que por aventura.

Lázaro se preocupa em suprir suas necessidades básicas, como a fome. Age pelos seus instintos e descobre, na prática, a necessidade impressa no último conselho de sua mãe, respondendo às investidas do cego para poder “valer-se por si mesmo”. Com o cego, aprendeu a migrar constantemente em busca de gente mais rica para se valer das esmolas. Nessa rotina, procura enganar o cego para vencer a fome. No entanto, nem toda prática é próspera e, por exemplo, nos episódios do roubo do vinho e da linguça, acaba machucado pela ira do velho cego, que, inclusive, é responsável por chamá-lo de “Lazarillo”. Esse mesmo amo parece reconhecer que Lázaro será bem-aventurado, pois se revela propenso às astúcias necessárias à sobrevivência numa esfera marginalizada da sociedade da época.

Lázaro decide abandonar o cego por suas maldades e foge para Maqueda, onde, ao exercer a mendicância, é admitido por um Clérigo. Foram úteis as práticas aprendidas com o primeiro amo, de quem Lázaro passa a sentir “saudades” após a convivência com o Clérigo, pois sua miséria aumenta, a ponto que diz “Escapei do trovão e topei com o relâmpago” (ANÔNIMO, 2012, p. 67). Destacado pela avareza suprema, a figura do Clérigo ironiza e ridiculariza o comportamento de alguns representantes da Igreja.

Apesar de exercer atividades, como cozinhar, ajudar nas missas e velórios, Lázaro se revela fraco de fome ao cabo de três semanas com esse amo. A fome trilha os instintos de Lázaro, deixando-o apenas nos momentos que rezavam em velórios, pois somente nessas cerimônias comia bem e se fartava para superar as necessidades.

Com esse amo, percebemos uma gestante conscientização de Lázaro, que começa a refletir sobre sua condição social, pois, ao pensar fugir, desiste ou pela fraqueza que se encontra ou pelo medo de encontrar um outro amo pior. Suas considerações sobre a realidade social parecem dar-lhe coragem para agir de forma sagaz em favor de sua própria existência. Ele passa a compreender que a necessidade, no caso, a fome, é a iluminação de sua engenhosidade.

Lazarillo é a representação da miséria de um estrato social que precisa preocupar-se com a sobrevivência, não encontrando espaço para elaborar uma ascensão no tecido social.

Apesar do seu título religioso, o Clérigo é cínico e hipócrita, e sua avareza compõe as barreiras que impedem o acesso de Lázaro à dignidade. Não fosse pela esperteza, nesse sentido atribuído pela necessidade, Lázaro não resistiria ao choque áspero com a realidade. De modo análogo ao ano anterior, após ver seu plano de sobrevivência descoberto pelo Clérigo, acabou-se em desgraça, machucado. Tão logo se recompôs, foi posto na rua pelo cruel sacerdote.

Privado de suas relações, incentivado apenas pela fome e ainda ferido, Lázaro procura vencer as fraquezas e perambular vivendo por um tempo da esmola. Nesse período de transição, observamos uma nova denúncia sobre a hipocrisia, pois o próprio Lázaro narra que, durante o tempo em que estava mal, ganhava sempre alguma esmola, mas, logo ao sarar, passou a ganhar as denominações de “vagabundo” e “velhaco”. Percebemos que o enredo denuncia o ambiente da mendicância do contexto espanhol do século XVI e a presença de pessoas que buscavam servir a alguém mais afortunado para garantir a sobrevivência. Essa parcela considerada marginal tem suas origens minadas e desprovidas de qualquer noção de dignidade, afinal, denunciam implicitamente as fendas deixadas pelo sistema social que cultivam a exclusão.

A vida errante leva Lázaro à cidade de Toledo, onde se encontra com um escudeiro. Descrito como razoavelmente bem vestido e bem penteado, com um andar ordenado e compassado, propõe que Lázaro o acompanhe e o sirva. Sem escolhas e crente às aparências do homem, segue com o escudeiro na esperança de ter encontrado alguém digno de servir. Os gestos do escudeiro denunciam uma aparente nobreza: o modo de andar, o hábito de ouvir missas, o gesto de jogar a capa, a preocupação com as mãos limpas, o discurso sobre o comer moderadamente. A própria adoção de Lázaro soa como um criado de enfeite à quimera visibilidade social. Visibilidade que se desfaz desde a primeira noite em que Lázaro passa em companhia do escudeiro, pois os fatos revelam gradativamente sua verdadeira essência.

Morando em uma casa alugada, lúgubre e vazia, com apenas uma cama dura e deteriorada, Lázaro cumpre o papel narrativo de revelar a realidade, descortinando as aparências sociais que muitos fidalgos sem recursos insistiam em manter. Este ano, o escudeiro, representa uma caricatura da classe desses fidalgos desocupados, fidalgos caídos que, sem meios para sobreviver nas configurações sociais do século XVI, insistem em manter as aparências impressas por uma condição que já não possuem.

Os sucessos decorridos durante essa convivência amadureceram a consciência de Lázaro, permitindo-lhe refletir sobre seu processo de formação. Ele rememora os maus anos que teve, bem como as lições de como se manter vivo nesse estágio social. Um exemplo da

maturidade comportamental de Lázaro pode ser observado quando ele passa a julgar e a criticar o comportamento do escudeiro, que, apesar de representar uma vida que não tem, é bem querido por Lázaro. Este passa a ter pena daquele. Muitas foram as mentiras que o escudeiro contou a Lázaro. Tanto que, nesta relação, Lázaro é quem assume o papel de prover os alimentos para eles por meio de sua esperteza em pedir esmolas e restos de comida.

Outro fato que marca esses episódios é a ilusão do escudeiro em manter o que ele chama de honra. Por se intitular um fidalgo, julga-se impossibilitado de trabalhar e atua com presunção em relação as outras categorias sociais. Suas atitudes denunciam que também ele se vira como pode no tecido social. Mentira, trapaceia, acumula dívidas, vive de aparências e mantém uma história própria para cada ocasião. Seu comportamento permite ainda revelar práticas e tabus à época, como, por exemplo, a obsessão do escudeiro pelas mãos limpas e pelos homens de bem – referenciando respectivamente a preocupação dos espanhóis em não possuir ascendência muçulmana ou judaica e o cultivo de hábitos dos homens nobres e honrados que representam a antítese do pícaro.

À custa de uma honra não mais existente, o escudeiro tenta manter sua postura de fidalgo em meio às parcas condições em que se encontra. Como não pode suportar a pressão social, foge ao ser cobrado pelo aluguel da casa e da cama. Lázaro, que agora foi abandonado pelo seu amo, após passar por julgamento de dizer o pouco que sabia sobre o escudeiro, é libertado como inocente. Só lhe resta procurar um novo amo.

Assenta-se agora com um frade da ordem das Mercês. Segundo o narrador, foi encaminhado a esse amo por meio de umas prostitutas que tratavam o frade por parente. Com este, Lázaro fica pouco tempo, oito dias apenas. No entanto, ironicamente o frade é caracterizado como um louco das ruas, um grande amigo dos negócios seculares e de visitas. Associando o termo “mulherzinhas” ao costume de ser “grande amigo dos negócios seculares”, bem como a negação do narrador em prosseguir nas justificativas que o impeliram a abandonar o frade, inferimos que este se relacionava com diferentes mulheres.

O próximo amo é considerado por Lázaro como o mais esperto e desavergonhado de todos – um buleiro. Com ele, por quatro meses, Lázaro observou, aprendeu e também passou por enormes fadigas. Mas, um olhar investigativo lançado nos relatos referentes ao buleiro nos permite observar um nível de amadurecimento da consciência de Lázaro. O buleiro era um legítimo retórico, pois sabia como adquirir a confiança dos clérigos ou padres que encontrava nos lugares a que chegava. Presenteava-lhes com coisas simples, de pouco valor e importância, mas alimentava suas vaidades, de modo a conquistar-lhes a simpatia necessária ao favorecimento do seu negócio – vender as bulas papais.

Sua percepção era extraordinária e se comportava de acordo com o nível de instrução de cada sacerdote. Tanto que, na descrição dessas vantagens, o narrador denuncia sutilmente a prática de alguns clérigos que “se ordenam mais com o dinheiro que com os estudos e devoções” (ANÔNIMO, 2012, p. 151). Nesse caso, o “ordenar-se mais com dinheiro” corresponde aos que assumem lugares na Igreja por meio da fortuna da família, representados por aqueles filhos homens que não recebem herança. As bulas deveriam ser vendidas de qualquer maneira, inclusive por meio de encenações. Para isso, o buleiro discursava veementemente, sendo capaz até de molestar as pessoas ou empregar estratégias arditas que comprovavam sua esperteza.

O próprio Lázaro confundia-se com as engenhosidades desse seu amo a ponto de crer, muitas vezes, na falsa palavra do comissário. Nos momentos de elucidação dos fatos, é que podemos, mais uma vez, perceber a evolução de consciência de Lázaro. Apesar de confessar achar graça, ele demonstra uma preocupação com a inocência do povo: “Quantas dessas não devem fazer esses trapaceiros com o povo inocente!” (ANÔNIMO, 2012, p. 167). Mesmo inserido nesse ambiente trapaceiro, o próprio Lázaro abre, por meio de sua narrativa, uma conexão para a análise da sociedade a partir da ótica dos marginalizados. Por que o povo é tão inocente a ponto de crer nessas encenações? Quem ganha com essa inocência? Com o relato desses episódios, implicitamente Lázaro nos diz que trapaceava mais para se livrar dos perigos e necessidades do que por dinheiro. Razão pela qual também abandona esse amo.

Mas o dinheiro nunca foi abundante na vida de Lázaro. Isso observamos ao descrever o seu sexto amo, um capelão. Inicialmente recebido como um criado, Lázaro é incorporado ao comércio, ao trabalho. No ofício de entregar água pela cidade, ele consegue, no tempo de quatro anos, uma rala economia. Todo o dinheiro vai para a roupa e a espada usadas que lhe permitem vestir-se honradamente. Mais na qualidade de um “escravo de ganho” que de um criado, aplicando as práticas astuciosas aprendidas pelos seus amos anteriores, Lázaro demonstra ter absorvido também as lições de aparências de seus mestres, em especial o escudeiro. Afinal, com toda a sua economia conquistada, só lhe é possível pensar nas aparências, fato que o incita a adquirir roupas e acessórios, ambos usados, para se ver em hábito de homem de bem.

E essas aparências de um “homem de bem” levam Lázaro a deixar o ofício, pois o trabalho manual não seria digno dessa categoria. Os ensinamentos dos antigos amos parecem mesmo reverberar neste ponto da vida de Lázaro. Mesmo com trajes usados e acessórios parcos, parece perder os raros níveis de consciência crítica outrora conquistados. Transforma-se numa caricatura do escudeiro, aplica as artimanhas do cego e zela pela retórica do buleiro.

Após deixar o capelão, Lázaro se põe a serviço de um oficial de justiça. A prática o permite julgar esse ofício como perigoso e abandona-o.

Provavelmente em função de suas lições anteriores, consegue, por graça e favores de alguns amigos e senhores, arranjar-se num emprego público, um ofício real. Entendemos por “ofício real” uma ocupação que proporciona mais condições para a prosperidade social. Lázaro tem agora “o cargo de apregoar os vinhos que se vendem na cidade de Toledo, os leilões e as coisas perdidas e acompanhar os que padecem perseguições da justiça, declarando seus delitos. Pregoeiro, para falar claramente” (ANÔNIMO, 2012, p. 175).

Necessário é compreender que esse ofício de pregoeiro era um dos trabalhos permitidos aos conversos. Correspondia, portanto, ao mais baixo degrau das engrenagens do sistema. Mesmo assim, já é uma definitiva conquista que faz Lázaro sentir-se no topo do sistema. Ele crê que a eficiência com que realiza esse trabalho tenha levado um tal senhor arcepreste de San Salvador a oferecer uma de suas criadas para casar-se com Lázaro. Encarando essa ação do arcepreste como um favor e única forma de ascensão social, Lázaro casa-se com a criada e aluga uma casinha junto à casa do arcepreste. Essa proximidade e benevolência do arcepreste tendem às desconfianças, que ocorrem com frequência pelas “más línguas”.

A mulher de Lázaro frequenta periodicamente a casa do arcepreste para arrumar-lhe a cama, para fazer sua comida. Além disso, o arcepreste sempre lhes envia cargas de trigo, pedaços de carne e roupas velhas. Apesar das evidências e das observações das “más línguas”, o arcepreste profere instruções retóricas para que Lázaro não dê ouvidos às observações e aos falatórios difamadores das pessoas. Resignado, Lázaro parece compreender e sobrepor aos indícios a sua meta de aproximar-se dos bons, “dos homens de bem”. Nesta fala do narrador, Lázaro parece percorrer os mesmos passos de sua mãe, ao afirmar que busca a aproximação com as pessoas de bem. Uma conclusão que remete ao realismo pessimista, que não vê saída para as adversidades, a não ser em se conformar com esse último degrau na hermética escala social.

Pelo discurso final de Lázaro, que afirma seu amor pela criada e demonstra uma conformidade em relação ao estrato social conquistado e com os novos conselhos recebidos pelo arcepreste, depreendemos ou uma mudança radical no comportamento de Lázaro ou uma aceitação à condição escrava e subalterna que tanto o acompanhou. Ao conquistar o mais ínfimo degrau social, Lázaro se mostra religiosamente crente, ingênuo e ajustado às engrenagens do sistema. As adversidades, que tanto fizeram com que se movesse, agora o tornam petrificado, acomodado. Pelo medo, pela fome, pela miséria, Lázaro conquistou a

trágica conscientização do lugar que poderia ocupar no tecido social. Um lugar inferior, mas, ainda assim, acessado pelo viés da esperteza do pícaro.

A narrativa associa esses fatos ao ano que o Imperador Carlos I reúne as Cortes em Toledo. Mesmo ano em que Lázaro afirma estar em prosperidade e no auge de toda boa fortuna. Uma sutil e irônica dialética – o poder e a subalternidade. A narração e o reconhecimento de que esse miserável degrau corresponde ao seu auge demonstra que Lázaro conseguiu, pelo menos, ser ouvido por alguém. O discurso de um subalterno foi elevado à categoria histórica, deslocando os olhares voltados ao universo edulcorado dos heróis medievais para o drama concreto vivenciado pelos homens “de carne e osso”, estabelecendo, assim, uma dimensão temporal concreta das sociedades históricas.

4.2 João Grilo – o neopícaro

João Grilo é protagonista da obra teatral *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. Publicada em 1955, a peça tem por núcleo principal o “juízo de alguns canalhas, entre os quais um sacristão, um padre e um bispo, para exercício da moralidade” (SUASSUNA, 2008, p. 15). Pela estrutura dramática, não encontramos um prólogo definido, mas percebemos a preocupação do autor em ser representado, como uma espécie de narrador, no anúncio do espetáculo:

Ao escrever esta peça, onde combate o mundanismo, praga de sua igreja, o autor quis ser representado por um palhaço, para indicar que sabe, mais do que ninguém, que sua alma é um velho catre, cheio de insensatez e de solércia. Ele não tinha o direito de tocar nesse tema, mas ousou fazê-lo, baseado no espírito popular de sua gente, porque acredita que esse povo sofre e tem direito a certas intimidades (SUASSUNA, 2008, p. 16).

Observamos que o palhaço é capaz de proporcionar uma interação com o espectador/leitor, situando-o e direcionando sua interpretação da obra. Ao comparar sua alma a um velho catre, cheio de insensatez e solércia, o palhaço apresenta-se como um sábio e experiente nas relações humanas. Alguém que conhece o “mundanismo”, termo que resguarda as mazelas sociais, as aparências de poder e a potencial astúcia que os homens são capazes de praticar para satisfazer as suas necessidades. Trata-se de uma interlocução com o leitor ou o espectador, incitando-o a acessar as entrelinhas dos discursos para estabelecer conexões

críticas com a realidade marginalizada. O palhaço atua como um canal de comunicação desses marginalizados, oportunizando o discurso dos subalternos, que, embora revestidos da comicidade, denunciam as engrenagens do sistema social.

Nesse conjunto de subalternos, conhecemos a figura de João Grilo, que, desde sua primeira fala, atua desvendando vícios comportamentais: “Ele diz ‘misericórdia’, porque sabe que, se fôssemos julgados pela justiça, toda a nação seria condenada” (SUASSUNA, 2008, p. 17).

João Grilo nos é apresentado já adulto em meio às suas traquinagens. No primeiro ato, o padre João, sacerdote da cidade de Taperoá, no Nordeste brasileiro, juntamente ao seu sacristão, é pressionado pelo discurso do neopícaro João Grilo, que pretende, junto ao seu amigo Chicó, convencer os eclesiásticos a benzer o cachorro da mulher do padeiro, atual patrão de João Grilo. Apesar de encontrarmos a utilização do termo “malandro” para designar o comportamento de João Grilo, adotamos a denominação “neopícaro” por crer na sua maior extensão semântica e ligação com a herança do pícaro clássico espanhol.

Apesar de uma apurada retórica popular, o personagem não convence o sacerdote a ritualizar o benzimento do cachorro. No entanto, posteriormente consegue, por meio da propina, convencer o sacristão e o padre a enterrar o cachorro com uma cerimônia em latim. Mesmo que de forma caricatural, já podemos observar o quanto essas ocorrências indiciam parte do mundanismo referido pelo palhaço. O coronelismo, a simonia, a injustiça social, a consciência de classes, a hipocrisia social, a intertextualidade histórica e os aspectos caricaturais do discurso neopícaro constituem exemplos dos vícios potencialmente percebidos, elucidados e criticados.

Pelo campo de convivência de João Grilo, conhecemos a figura do Major Antônio Noronha de Britto Moraes, latifundiário que zela pela antiga e velha ociosidade e autoridade senhorial. Senhor honrado pelos sacerdotes locais e que se considera descendente daqueles que vieram nas caravelas.

Antônio Moraes: Os donos de terras é que perderam hoje em dia o senso de autoridade, Veem-se senhores trabalhando em suas terras como qualquer foreiro. Mas comigo as coisas são como antigamente, a velha ociosidade senhorial![...] Meu nome todo é Antônio Noronha de Britto Moraes e esse Noronha de Britto veio do Conde dos Arcos, ouviu? Gente que veio nas caravelas, ouviu? (SUASSUNA, 2008, p. 30).

O padre e o sacristão atuam como legítimos representantes da simonia e dos interesses políticos e financeiros da instituição religiosa. Inicialmente abordados por João Grilo e Chicó,

manifestam resistência em relação à possibilidade legal de se benzer e enterrar um cachorro. Mas, ao serem sorrateiramente informados por João Grilo que se tratava de um cachorro do Major Antônio Moraes, mudam o seu discurso, abrandando as resistências e, até mesmo, relativizando as leis eclesiásticas. Mesmo após o conhecimento de que se tratava do cachorro da mulher do padeiro, aderiram à proposta do enterro em latim após ameaças de perder os benefícios e as doações que o casal oferecia à Igreja. Quando João Grilo arquitetou a história da herança que o cachorro deixara para repartir com o padre e com o sacristão, aí sim que as suas resistências cederam.

João Grilo age naturalmente e chega a declarar que se diverte com as embrulhadas que cria. Sob essa diversão, percebemos uma inerente crítica aos comportamentos sociais. O padeiro é descrito como um homem de intermediária influência social, dominado pelos desejos da esposa, que o engana constantemente com outros homens, incluindo Chicó.

João Grilo chama de “fraquezas” o que entendemos por potencial hipocrisia. Desse modo, as fraquezas da mulher do padeiro também são denunciadas por ele, como:

João Grilo: Deixe de besteira, Chicó, todo mundo sabe que a mulher do padeiro engana o marido!

[...]

Chicó: Sabe, mas não sabe que foi comigo, entendeu? E mesmo ela já me deixou por outro! Uma vez, João, e não posso me esquecer dela. Mas não quer mais nada comigo.

João Grilo: Nem pode querer, Chicó. Você é um miserável que não tem nada e a fraqueza dela é dinheiro e bicho. Ela não o teria deixado se você fosse rico. Nasceu pobre, enriqueceu com o negócio da padaria e agora só pensa nisso. Mas eu hei de me vingar dela e do marido de uma vez (SUASSUNA. 2008, p. 26).

Uma referência às diferenças de classes sociais, bem como uma manutenção da má distribuição de renda e reorganização constante desse sistema de exploração estão implícitas na relação de João Grilo com seu atual patrão. Relações opressoras são explicitamente descritas pelo discurso de João que canaliza essa denúncia ao descaso que viveu quando esteve doente e não contou com a ajuda dos patrões.

JOÃO GRILO: Ó homem sem-vergonha! Você inda pergunta? Está esquecendo de que ela deixou você? Está esquecido da exploração que eles fazem conosco naquela padaria do inferno? Pensam que são o Cão só porque enriqueceram, mas um dia hão de me pagar. E a raiva que eu tenho é porque quando estava doente, me acabando em cima de uma cama, via passar o prato de comida que ela mandava pr'o cachorro.

Até carne passada na manteiga tinha. Pra mim nada, João Grilo que se danasse. Um dia eu me vingo. (SUASSUNA, 2008, p. 26)

A fome é outra necessidade vivenciada e denunciada pelo discurso de João Grilo, ora para justificar os devaneios e mentiras de Chicó, ora para destacar a revolta de João Grilo frente ao descaso dos privilegiados ou ainda para ilustrar as consequências da seca de sua região. Fato que argumenta a favor da compreensão de João Grilo como um neopícaro. Ele é uma espécie de malandro que aprendeu com o choque áspero da realidade as maneiras necessárias à sobrevivência. Suas naturais artimanhas, construídas dentro de um campo de conhecimento empírico, de modo implícito e gradativo, são extremamente reveladoras das desigualdades sociais presentes no ambiente da obra, o Nordeste brasileiro.

Todos os personagens da peça estão ligados a João Grilo. Tanto que, quando, com ele, estabelecem uma interlocução, parecem submetidos a uma espécie de raios-X ou a um filtro de análise da realidade, permitindo ao leitor ou ao espectador uma intimidade com as arestas de cada participante da história.

O ambiente isolado, longínquo e sertanejo que ampara a obra não distancia as personagens das características universais do comportamento humano ou ainda das formas universais de conseguir as coisas neste mundo. Das necessidades fundamentais aos desejos mais mesquinhos, observamos o jogo de interesses sociais. A malandragem de João Grilo é uma erupção, uma ferida consequente do tecido social gerador da desigualdade econômica, do latifúndio, da fome, da seca e da miséria, representados no contexto do sertão brasileiro.

Nessa gradual revelação, o palhaço anuncia para o próximo ato a chegada do Bispo, exímio administrador e político que sequencia a comicidade da vida real. Tão extremosa é a chegada desse personagem que o palhaço se retira para que o leitor ou o espectador elabore seus próprios julgamentos. O Bispo é descrito como um ser profundamente enfatado, cheio de si. Junto a ele, um frade que é a bondade em pessoa. O pedantismo do Bispo é percebido pelo seu tom de linguagem, sofisticada para impressionar e grossa para advertir. Cita alguns termos em francês e trata o frade que o acompanha como se fosse um “verme”. Deixa transparecer seu interesse pelas relações de poder.

Disposto a compreender e solucionar as reclamações denunciadas pelo Major Antônio Moraes, o Bispo estabelece um interrogatório com o padre João. Após uma discussão resignada e repleta de ambiguidades, o padre descobre que todo o processo do benzimento do cachorro foi uma armação de João Grilo. Tomado pelo rancor, discute com João Grilo, endereçando-lhe injúrias, como “canalhinha amarelo” e “amarelo safado”. O tom agressivo do

padre acaba podado pela engenhosidade de João Grilo, que vira o jogo, rememorando, na presença do Bispo, a cumplicidade do padre no caso do enterro do cachorro.

Amedrontados, o padre e o sacristão temem às potenciais consequências sentenciadas pelo Bispo, que se mostra indignado com tamanha desmoralização. Desse modo, profere a suspensão do padre e a demissão do sacristão. Até este ponto, os cuidados éticos e políticos exercidos pelo Bispo condizem plenamente com seu cargo. A contradição vem quando João Grilo é acusado pelo Bispo de jogar a Igreja contra o Major Antônio Moraes. Ameaçado, lança mão de seu discurso velhaco, que mais revela do que esconde: “É mesmo uma vergonha! Um cachorro safado daquele se atrever a deixar três contos de réis para o sacristão, quatro para o padre e seis para o bispo, é demais” (SUASSUNA, 2008, p. 60).

A sagacidade do discurso de João Grilo é reveladora por permitir avaliar o caráter do Bispo. Assim que o reverendíssimo ouve sobre os seis contos deixados para a diocese, todo o legalismo farisaico por ele encenado se desmancha em interesses. Mesmo tendo citado os referidos artigos do Código Canônico, que proibiam o enterro de cachorros, o Bispo passa a falar na necessidade de deliberar e discutir com mais cuidado sobre o assunto em reunião com o concílio. Muda o tom do discurso afirmando agora o quanto os animais são legítimas criaturas de Deus e quão nobre foi o sentimento do cachorro em incluí-lo no testamento.

Aparentemente convencidos pelo testamento do cachorro, aguardam o recebimento da propina prometida pela mulher do padeiro. Mas, antes que ela apareça, inspirado pela sua vingança, João Grilo se prepara para mais uma embrulhada. Retira a bexiga do cachorro antes de enterrá-lo e pede para Chicó enchê-la de sangue e guarda-la no peito, dentro da camisa. Seria, segundo João Grilo, uma garantia para o caso de seu novo “negócio” dar errado. Essa nova embrulhada, que ele chama de “negócio”, inclui um gato que João Grilo pretende barganhar com a mulher do padeiro. Um gato danado que “descome dinheiro”.

Ciente das duas fraquezas da mulher, bicho e dinheiro, João combina com Chicó os passos para a nova traquinagem. Esta consiste em vender para a mulher do padeiro um gato que possa lhe dar lucro ao invés de despesas. Taticamente seduzida e convencida pela mentira de João Grilo, a mulher concorda em ficar com o gato mediante condição de incluir o valor de quinhentos réis para João Grilo no testamento do cachorro. Feliz com o novo “filho”, a mulher segue na esperança de tirar o prejuízo.

Enfatizamos que a interlocução estabelecida pelos personagens João Grilo e Chicó oferece informações críticas interessantes à análise. Chicó, apesar de covarde, atua como uma consciência de João Grilo, pois lhe adverte, estabelece dúvidas e discussões, pondera sobre as conclusões tomadas por Grilo e frequentemente o entretém com suas mirabolantes histórias.

Chicó: Você ainda se desgraça numa embrulhada dessas. Eles viram a bexiga?

João Grilo: Que nada, está aqui.

Chicó: Se a mulher do padeiro descobrir que você tirou a bexiga do cachorro antes do enterro...

João Grilo: Que é que tem isso? Eu estava precisando dela pra um negócio que estou planejando e a necessidade desculpa tudo. O cachorro já estava morto, não precisava mais dela, eu tirei, porque estava precisando! Ela não tem nada a reclamar.

Chicó: É, o cachorro já estava morto, mas você sabe como esse povo rico é cheio de confusão com os mortos. Eu, às vezes, chego a pensar que só quem morre completamente é pobre, porque com os ricos a confusão continua por tanto tempo depois da morte, que chega a parecer que ou eles não morrem direito, ou a morte deles é outra! (SUASSUNA, 2008, p. 62).

João Grilo reconhece Chicó como um sócio, um comparsa, um cúmplice de suas aventuras. O caráter mitômano parece o caminho natural dessa sociedade. A mentira é justificada pela necessidade de sobrevivência. As raras oportunidades de trabalho são acompanhadas pela relação opressora. É preponderante destacar que, no enredo da obra, mesmo empregado na padaria, João Grilo demonstra afinidade para outros tantos ofícios astuciosos com a finalidade de garantir sua sobrevivência e se vingar da relação opressora protagonizada pelos seus atuais patrões.

Chicó: João, adeus. Eu vou-me embora.

João Grilo: Nada disso, tome lá a metade do dinheiro e deixe de ser mole!

Chicó: Homem, eu não tenho coragem de continuar sempre, é melhor fugir logo, enquanto tudo está em paz.

João Grilo: Não adianta, Chicó, você já entrou na história e agora é tarde porque a mulher descobre já (SUASSUNA, 2008, p. 71).

Todos receberam a propina pelo testamento do cachorro, incluindo o Bispo, que embolsou rapidamente seus seis contos, agora justificados pelo artigo canônico. Estariam em paz se não fosse pela ira do padeiro, que retorna à igreja para tirar satisfação com João Grilo sobre o golpe aplicado a sua mulher. Acusado de imoral e de ladrão e novamente ameaçado a perder seu emprego na padaria, João Grilo se revolta com as acusações do padeiro e, logo em seguida, com os demais, exceto Chicó. Observamos um discurso inflamado pelo qual João Grilo, consciente de suas atitudes malandras e já prevendo a possibilidade dos acontecimentos, procurava armar mais uma embrulhada. No entanto, barulhos de tiros evidenciaram a chegada da reveladora figura do Severino do Aracaju, um legítimo cangaceiro que invade, rouba e mata por onde passa.

Severo e amedrontador, Severino sequestra todos e os faz reféns. Tão logo, começa a dialogar e revistar o Bispo. Após encontrar no bolso do Bispo a elevada quantia de dinheiro recebida, julga que o “negócio de igreja” tinha prosperado por aqueles lados. Concomitantemente, mesmo diante da tensão, João Grilo demonstra sua artimanha, entrando no discurso de Severino no momento certo para denunciar a origem do dinheiro, o enterro do cachorro. Incentivado, Severino também revista e fica com as propinas do padre e do sacristão. Mesmo mediante as bajulações e as retóricas, Severino permanece firme em seu propósito, matar para roubar e garantir o seu sustento.

A repentina chegada de Severino, além de mudar todos os planos de João Grilo, possibilita algumas reflexões sobre o fenômeno do cangaço. Trata-se, segundo Facó (2009, p. 48), de um movimento de revolta, protagonizado pelo homem do sertão, em função de não possuir acesso à terra e por se ver dominado pelo latifúndio que devora suas energias e monopoliza todos os seus privilégios.

O latifúndio, já nos começos do século XX, tinha dado o que pudera dar, desde os tempos da colonização, passando pelo Primeiro Reinado, a Regência, o Império, entrando pela República, intocável e sagrado de privilégios. Com o choque produzido pela Abolição da Escravatura, começa a desmoronar-se a velha ordem do campo, alicerçada na grande propriedade semifeudal e no escravo. No seu seio gestaram-se as forças antagônicas que lutariam pela sua liquidação (FACÓ, 2009, p. 206).

O fato é que Severino, declaradamente violento, é a figura por meio da qual são revelados outros comportamentos viciosos inseridos em outros representantes sociais, como os eclesiásticos e os comerciantes. Tal como se fosse necessário um movimento marginal para denunciar as erupções hipócritas do tecido social, mais uma vez, observamos que o “mundanismo”, referido pelo palhaço, encontra canais de revelação próprios da cultura e da história do Nordeste brasileiro. Uma maneira de justificar a complexa formação da rebeldia de Severino do Aracaju é proferida pelo seu próprio discurso que afirma ser ele um criminoso por necessidades. “Mais pobre do que Vossa Senhoria é Severino do Aracaju, que não tem ninguém por ele, a não ser seu velho e pobre papo-amarelo” (SUASSUNA, 2008, p. 79).

Sequencialmente, todos são convocados a marchar para o fuzilamento. Um dos cangaceiros do grupo, sob as ordens de Severino, mata, respectivamente, o Bispo, o padre, o sacristão, a mulher e o padeiro. O frade é libertado em função da superstição de Severino. Ao chegar a hora de João Grilo, este resolve arriscar sua última artimanha: presentear Severino

com uma gaita. Uma gaita benzida pelo Padre Cícero, capaz de proteger seu dono da morte. Apesar de relutar inicialmente a proposta, Severino recebe a palestra de João Grilo devido a sua devoção ao Padre Cícero.

O protagonismo religioso envolvendo o Padre Cícero marcou ideologicamente as camadas mais pobres da população nordestina. Entre eles, formavam-se os grupos de cangaceiros, como uma espécie de alternativa à submissão ao grande proprietário territorial. A formação desses grupos é complexa, pois envolve a Abolição da Escravatura; o regime latifundiário; o isolamento da região em relação às cidades; o maior atraso cultural e a maior influência do clero na exacerbação das tendências místicas. Padre Cícero projetou-se de forma positiva em todo o Nordeste, pois seu apostolado, diferente de outros sacerdotes católicos, não cobrava dinheiro pelos serviços religiosos e seus conselhos supriam as necessidades de uma população que não conhecia médico, farmácia ou noções básicas de higiene (FACÓ, 2009, p. 149-150).

Esses fatos nos permitem inferir que João Grilo provavelmente teria noção que um regalo abençoado pelo líder político-espiritual dos sertanejos nordestinos despertaria o interesse do cangaceiro Severino do Aracaju. Com a atenção estabelecida e desafiado a demonstrar a eficiência da gaita, João Grilo e Chicó dramatizam a confusão que culmina na suposta morte de Chicó por meio de uma punhalada, que, embora parecesse real, tratava-se da bexiga do cachorro, cheia de sangue. Assim que João Grilo toca o instrumento, Chicó, ao ritmo da música, ressurgue para a vida e transmite a Severino uma mensagem do Padre Cícero. Percebemos, neste ponto, o quanto a capacidade de fabular de Chicó tornou-se complementar aos planos de João Grilo. Mesmo ainda ressabiado, Severino se convence da “generosidade” de João Grilo em lhe oferecer o presente e a oportunidade de conhecer o “Padrinho Padre Cícero”.

Empolgado com a proposta, Severino ordena que um de seus cangaceiros atire contra ele. Assim que Severino cai morto, João Grilo e Chicó atacam o cangaceiro, que, no meio da patuscada, morre esfaqueado por João Grilo. Livre estaria a dupla se não fosse pela avareza e pelo lastro de arrogância de João Grilo, que insiste em pegar o testamento do cachorro, recolhe o dinheiro do bolso do falecido Severino e atrasa o passo para proferir um teatral e vaidoso discurso sobre sua sabedoria e malandragem. Custa-lhe caro, pois o cangaceiro, antes de morrer, atira em João Grilo. “Acabou-se o Grilo mais inteligente do mundo” (SUASSUNA, 2008, p. 97).

Podemos considerar aqui o fim do segundo ato. Na sequência, o palhaço pede desculpas ao público pela carnificina e organiza o cenário para o julgamento dos mortos.

Inicialmente se dirige aos leitores/espectadores, incitando-os a reformularem suas vidas, mas, de maneira sutil e irônica, manifesta a certeza de que todas as testemunhas eram verdadeiros santos. Inseridos numa espécie de limbo, um local indefinido, os mortos despertam para o início de julgamento.

As ações expressas indicam que os personagens mantêm suas características físicas e psicológicas. Parecem insistir em seus comportamentos como se ainda estivessem sob o jugo da realidade. A aparente calma se desfaz pela chegada de um demônio que anuncia “a hora da verdade” e ordena que todos se deitem para receber o Diabo, tratado na obra como o “Encourado”. Este dá as ordens para levar todos para o inferno. Mesmo amedrontados, tentam se articular segundo os vícios de cada um: o Bispo procura ser político, solicitando compaixão ao Encourado, julgando ainda exercer alguma autoridade, mas não é atendido e João Grilo demonstra que sua esperteza é um atributo transcendental ao apelar pelo seu direito de defesa.

Severino apela pela presença de Nosso Senhor Jesus Cristo, que aparece sob o ritmo dos sinos. Por essa estrutura de julgamento alegorizada pela presença do mal e do bem, percebemos a influência maniqueísta que conduz as ações. Na presença de Jesus, apresentado como Manuel, João Grilo aumenta a confiança em suas astúcias e começa a provocar o Encourado. Apresentando-se como um preto retinto, Manuel inicia um julgamento que parece, ao mesmo tempo, provocar e repreender cada um dos personagens denunciando suas hipocrisias e preconceitos. Podemos entendê-lo como mais uma referência ao combate do “mundanismo”, citado pelo palhaço no início da obra.

Manuel organiza o julgamento permitindo que o Encourado estabeleça, sequencialmente, suas acusações ao Bispo, ao padre, ao sacristão, ao padeiro e a sua mulher, ao Severino e ao seu cangaceiro e a João Grilo. Durante toda a interlocução, João Grilo intervém com seu astuto discurso. Astúcias que atrasam seu julgamento em função da desatenção causada no Encourado. Mesmo relativizando o mal praticado por meio da justificativa de ser excluído e explorado, João Grilo encontra-se em situação delicada, pois Manuel reconhece o projeto de vingança de João Grilo. Ciente de que não se salvaria pela justiça, Grilo apela para a misericórdia, para a “mãe da justiça”, invocando a presença da Compadecida.

Mesmo nesse ambiente alegórico, observamos que foi o discurso astuto de João Grilo que permitiu o acesso à advogada dos necessitados. Descrita por João Grilo como sendo pobre, humilde e gente como ele, Maria, a Compadecida, permite a quebra da dimensão heroica e idealizada, impressa pela figura de Cristo. Ela teria mais entendimento sobre as situações vivenciadas por João Grilo.

A Compadecida, respeitada por Manuel, imprime novas perspectivas ao contextualizar e problematizar as acusações do Encourado. Tanto que, na mesma sequência das acusações do Encourado, Maria exerce sua revelação mediadora, destacando as virtudes e os motivos que haviam levado aos respectivos vícios.

Um por um, vão sendo absolvidos pela misericórdia da Compadecida. Nesse discurso redentor, encontramos críticas às potenciais condições geradoras da contradição humana. De modo geral, evidencia-se a pobre e a triste condição do homem quando dominado pelos medos: da morte, da fome, do sofrimento, da solidão. Tomando como exemplo o padeiro e a mulher dele, a Compadecida elucida o quanto a exploração é uma reação em cadeia, pois, na condição de subalterna e explorada pelo marido, a mulher do padeiro também explorava seus empregados. A desigualdade imperativa que a mulher sofre numa sociedade machista é evidenciada pelos atos da mulher do padeiro, que nem mesmo tem um nome revelado na obra.

Severino do Aracaju é analisado por outra perspectiva, tanto que é absolvido pelo próprio Manuel, que analisa seus violentos atos como uma reverberação colérica. Ao relatar que Severino e seu cangaceiro enlouqueceram logo depois que polícia dizimou a família deles, inferimos o quanto a perspectiva da Compadecida proporciona uma reflexão sobre as condutas sociais e sobre a gênese da marginalidade. Implicitamente, ao expor a ação da polícia, o discurso revestido de misericórdia abriga um olhar crítico para o comportamento distorcido de alguns agentes da segurança pública.

Mesmo sem ser solicitado, João Grilo, que participa desse processo de análise redentora, chega a propor sugestões para os réus absolvidos. Sugere que os cinco últimos lugares do purgatório sejam preenchidos por eles. Após arrumar para os outros, João Grilo permanece em julgamento sob acusações que confundem a sentença de Manuel. É a intervenção da Compadecida que novamente contextualiza e justifica parte do comportamento de João Grilo. Nesse seu discurso de misericórdia, percebemos uma denúncia à desigualdade social, a princípio na região Nordeste, mas que se universaliza no processo literário.

A sentença proposta pela Compadecida e autorizada pelo seu filho Manuel foi proporcionar a João Grilo uma nova oportunidade. Essa nova chance foi condicionada, pois João Grilo deveria elaborar uma pergunta a que Manuel não poderia responder. Superado o desafio e após ser, mais uma vez, admoestado a moderar sua petulância, João se despede e retorna à vida. Encontra-se, então, com seu próprio enterro conduzido por Chicó, seu amigo, e pelo palhaço, o narrador. Após algumas traquinagens e abrandar o medo de Chicó, voltam a falar do dinheiro e traçar planos para os dois.

Já pensando como ricos, manifestam a intenção de ficar com a padaria. No entanto, Chicó se dá por louco ao lembrar-se da promessa que fez a Nossa Senhora. Comprometeu-se a dar todo o dinheiro para ela, no caso de João Grilo escapar da morte. Inconformado, João Grilo procura persuadir o próprio Chicó, mas sem sucesso. Acaba convencido, pois melhor conviver com a costumeira desgraça do que romper uma promessa feita à Compadecida. Mesmo assim, João Grilo não perde a oportunidade de compor pilhérias:

João Grilo: É, mas faltou quem me convencesse. Se fosse a outro santo, ainda ia ver se dava um jeito, mas você achou de prometer logo a Nossa Senhora! Quem sabe se eu não escapei por causa disso? O dinheiro fica como se fossem os honorários da advogada. Nunca pensei que essa também aceitasse pagamento!

Chicó: João, veja como fala!

João Grilo: Que é isso, Chicó, está se mascarando? Com Deus, não, mas com Nossa Senhora eu tenho coragem de tirar brincadeira! (SUASSUNA, 2008, p. 147)

João Grilo nos permite uma interpretação da realidade por meio do discurso do subalterno, revelando uma perspectiva equivalente à picaresca clássica. “Lázaro de Tormes” é o pícaro que viabiliza a narrativa realista pela ótica dos marginalizados do sistema social espanhol do século XVI; já João Grilo, moldado pelas condições sociais do Nordeste brasileiro e sob as *residualidades* culturais do medievo, constitui-se um neopícaro igualmente capaz de denunciar as inconsistências do sistema. Mesmo inserido em tempos e locais distintos, pícaros e neopícaros constituem vozes críticas das desigualdades sociais.

4.3 Reminiscências na obra de Suassuna

O romance picaresco é construído pela narrativa pseudoautobiográfica de um anti-herói. A presença de um narrador permite, como vimos, uma expressão mais evidente dos acontecimentos. Lázaro de Tormes é um marginal cujas aventuras expõem a síntese crítica de um processo de tentativa de ascensão social por meio da trapaça. Sua capacidade de nos surpreender está nas entrelinhas que estabelecem uma conexão histórica e uma social, pois suas ações representam uma sátira à sociedade contemporânea do pícaro.

No texto de Ariano Suassuna, escrito para o teatro, não há um narrador, mas há, como já afirmamos, a figura do palhaço, uma espécie de coro da tragédia grega, que apresenta a história e as personagens, além de anunciar parte da temática implícita da obra. O palhaço

desempenha funções semelhantes à do narrador do romance moderno: comenta algumas ações, analisa e atribui valores morais e religiosos a acontecimentos inerentes à esfera individual e à particular do personagem (CANDIDO *et al.*, 2007, p. 87).

Ao realizar o estudo comparado dos personagens Lázaro de Tormes e João Grilo, é preciso ter em conta que estamos diante de dois gêneros literários, o romance e o teatro. Criações literárias que contam uma determinada história relacionada a um grupo de pessoas sob a influência de um lugar e de um momento, embora assumam estruturas diferentes. Essas narrativas passam pela subjetividade de um autor inserido no cotidiano de uma época histórica específica que, conforme a sua inclinação artística, expressa-se de uma ou de outra forma. Os personagens escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho constituem elementos reveladores desses contextos históricos e de informações sociais norteadoras para a compreensão do comportamento do pícaro e do neopícaro.

Sabe-se que o personagem é um dos elementos centrais do romance. Trata-se da concretização de um ser fictício que procura comunicar uma verdade existencial a qual interpretamos por meio da verossimilhança. Partindo do princípio de que o conhecimento do outro é sempre uma construção fragmentária, assentimos que os personagens são construídos por meio de técnicas de caracterização capazes de nos fornecer um conhecimento mais completo e coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentado que temos dos seres. Esta é uma das funções precípuas da ficção (CANDIDO *et al.*, 2007, p. 64):

Quando lendo um romance, dizemos que um fato, um ato, um pensamento são inverossímeis, em geral queremos dizer que na vida seria impossível ocorrer coisa semelhante [...]. A narrativa é obrigada a ser mais coerente que a vida. [...] a chave mestra da eficácia de um romance está no vínculo que este estabelece com a vida e no desejo de representar o real. Além disso, o seu pleno funcionamento depende dum critério estético de organização interna (CANDIDO *et al.*, 2007, p. 76-77).

Desse modo, Lázaro de Tormes, personagem do romance, é um elemento capaz de nos fornecer uma análise ampla e lógica da realidade. João Grilo, personagem do teatro, é responsável por quase toda a obra, pois nada existe que não seja revelado por meio dele. Percebemos que tanto no romance como no teatro as personagens complementam o conhecimento fragmentário que temos dos seres, no entanto o personagem do teatro fala do homem pelo próprio homem. Enquanto o romance se vale da narração, o teatro se vale da ação.

Pela descrição dos personagens, quanto a Lázaro de Tormes, observamos uma maior preocupação com a origem do protagonista, por revelar uma ascendência tida como indigna, humilde e ressaltada pela paródia das novelas de cavalaria. Fica evidente o quanto o tempo histórico influencia no enredo apresentado pelo narrador. A realidade marginalizada, representada pela mendicância, pela dependência de clérigos corruptos ou fidalgos decaídos, revela costumes, hipocrisia e condutas sociais questionáveis. Uma história do cotidiano do século XVI espanhol àqueles que precisavam adotar diferentes artimanhas para sobreviver.

De modo análogo, João Grilo pertence a uma classe social desfavorecida e, embora não seja informada ao espectador a sua origem, seus atos e sua aparência permitem supor uma natureza humilde e inexata. Diz a Compadecida: “João foi pobre como nós, meu filho. Teve que suportar as maiores dificuldades, numa terra seca e pobre como a nossa. Não o condene, deixe João ir para o purgatório” (SUASSUNA, 2008, p. 134).

Além disso, a vida errante, cheia de desconfianças e trapaças é parte da natureza do personagem, evidenciando a herança que toma do romance picaresco espanhol. Aparentemente destituído de sua família, João Grilo parece seguir os conselhos de Lázaro de Tormes: “Devo abrir bem os olhos e ficar esperto, pois sou sozinho e tenho que aprender a cuidar de mim” (ANÔNIMO, 2012, p. 37). Constitui-se, assim, como um sujeito velhaco, articulador, vingativo, realista, trapaceiro, chantagista, irônico, sutil, conhecedor da geografia local e corajoso. Tanto que é capaz de persuadir sem inibições figuras políticas, como o Major Antônio Moraes, e figuras místicas, como o Manuel e a Compadecida. Alguns desses aspectos podem ser notados na cena em que, diante do pedido da Compadecida a Manuel, o personagem comenta:

Para o purgatório? Não, não faça isso assim não. (chamando a Compadecida à parte)
 Não repare eu dizer isso, mas é que o diabo é muito negociante e com esse povo a gente pede mais, para impressionar. A senhora pede o céu, porque aí o acordo fica mais fácil a respeito do purgatório. (SUASSUNA, 2008, p. 134)

A condição servil também é outro elemento residual entre os personagens e está ligada intimamente à habilidade de empreender ardis astuciosos na luta pela sobrevivência, “passando de amo a amo o pícaro vai-se movendo, mudando de ambiente, variando a experiência e vendo a sociedade no conjunto, o que permite uma sondagem dos grupos sociais e seus costumes” (CANDIDO, 1970 p. 70). Receita replicada pelo personagem João Grilo que

nos é apresentado de chofre, inserido em suas trapaças para se dar bem, para ajudar seu amigo Chicó ou para se vingar de rancores acumulados pela sua condição de empregado.

Diferente da relação estabelecida pela picaresca, que fala em “amos”, João Grilo já revela ser submetido às figuras dos patrões. Afirma que o padeiro é seu patrão e nos informa já na apresentação da obra o rancor que tem em função dos maus-tratos que recebeu, principalmente quando esteve doente. A princípio, não temos subsídios para relacionar as transições pelas quais João Grilo tenha passado desde a sua infância, no entanto fica subentendido, na fala da Compadecida, que João Grilo teve uma infância pobre, o que nos sinaliza uma relação com esse período da vida de Lázaro de Tormes.

O discurso de João Grilo ainda nos revela um fator argumentativo comum aos pícaros espanhóis, que justifica, de certa maneira, o comportamento astuto de seus atos: a fome. Lázaro de Tormes chega a relatar que, enquanto convivia com os “ensinamentos” de seu primeiro amo, o cego, se não fosse por intermédio de sua esperteza e boas manhas, teria, muitas vezes, morrido de fome. Passa, então, com os amos seguintes, a roubar e a mendigar pão para aliviar o diabo da fome imposta. Irado pela lembrança de quando estava enfermo, João Grilo também expõe a conduta não menos avarenta e miserável de seus patrões que alimentam o cachorro “com carne passada na manteiga”, mas o deixam passar fome.

Nesse ponto, os protagonistas parecem proporcionar uma perspectiva comum de análise social pela narrativa do marginalizado, semelhante à compreensão proposta por Matos (1982), que vê a marginalidade como uma manifestação prática das classes populares frente à identificação quanto à carência econômica, às formas de vida e habitação, à etnia, etc., motivando e justificando a tendência para a união e a organização internas entre eles. A necessidade parece ser a mestra dos pícaros e neopícaros:

Sendo a necessidade tão boa mestra e vendo-me eu sempre com tanta, pensava noite e dia numa maneira de sustentar meu viver. E acredito que, para encontrar estes amargos remédios, a fome me iluminava, pois dizem que o engenho com ela se aviva, ao contrário do que ocorre quando há fartura. Era decerto o que acontecia comigo (ANÔNIMO, 2012, p. 83).

Embora a obra de Suassuna tenha nos mostrado que João Grilo tinha apenas um patrão, o padeiro, fica também evidente sua constante disposição para realização de outros serviços em troca de dinheiro. Isso lhe permite transitar perfeitamente entre as camadas sociais, conhecê-las e criar alianças favoráveis, por meio de sua inteligência, astúcia e

artimanha. Essa reciclável capacidade de migrar e adaptar entre diferentes níveis sociais caracteriza o poder de articulação da linguagem desenvolvido pelos pícaros e pelos neopícaros.

Isso faz de João Grilo um ser de fronteira, um ser que, conforme Matos (1982, p. 54), habita os lugares de passagem, não sendo um trabalhador comportado nem um criminoso comum, não é honesto, mas também não é ladrão, é “malandro”. Depende de sua permanente mobilidade para escapar, mesmo que de modo passageiro, às pressões do sistema. Foi assim com o pícaro espanhol, que parodiava a nobreza, o cavaleiro e o fidalgo na figura do seu amo escudeiro. Do mesmo modo, foi com o malandro carioca do início do século XX que representava a voz coletiva das classes populares no Brasil.

Esse marginal, como ser de passagem, representa uma *residualidade* cultural concretizada pelo gênero da picaresca, adotado historicamente para dar voz a grupos subjugados. João Grilo utiliza a mentira, articulando as histórias a seu favor. Mantém com o personagem Chicó uma relação de amizade e também de subserviência, tanto que o defende, escuta suas histórias fantásticas e confia nele como parceiro nas trapaças. Conforme mencionado, João Grilo sabe reconhecer os valores e as corrupções de grupos sociais distintos. Isso se evidencia no episódio do benzimento do cachorro da mulher do padeiro, ocasião em que João mente para o Padre e para o Sacristão, afirmando ser o cachorro de um Major, o Major Antônio Moraes.

JOÃO GRILO: É, Chicó, o padre tem razão. Quem vai ficar engraçado é ele e uma coisa é benzer o motor do Major Antônio Moraes e outra é benzer o cachorro do Major Antônio Moraes.

PADRE: E o dono do cachorro de quem vocês estão falando é Antônio Moraes?

JOÃO GRILO: É. Eu não queria vir, com medo de que o senhor se zangasse, mas o Major é rico e poderoso e eu trabalho na mina dele. Com medo de perder meu emprego, fui forçado a obedecer; mas disse a Chicó: o padre vai se zangar.

PADRE: (desfazendo-se em sorrisos) – Zangar nada, João! Quem é um ministro de Deus para ter direito de se zangar? Falei por falar, mas também vocês não tinham dito de quem era o cachorro! (SUASSUNA, 2008, p. 22)

João Grilo é um recurso fundamental para que o autor descortine as mazelas sociais de modo contextualizado, como o caso da influência do coronelismo ou da corrupção dentro da ordem religiosa, causada pelo afastamento dos verdadeiros ensinamentos da fé.

O *Auto da Compadecida* é anunciado pela fala do Palhaço, que informa, desde o princípio, que o objetivo da obra é o julgamento de alguns canalhas, entre os quais um

sacristão, um padre e um bispo, para a aplicação da moralidade. Os julgados citados nos permitem inferir uma relação com os “amos” de Lázaro de Tormes, que também são objetos de crítica, afinal, Lázaro também revela a hipocrisia instalada no comportamento de alguns clérigos, frades e outros “canalhas” que ganham a vida em trapanças ou que se valem das aparências para atuar em sociedade.

O palhaço do *Auto da Compadecida* oferece, junto a João Grilo, uma interpretação temática comum ao contexto do pícaro Lázaro de Tormes.

PALHAÇO – Ao escrever esta peça, onde combate o mundanismo, praga de sua igreja, o autor quis ser representado por um palhaço, para indicar que sabe, mais do que ninguém, que sua alma é um velho catre, cheio de insensatez e de solércia. Ele não tinha o direito de tocar nesse tema, mas ousou fazê-lo, baseado no espírito popular de sua gente, porque acredita que esse povo sofre e tem o direito a certas intimidades (SUASSUNA, 2008, p. 16).

Ao anunciar que não tinha o direito de tocar nesse tema, mas, mesmo assim, ousou fazê-lo, baseado no espírito popular de sua gente, observamos a presença da atitude malandra que brota da necessidade imposta pelo tecido social. A crença de que o “povo sofre” demonstra o conhecimento da realidade e o “direito a certas intimidades” revela a perspectiva pelo olhar do marginalizado. Ambos aguçam do discurso do subalterno.

Por meio de um discurso coloquial, João articula toda a trama e provoca a reflexão que culmina na denúncia dos comportamentos. Está sempre em cena, provocando e resolvendo conflitos, razão que o aproxima da figura do anti-herói clássico: não é bom nem mal, é complexo. Sua fala e seu figurino são alegorizados, seu discurso é irônico e carnavalizado e sua conduta está firmemente enraizada no ambiente popular nordestino: “JOÃO GRILO: - Você pensa que eu tenho medo? Só assim é que posso me divertir. Sou louco por uma embrulhada” (SUASSUNA, 2008, p. 27).

Ressonâncias ou reminiscências da picaresca espanhola são talhadas na obra de Suassuna, revelando uma *residualidade*, a modo de uma memória que insiste em sobreviver em momentos e contextos de miséria e abusos sociais. Essas relações nos permitem interpretar João Grilo como uma evolução do pícaro. Um ser que Matos (1992, p. 31) afirma ser capaz de criar um território protegido das pressões externas, excluindo de si os fatores que representam a opressão e o desprazer. O que parece predominar nas características de João Grilo é o dinamismo próprio dos malandros da história popular, logo, “algo mais vasto e intemporal, próprio da comicidade popularesca” (CANDIDO, 1970, p. 72).

Desse modo, no texto de Ariano Suassuna, o seu “pícaro-regionalizado”, o malandro João Grilo, adota um princípio de moral que, em conformidade com (CANDIDO, 1970, p. 86), é:

uma espécie de balanceio entre o bem e o mal, compensados a cada instante um pelo outro sem jamais aparecerem em estado de inteireza. Decorre a ideia de simetria ou equivalência, que, numa sociedade meio caótica, restabelece incessantemente a posição por assim dizer normal de cada personagem. Os extremos se anulam e a moral dos fatos é tão equilibrada quanto as relações dos homens. [...] O remorso não existe, pois a avaliação das ações é feita segundo a sua eficácia. [...] criando uma espécie de terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime (CANDIDO, 1970, p. 86).

Um modelo desse princípio pode ser observado na cena da absolvição dos personagens mortos, inclusive de João Grilo, que é recompensado no final da narrativa, fato que também pode ser esclarecido por Antônio Candido (1970) ao afirmar que,

No Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas da sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência. (CANDIDO, 1970, p. 87-88)

Essa postura ilustra, em partes, a elaboração do tipo do malandro na figura de João Grilo, construído a partir de um sopro originalmente folclórico e baseado em estruturas de cunho arquetípico. A essa origem, também pode ser acrescentado o esclarecimento de Lígia Vassalo (1993, p. 138):

A maioria dos temas de Ariano Suassuna pertence à tradição popular advinda dos folhetos e dos folguedos nordestinos. Nela identificam-se vários deles, como o valentão covarde, a morte fingida, o enterro e o testamento do cachorro, o animal que defeca ouro, as trocas. Também personagens como João Grilo e Cancão. Verificamos que são universais e ligam a sociedade sertaneja ao mundo europeu e até mesmo árabe, através da bacia do Mediterrâneo. Por isso tem razão Ariano Suassuna quando declara: “Quem diz brasileiro e nordestino, diz ibérico, mouro, negro, vermelho, judeu e mais uma porção de coisas que seria longo enumerar” (VASSALO, 1993, p. 145)

“De fato, um elemento importante da picaresca é essa espécie de aprendizagem que amadurece e faz o protagonista recapitular a vida à luz de uma filosofia desencantada” (CANDIDO, 1970, p. 69). O que Candido (1970) chamou de “filosofia desencantada” entendemos como a conscientização da subalternidade adquirida pelos personagens enquanto

submetidas a contextos de injustiça social. Lázaro nos evidencia isso pelo seu discurso: o desejo de ter sossego e assentar-se na vida. Os trabalhos e as fadigas vivenciados com os seus amos foram substituídos pelo que Lázaro tanto buscava, um ofício real e uma vida de homem de bem. A partir desse ponto, Lázaro aprende que a prosperidade está ligada à inserção social. Quanto a João Grilo, sua esperteza conquista a misericórdia da Compadecida, que lhe autoriza a regressar para reorganizar sua vida. Mas, João Grilo tem consciência de que não conseguirá o sossego e a inserção social:

JOÃO GRILO: Quer dizer que posso voltar?

MANUEL: Pode, João, vá com Deus!

JOÃO GRILO: Com Deus e com Nossa Senhora, que foi quem me valeu. (ajoelhando-se diante de Nossa Senhora e beijando-lhe a mão) Até à vista, grande advogada. Não me deixe de mão não, estou decidido a tomar jeito, mas a senhora sabe que a carne é fraca.

A COMPADECIDA: Até à vista, João. (SUASSUNA, 2008, p. 138)

João Grilo parece ser agraciado no final da peça em função de sua humildade e autenticidade. A estrutura narrativa permanece em aberto, pois ele continua no “costume da desgraça” e nada garante que suas ações malandras não serão mais utilizadas como resposta à injustiça social. Lázaro também parece ter compreendido as engrenagens do sistema social, necessárias para sua manutenção como um “homem de bem”. Entende que a permanência no degrau social conquistado exige ainda traços de sua “escola” picaresca, como a necessidade de agir de forma cínica e irônica e avesso a algumas realidades.

Esse cinismo da picaresca, que revela as nuances das corrupções humanas, é retomado por João Grilo ao compreender as possíveis motivações que levaram a Compadecida a interceder por ele:

JOÃO GRILO: É, mas faltou quem me convencesse. Se fosse a outro santo, ainda ia ver se dava um jeito, mas você achou de prometer logo a Nossa Senhora! Quem sabe se eu não escapei por causa disso? O dinheiro fica como se fossem os honorários da advogada. Nunca pensei que essa também aceitasse pagamento! (SUASSUNA, 2008, p. 148)

Outro traço fundamental do pícaro, encontrado nas entrelinhas e que falta explicitar ao personagem é o choque áspero com a realidade, que leva à mentira, à dissimulação, ao roubo, à delinquência e constitui a maior desculpa das picardias. De acordo com Antônio Candido, “na sua origem o pícaro é ingênuo; a brutalidade da vida é que aos poucos o vai tornando

esperto e sem escrúpulos, quase como defesa” (CANDIDO, 1970, p. 69). No entanto, congregamos a ideia de que a propensão à picardia em João Grilo consiste num exibicionismo de sua inteligência. Parece demonstrar que, desse modo, vinga a sua pobreza, ao defraudar os poderosos, utilizando-se apenas da sua astúcia. Em João Grilo, a malandragem é apresentada como uma qualidade essencial, não somente como um atributo adquirido pelas forças das circunstâncias. A mudança no destino de João Grilo com um desenlace positivo é a primeira sinalização da construção do tipo do malandro, que sempre obtém êxito no final.

Pode-se dizer que a obra de Suassuna possibilita uma associação íntima entre a representação dos costumes da sociedade retratada na narrativa e a ativação de um comportamento malandro do personagem, manifestados, sobretudo, por meio dos seus atos e peripécias, que, por sua vez, baseiam-se na “intuição da dinâmica social do Brasil” (CANDIDO, 1970, p. 73). Esse contexto de miséria não permite um herói idealizado, mas proporciona a recuperação de uma voz cínica que denuncia as injustiças sociais.

João Grilo é o retrato do malandro brasileiro oriundo de uma herança cultural alimentada por traços da picardia ibérica. Por esse viés, o lastro histórico, evidenciado pelo processo de colonização brasileira, permitiu a migração dos costumes ibéricos que, moldados às atividades econômicas e às relações sociais estabelecidas ao longo desses séculos, recria personagens que reverberam comportamentos semelhantes. A obra de Ariano Suassuna é um exemplo da associação íntima entre a representação dos costumes da sociedade nordestina, que, devido ao arcaísmo histórico da região, guardou técnicas e temas europeus introduzidos pela colonização da época dos descobrimentos.

Esperto por necessidade e sábio por natureza, João Grilo representa o estereótipo do homem comum, sem educação formal, sem fronteiras, que transita pelos diferentes níveis sociais de seu contexto. Tal como Matos (1982, p. 68), que define o malandro como um personagem periférico por excelência e que faz parte de uma saga coletiva, carregando e expressando em si a marginalização de todo um grupo, enxergamos em João Grilo a expressão coletiva da desarmonia existente no conjunto do sistema social.

Na obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, a literatura culta se aproveita desse anti-herói da cultura popular nordestina, reverberado de modo lírico pelos trovadores e repentistas, para concretizar o ideário do povo sofrido e esquecido do Nordeste, povo que retira da própria sobrevivência os requisitos para superar tanto os problemas naturais como os de hipocrisia, como as falsidades religiosas, políticas e trabalhistas. Desequilíbrios instaurados na categoria universal, pois parecem estar presentes tanto nas adversidades

relatadas por Lázaro de Tormes, na Espanha do século XVI, quanto no Brasil de João Grilo, no século XX.

O malandro, assim como o pícaro, permite a aproximação à realidade e ao cotidiano das pessoas por intermédio do registro literário:

MANUEL: E por quem eles iriam gritar?

JOÃO GRILO: Por alguém que está mais perto de nós, por gente que é gente mesmo!

MANUEL: E eu não sou gente, João? Sou homem, judeu, nascido em Belém, criado em Nazaré, fui ajudante de carpinteiro...Tudo isso vale alguma coisa.

JOÃO GRILO: O senhor quer saber de uma coisa? Eu vou lhe ser franco: o senhor é gente, mas não é muito, não! É gente e ao mesmo tempo é Deus, é uma misturada muito grande. Meu negócio é com outro. (SUASSUNA, 2008, p. 120)

João Grilo é o eco do anti-herói picaresco ibérico lapidado à realidade brasileira e constitui um estágio da construção da malandragem na literatura brasileira, expressando a “gente como a gente”, tal como o homem moderno foi representado na figura do anti-herói picaresco do século XVI e do XVII.

A análise da obra teatral de Ariano Suassuna oferece uma fértil pesquisa sobre as nossas origens culturais. Oportuniza uma visão pretérita que possibilita o estreitamento entre o regional e o universal. As peças de Suassuna, baseadas na produção nordestina como um todo, mantêm em seus temas e aspectos formais as reminiscências europeias da época anterior aos descobrimentos marítimos. Essas reminiscências, convém reiterar, foram introduzidas no Brasil oralmente, com os primeiros colonizadores, e mantidas, em especial, no Nordeste devido aos arcaísmos da região.

João Grilo é um poço de vestígios do herói picaresco clássico impregnado pela construção arquetípica do malandro nacional, genuinamente brasileiro. Sua alegoria reserva uma tradição histórica, social e cultural que rememora e permite o estudo das origens brasileiras, auxiliando na busca da identidade nacional.

A picaresca é um gênero que sobrevive e se renova por conta da desigualdade social, atuando como uma denúncia e, ao mesmo tempo, um registro histórico do momento. Nesse sentido, reconhecer a herança desse gênero na cultura brasileira permite identificar não só paralelos entre diferentes culturas e momentos históricos, como também interpretar a retomada do gênero como historicamente adotado para dar voz a grupos subjugados.

O retrato histórico expresso nessas obras é uma lembrança incômoda das injustiças humanas. Lázaro e João Grilo são representantes de suas épocas e culturas, mas dialogam ao

demonstrar a indignação frente às disparidades sociais que existem em suas realidades. Assim, as respectivas obras literárias resguardam, por meio de seus protagonistas, comportamentos que germinam frente a uma realidade histórica. Ação que corrobora para ampliar a análise dos costumes e colabora com o registro histórico. Pelo processo de convivência das civilizações, os comportamentos e as mentalidades são hibridados e cristalizados nos distintos contextos. Assim, as reminiscências na obra de Suassuna representam, além da atualidade da picaresca, um passado que insiste em persistir.

Desse modo, Ariano Suassuna permite a atualização da cultura literária de perspectiva popular, contribuindo, de maneira histórica e literária, para a investigação e a compreensão das *residualidades* ibéricas impregnadas na vida brasileira. Sua obra expressa, por meio do riso e da crítica humanista, a miséria humana gerada pelas contradições sociais desveladas pela astúcia de um marginalizado, um anti-herói, um neopícaro, um João Grilo.

PARTE II

5 O PROCESSO DE ENSINO E OS OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Nesta segunda parte do trabalho, conforme orientamos na Introdução, dedicamo-nos à construção de um objeto de aprendizagem (O.A.), utilizando as TICs. Trata-se de um requisito do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, da Universidade Federal de Alfenas. Esse recurso pedagógico permite a criação de um arranjo curricular interdisciplinar que, focado no tema desta dissertação, mobilize competências e habilidades das áreas de Linguagens e suas tecnologias e de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, promovendo para os professores e os alunos do Ensino Médio o aprofundamento de conhecimentos necessários aos estudos da história, das artes, das linguagens digitais, das produções literárias, das relações sociais e da pluralidade cultural, considerando o contexto local e a possibilidade de oferta pelo sistema de ensino.

Para a criação deste O. A. julgamos necessária uma revisão teórica dos processos de ensino, relevando suas perspectivas didáticas, psicológicas e sociais. Buscamos também integrar essa proposta de O.A. à dos itinerários formativos recomendados pela BNCC (2018), documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais da Educação Básica, assegurando os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014.

Por esse viés, começamos enfatizando que o processo do ensino está entranhado com as habilidades, os hábitos e as competências do professor e carregam, portanto, concepções de valores. Não há magia, o conhecimento só encontra razões quando compartilhado. A condução dessa via de ensino requer uma compreensão metodológica segura dos passos da aprendizagem.

O modo como as pessoas aprendem ultrapassa o aspecto qualitativo e classificatório, fatores externos e condições internas, influenciando a assimilação ativa de conhecimentos e de habilidades. A proposta metodológica, o plano de aula, o desenvolvimento e a utilização de novas formas de organizar a informação constituem o processo, a ciência e a relação humana que proporcionam o alcance dos domínios de conhecimento e de desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras, de equilíbrio e de autonomia pessoal, de relação interpessoal e de inserção e atuação social.

A educação consiste em toda forma de influências e de inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter. Dessa forma, constrói uma

concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, convertidos em ideologias morais, políticas, princípios de ação frente aos desafios da vida prática.

Trata-se de uma prática e, desse modo, pode ser entendida como um fenômeno social e universal, sendo uma ação humana imprescindível à existência e ao funcionamento de todas as sociedades. É uma simbiose existencial na qual podemos afirmar que não existe sociedade sem a ação educativa, do mesmo modo que não existe a ação educativa sem a sociedade. É a prática educativa que estrutura e legitima as qualidades humanas, provendo os indivíduos dos conhecimentos e das experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-lo em função de necessidades políticas, sociais, econômicas e coletivas (LIBÂNEO, 1994, p. 17).

Em sentido amplo, compreende-se como educação os processos formativos que ocorrem no meio social, onde os indivíduos estão interligados de modo necessário e inevitável pelo fato de existirem socialmente e, nesse sentido, a prática educativa ocorre numa variedade de instituições e de atividades sociais oriundas da organização econômica, política, religiosa e legal das formas de convivência humana. Por outro lado, num sentido restrito, a prática educativa acontece em instituições específicas, sejam elas escolares ou não, com objetivos específicos de instrução e de ensino por meio de uma ação consciente, deliberada e planejada, não obstante sem desagregar-se daqueles processos formativos gerais (LIBÂNEO, 1994, p. 17).

Neste trabalho, partimos da ideia de educação no seu sentido restrito, pois, sendo uma ação deliberada e planejada, torna-se um processo complexo, para o qual se faz necessário o estudo, a investigação, o experimento e o desenvolvimento de técnicas para dinamizá-lo. Visando a esse propósito e para a estruturação, começamos pela filiação a uma proposição de Zabala (1998, p. 27) que sugere uma maneira de desenvolver as técnicas educacionais a partir da determinação de objetivos ou de finalidades da educação em relação às capacidades que se pretende desenvolver nos educandos.

Assim, a primeira ação, neste complexo trabalho, é a determinação do que se pretende com a educação proposta. A esse labor, aditamos o fato de que a atuação educacional sempre será o resultado de uma maneira determinada de entender a sociedade e o papel que as pessoas têm nela, pois educar refere-se ainda a formar cidadãos e cidadãs, que não mantêm capacidades isoladas, mas simultâneas e conjuntas.

Libâneo (1994, p. 18) corrobora com esse caráter múltiplo ao afirmar que as formas as quais assume a prática educativa, sejam elas formais ou não formais, escolares ou extraescolares, interpenetram-se, autenticando a necessidade de uma formação integral do

indivíduo. De modo análogo, Coll (1986 *apud* Zabala 1998, p. 28), ao estabelecer uma diversidade de capacidades humanas, dispostas em cognitivas, motoras, equilíbrio, autonomia pessoal (afetiva), relação interpessoal e inserção social, também orienta nossos olhares para a complexidade da atuação educacional, que trafega por aspectos inter-relacionados e indissociáveis.

Essa reflexão é também objeto da análise de Perrenoud (2001, p. 29) que, de modo semelhante, elucida a complexidade da educação. Segundo esse autor, “a melhor forma de enfrentar a complexidade do ambiente educacional é o reconhecimento de que ela faz parte do mundo e também da nossa relação com o mundo”. Falar de complexidade significa falar de si mesmo e dos outros frente à realidade, é questionar nossa representação e nosso controle do mundo, particularmente do social, verificando ainda quais são as nossas ferramentas de compreensão, de antecipação e de ação. Perrenoud (2001) acrescenta que o núcleo principal da complexidade está na associação do que é considerado antagônico:

No âmbito da educação, quais são as contradições? Eis algumas delas: entre a pessoa e a sociedade, a unidade e a diversidade, a dependência e a autonomia, a invariância e a mudança, a abertura e o fechamento, a harmonia e o conflito, a igualdade e a diferença. Cada uma delas opera diversos níveis da organização escolar, o da sala de aula, onde se desenrola a relação pedagógica essencial, o de estabelecimento de ensino, o do sistema educativo em seu conjunto (PERRENOUD, 2001, p. 31).

Esses antagonismos são representados e fortalecidos quando Libâneo (1994, p. 18) afirma que a educação é um fenômeno social e isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade. Assim, levando em consideração a sociedade brasileira e o modo social que ela se apresenta dividida, classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos, as finalidades e os meios da educação estarão subordinados à estrutura e à dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados.

De modo semelhante, Castanho (2006) afirma que a educação só pode ser entendida no contexto das relações sociais de que nasce:

A transmissão da cultura, mesmo em organizações sociais primitivas, é feita por meio de práticas formalizadas (geralmente ligadas a formas rituais), envolvendo agentes dotados de um mínimo de especialização. O avanço das sociedades em termos de organização e o crescimento da divisão do trabalho levam essa

especialização a se aprofundar, dando origem a um peculiar corpo de conhecimentos e de agentes encarregados da tarefa educativa, cristalizando-se em instituições sociais específicas (CASTANHO, 2006, p. 37).

Castanho (2006, p. 38) reflete que a educação, no seio de sociedades mais complexas, como, por exemplo, as capitalistas industriais, trata-se de uma atividade planejada, pressupondo a projeção de objetivos e a indicação de meios para alcançá-los. No entanto, trata-se ainda de uma questão mais complicada porque a educação não é um fenômeno natural, pois, do contrário, seus propósitos seriam uniformes, coerentes, ajustados e seu planejamento exigiria apenas o conhecimento de certas constantes na sua natureza. Por ser a educação uma das mais importantes mediações sociais conflitivas, eleva-se a dificuldade da questão. Desse modo, traçar suas finalidades consiste em uma atividade turbulenta que constitui o *locus* da luta social e tudo quanto lhe diz respeito deve ser elucidado à categoria básica da contradição.

A escola tem por principal tarefa social a democratização dos conhecimentos para garantir uma base cultural para todas as crianças e os jovens. Assim, essa tarefa é realizada no processo de ensino pelo professor e na ação de aprendizagem e de estudo pelos alunos. Temos, desse modo, a compreensão do ensino como uma atividade peculiar da escola, do processo didático como mediação de objetivos e de conteúdos que visam à aprendizagem dos alunos.

Em função da complexidade das questões educacionais, Morin (2011, p. 36) defende que o conhecimento enfrente a complexidade. Isso leva a educação a desenvolver a “inteligência integral” apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global.

Percebemos, assim, que o conhecimento do mundo como mundo é necessidade, ao mesmo tempo, intelectual e vital. O problema universal de todo o cidadão do corrente milênio é como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de organizá-las e ainda como perceber e conceber o contexto, o todo, o multidimensional, o complexo. Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, Morin (2011, p. 43) sugere a reforma do pensamento, a qual ousamos, em uma escala menor e não menos importante, acrescentar a organização do processo didático relatado por Veiga (2006, p. 13):

O processo didático tem por objetivo dar resposta a uma necessidade: ensinar. O resultado do ensinar é dar respostas a uma outra necessidade: a do aluno que procura aprender. Ensinar e aprender envolvem pesquisar. E essas três dimensões necessitam do avaliar. Esse processo não se faz de forma isolada. Implica interação entre sujeitos ou entre sujeitos e objetos (VEIGA, 2006, p. 13).

Tanto o acesso quanto a organização das informações exigem que o sistema educacional, os órgãos de ensino e os professores, conforme Perrenoud (2001, p.32) encontrem um caminho intermediário entre a unidade e a diversidade, tanto no que se refere aos percursos e à formação dos alunos quanto ao que se relaciona às práticas pedagógicas, aos valores e às representações dos profissionais. A “educação do futuro”, proposta por Morin (2011), confronta-se com o problema da organização dos conhecimentos, pois existe uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, compartimentados e, de outro lado, as realidades ou as questões sempre mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetárias.

A organização dos conhecimentos, visando à complexidade do mundo e as suas afluentes relações, requer ações, práticas e propostas que possam responder sobre a necessidade de ensinar e de educar. Assim, quando refletimos sobre a função social do ensino, deparamos com essa complexidade escolar que nos leva a questionar sobre qual deve ser o papel da escola e qual função cumpre o ensino.

Nesse sentido, lembramos e enfatizamos que qualquer proposta de ensino carrega uma concepção de valor, assim como certas ideias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e de aprender. Os valores que têm justificado a maioria dos esforços educacionais e a valorização de determinadas aprendizagens acima de outras estão atribuídos ao alcance de certos objetivos propedêuticos. Esses objetivos, por vezes, subvalorizam o valor formativo dos processos que os alunos percorrem ao longo da escola.

Zabala (1998, p. 30) questiona se o papel da escola deve ser exclusivamente seletivo e propedêutico ou se deve cumprir outras funções. A essa indagação, acrescentamos os questionamentos que toda atividade metodológica deve propor: quais são as intenções educacionais da atividade proposta? O que se pretende que os alunos consigam com ela? A determinação, tanto do papel da escola quanto da concepção de valores, constitui fonte de orientação para impulsionar o processo de aprendizagem.

Outro termo relevante enfatizado por Zabala (1998, p. 32) é o conceito de currículo oculto, que consiste naquelas aprendizagens que se realizam na escola, mas que nunca aparecem de forma explícita nos planos de ensino. Esse fato amplia a possível resposta à

pergunta “O que se deve ensinar?” ou ainda aos questionamentos propostos por Libâneo (1994, p. 130): “Que elementos da herança cultural e da prática social presente devem formar os conteúdos de ensino?” e “Que produtos da atividade humana construídos no processo do trabalho devem ser assimilados pelas novas gerações como base para o desenvolvimento das capacidades especificamente humanas?”.

Essas questões propostas por Zabala (1998) acabam também por nos orientar para a reflexão e a necessidade de determinação dos propósitos ou das finalidades da educação. Se considerarmos, por exemplo, que, na atualidade, a escola também deve promover uma “formação integral” dos alunos, faz-se necessária a definição de um princípio geral que responda sobre o que entendemos ser uma formação integral do ser.

Em colaboração para determinar os objetivos ou as finalidades da educação, Coll (1986 *apud* ZABALA, 1998, p. 28) estabelece um agrupamento em capacidades cognitivas ou intelectuais, capacidades motoras, capacidades de equilíbrio e de autonomia pessoal, capacidades de relação interpessoal e capacidades de inserção e de atuação social, que iluminam o aspecto inter-relacionado e indissociável das relações que o ser estabelece com os outros e com a realidade social. Essa diversidade de capacidades permite ao sistema educativo ou ao professor que determina uma atividade refletir sobre qual tipo de capacidade se quer valorizar.

Além da capacidade cognitiva, que tem sido priorizada até hoje pelo ensino, se estivermos embarcados no destino da promoção integral do aluno, precisamos, portanto, de respostas que orientem para o que seja autonomia e equilíbrio pessoal, a que tipo de relações interpessoais nos referimos e o que pretendemos quanto à atuação ou à inserção social. A resposta a essas perguntas é a chave para determinar qualquer atuação educacional, já que, evidenciando ou não, sempre será o resultado de uma determinada maneira de compreender a sociedade e o papel que as pessoas adquirem nela. Nesse sentido, educar compreende formação cidadã, que não está parcelada em estanques, em capacidades isoladas (ZABALA, 1998, p. 28).

Como professores, estamos sujeitos a dois caminhos rotineiros: ou podemos desenvolver a atividade profissional sem nos colocar o sentido profundo das experiências que propomos e assim nos deixar levar pela inércia ou, por outro lado, podemos tentar compreender a influência que essas experiências têm e intervir para que sejam o mais benéficas possível para o desenvolvimento e o amadurecimento dos alunos. De um ou outro jeito, prezar por um conhecimento rigoroso de nossa tarefa implica saber identificar os fatores positivos para o desenvolvimento dos alunos. Outro degrau está em reconhecer o papel que

podemos ter nesse amadurecimento dos alunos e se nossa intervenção é coerente com a ideia que temos da função da escola e de nossa função social como educadores (ZABALA, 1998, p. 29).

Para que essa formação aconteça, é imprescindível que a convicção no trabalho pedagógico, o método escolhido, a definição dos objetivos educacionais e das capacidades que desejamos potencializar nos alunos sejam norteados pela disposição e pela crença do trabalho docente:

É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação dos nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação (ZABALA, 1998, p. 29).

Quanto a essas ações didáticas, Onrubia (2009, p. 132), considerando o caráter não-linear nem mecânico dos efeitos do ensino e a experiência profissional de muitos professores, formula algumas características aplicadas ao processo de interação entre professor e aluno em sala de aula. Delas, citamos a inserção máxima da atividade pontual realizada pelo aluno a cada momento no âmbito de marcos ou de objetos mais amplos, nos quais essa atividade possa adquirir significado da maneira mais adequada.

Essa característica prevê a criação de um ambiente amplo, criado por um participante mais competente que define um contexto global em que se inserem e adquirem significado as atuações de um outro participante menos competente. Atuar dessa maneira pressupõe que, quando os alunos são levados a praticar determinada destreza ou habilidade, ela não se separe do seu objetivo e significado maior. Para exemplificar, pensemos nos processos de codificação e de decodificação que intervêm na leitura e na escrita sem separá-los da função comunicativa à qual esses processos devem servir ou ainda que as práticas de rotinas mecânicas de cálculo não se separem dos problemas que essas rotinas podem ajudar a resolver. A realização de qualquer tarefa, de qualquer área, pode ser inserida de maneira eficaz no âmbito de projetos mais amplos (ONRUBIA, 2009, p. 133).

Nessa perspectiva, Libâneo (1994, p. 128) descreve que os conteúdos de ensino constituem os conhecimentos, as habilidades, os hábitos e os modos valorativos de atuação social, organizados de maneira pedagógica e didática, visando à assimilação ativa e aplicabilidade na prática de vida dos alunos. Os conteúdos retratam a experiência social da

humanidade no que se refere a conhecimentos e estratégias de ação, convertendo-se em instrumentos que auxiliam os alunos na compreensão teórica e prática da vida social.

Outra maneira de classificar a diversidade dos conteúdos surge ao procurar respostas para as seguintes questões: “O que se deve ensinar?”; “O que se deve saber?”; “O que se deve saber fazer?” e “Como se deve ser?”. Sobre a diversidade de conteúdos, destacamos a proposta de Coll (1986 *apud* ZABALA 1998, p. 30) que agrupa, com elevada potencialidade explicativa dos fenômenos educativos, os conteúdos segundo sejam conceituais, procedimentais ou atitudinais. Se analisarmos o tradicional papel do ensino e os instrumentos propedêuticos que ele utiliza, chegamos à resposta de que nele é preciso, acima de tudo, “saber”, de que necessitamos um pouco “saber fazer” e que não é muito necessário “ser”, ou seja, muitos conteúdos conceituais, alguns procedimentais e poucos atitudinais.

A discriminação tipológica dos conteúdos e a importância que lhes é atribuída nas diferentes propostas educacionais nos permitem conhecer aquilo que se trabalha ou aquilo que se pretende trabalhar. Se analisarmos uma unidade didática, poderemos conhecer os conteúdos que são trabalhados, pelo que poderemos avaliar se o que se faz está de acordo com o que se pretende nos objetivos; e também poderemos avaliar se os conteúdos que se trabalham são coerentes com nossas intenções educacionais (ZABALA, 1998, p. 33).

Dessa forma, reiteramos que o ensino dos conteúdos deve ser visto como uma ação recíproca entre a matéria, o ensino e o estudo dos alunos. Por meio do ensino, criam-se condições para a assimilação consciente e estruturada de conhecimento, de habilidades e de atitudes. Esse processo permite aos alunos formarem suas capacidades e habilidades intelectuais para se tornarem progressivamente sujeitos da própria aprendizagem ou, como definiu Vigotsky (1979 *apud* ONRUBIA 2009, p. 133), participantes mais competentes.

A sequência das atividades escolares constitui as escolhas orientadas pelo docente que, de forma didática e profissional, organiza e dirige, de forma direta ou indireta, o processo de ensino, tendo em vista a realização do ensino e da aprendizagem. A esse procedimento, Libâneo (1994, p. 178) atribui o termo “aula”. Cada aula é uma situação didática específica na qual os objetivos e os conteúdos se combinam com métodos e formas didáticas, esperando, sobretudo, proporcionar a assimilação ativa de conhecimentos e de habilidades pelos alunos. É na aula que se realiza a unidade entre ensino e estudo, é na aula que se convergem os elementos constitutivos do processo didático.

Não se trata de uma atividade arbitrária e, por isso, Libâneo (1994, p. 179) preconiza algumas exigências para os planos de aulas, de modo a corresponder com as finalidades, os princípios, os elementos constitutivos e os meios da educação escolar. Destacamos, assim, a ampliação do nível cultural e científico dos alunos; a escolha e a organização de atividades que possibilitem aos estudantes o desenvolvimento da independência do pensamento, a criatividade e o gosto pelo estudo; a formação de habilidades e de hábitos, de atitudes e de convicções que permitam a prática dos conhecimentos na solução de problemas do cotidiano e o respeito à diversidade da sala de aula, diferenciando e individualizando o ensino para atingir níveis moderadamente iguais de assimilação da matéria e conduzir o trabalho docente na sala de aula sempre vislumbrando a formação do espírito de coletividade, de solidariedade e de ajuda mútua, sem prejudicar a atenção às particularidades de cada aluno.

Entendemos e adotamos, portanto, a visão de Libâneo (1994) ao denominar que as etapas didáticas são funções do processo de ensino relativamente constantes e comuns a todas as disciplinas, considerando-se que não há entre elas uma sequência necessariamente fixa e que, dentro de uma etapa, realizam-se simultaneamente outras. A aprendizagem é também definida por concepções, e uma que gostaríamos de destacar para a elaboração e reflexão neste trabalho é a construtivista.

5.1 As TICs e o objeto de aprendizagem

As TICs estão relacionadas diretamente ao processo de generalização da comunicação e da informação, episódio subjacente às transformações que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas, como a ascensão do conhecimento como infraestrutura produtiva, o alargamento do estatuto do conhecimento concebido agora como ciência, tecnologia e cultura, a *hibridação cultural*, entre outros. Neste novo contexto, é imperioso compreender os novos sentidos e potências da educação escolar (LIMA JUNIOR, 2007, p. 13).

A pedagogia, do ponto de vista histórico-crítico, visa, em relação à educação escolar, a identificar as formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação; a converter o saber objetivo em saber escolar, de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares e ainda a prover os meios necessários para que os alunos não apenas

assimilem o saber objetivo como resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 1994, p. 20).

Compreender novos meios de comunicação e de informação exige a transformação da prática pedagógica em vigor no sistema formal de ensino. Consideramos a hipótese de Lima Junior (2007, p. 31), a qual prevê que a novidade dessas novas tecnologias para o âmbito educacional reside principalmente no fato do desenvolvimento técnico-científico implicar o rompimento de padrões de organização e de funcionamento da vida social, bem como dos modelos de representação dessa realidade.

Linhares (2007, p. 25) considera fundamental compreender a contribuição das novas tecnologias e linguagens da comunicação para a sociedade contemporânea e, em especial, para a educação. Convivemos num mundo em que os meios de comunicação, utilizando imagens, som e informações, fazem-se presentes de uma maneira considerável. Tudo converge para uma certa mutabilidade e reforça-se a ideia de que vivenciamos um estado permanente de incertezas e principalmente de irrealidade.

O desenvolvimento tecnológico redefiniu, na sociedade, os papéis das TICs, assim, de acordo com Linhares (2007, p. 33), remodelou também as tarefas intelectuais em todos os níveis do sistema educacional. A questão não é criar tecnologias para a educação da recepção crítica ou da incorporação das informações dos meios nas escolas, mas compreendê-los, conforme explica Litwin (1997, p. 131): “trata-se de entender que se criaram novas formas de comunicação, novos estilos de trabalho, novas maneiras de ter acesso e de produzir conhecimento. Compreendê-los em toda a sua dimensão nos permitirá criar boas práticas de ensino para a escola de hoje”.

O exercício de construção-desconstrução é hoje o grande mote para a revisão de paradigmas no surgimento de novas maneiras de ver a realidade e dar sentido à vida. No exemplo da Tecnologia Educacional, ele nos auxilia a entender que espaços a tecnologia e as linguagens de comunicação, inseridas nos contextos históricos e culturais, ocupam na sociedade e na educação contemporâneas e como as diversas concepções de mídias podem contribuir para a compreensão do papel da cultura midiática nos processos de negociação de sentidos (LINHARES, 2007, p. 33).

Nesse sentido, Braga (2014, p. 19) explicita que o uso de recursos tecnológicos na educação, de modo específico, os da Internet, tem provocado grandes mudanças nas maneiras de se pensar o ensino e a aprendizagem. O fato não está em apenas vislumbrar a Internet como uma fonte de recursos e de materiais úteis à educação, mas de ressignificar o processo educacional como um todo, uma vez que a comunicação, a pesquisa e a aprendizagem

assumem dimensões diferenciadas, mediante a rapidez com que muitas informações chegam aos alunos.

As novas tecnologias intelectuais começaram a surgir a partir dos primeiros momentos em que foram criados dispositivos materiais que permitiram conexões artificiais para imitar o processo reticular da inteligência humana. Nos dias que correm, a Internet exemplifica uma tecnologia intelectual, pois interfere na forma humana de pensar, despertando o surgimento de uma nova economia cognitiva e, por outro lado, porque possui uma estrutura que imita o funcionamento cognitivo humano, como uma rede neural e conexiva (LIMA JUNIOR, 2007, p. 34).

Nessa concepção, Lévy (1993, p. 25) desenvolve um paralelo entre a técnica e o pensamento humano (a cognição) e propõe um conceito-chave para a elucidação da natureza das novas tecnologias que é tomado por Lima Júnior (2007, p. 34) como uma metáfora do hipertexto. Nesse contexto, a tecnologia intelectual é um hipertexto por corresponder a uma nova forma de organização artificial da informação que imita a mente humana. Uma tecnologia intelectual tem, portanto, uma estrutura hipertextual, uma forma de rede. O hipertexto, como metáfora, simula tanto a mente humana quanto o atual gerenciamento técnico, servindo, ao mesmo tempo, de elo entre o humano e o técnico.

Sobre o número de materiais educacionais disponibilizados na Internet, dispostos no formato de *softwares*, de jogos, de simulações, de imagens, de vídeos, dentre outros, Braga (2014, p. 19) reitera que há, de um lado, profissionais da Ciência da Computação e outras áreas ligadas à informática e à educação tecnológica envolvidos com a produção e a disponibilização desses materiais e, por outro, há professores, pesquisadores e alunos que os buscam e os utilizam para o ensino e a aprendizagem. Nessa busca, Miranda (2004 *apud* BRAGA 2014, p. 19-20) aponta para uma questão: ao mesmo tempo em que essa grande disponibilização pode ser vista como uma vantagem, pode também constituir-se como uma barreira, pois, no contexto educacional, embora existam muitos materiais sendo criados e disponibilizados, o acesso a eles pode tornar-se um processo cansativo e, em muitos casos, fracassado.

A dificuldade apontada pela autora corresponde ao fato de que, ao buscar os materiais, é apresentada ao pesquisador uma enorme quantidade de informações que podem levar à confusão no momento de selecionar as que realmente interessam. Pensando na necessidade do professor em aproveitar pequenos blocos de um conteúdo digital para utilizá-lo em diferentes situações, surgiu uma nova maneira de pensar o desenvolvimento, de organizar a descrição e de buscar a reutilização desses materiais educacionais, valorizando a interação entre o

enfoque dado pela Ciência da Computação e as necessidades da Educação, gerando o conceito de O. A. (BRAGA, 2014, p. 20).

Baseado no conceito de “programação orientada a objetos”, conceito da Computação, em que pequenos componentes são criados e podem ser reutilizados de forma independente, em diferentes contextos, os objetos de aprendizagem podem ser vistos como componentes ou unidades, classificados e disponibilizados em repositórios na Internet. Desse modo, podem ser utilizados em diversos contextos de aprendizagem, conforme o projeto instrucional (BRAGA, 2014, p. 20).

Esses O. A. podem ser amplos aliados do processo educativo por refletirem o que Lima Júnior (2007, p. 34) chama de “dinâmica contemporânea” e por servirem também como ponto de partida para repensar a prática pedagógica, constituindo-se, na lógica do hipertexto, no sentido de um princípio hipertextual de funcionamento, uma dinâmica hipertextual. As características do hipertexto são, segundo Levy (1993, p. 25-26):

As características do hipertexto são: princípio de metamorfose, ou seja, constante construção e renegociação; princípio de heterogeneidade, isto é, os nós e conexões de uma rede hipertextual são heterogêneos, tanto na comunicação quanto nos processos sociotécnicos; princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas: o hipertexto tem uma organização fractal, qualquer nó ou conexão pode se revelar como compostos por toda uma rede; princípio de exterioridade, isto é, a rede não possui unidade orgânica, sua composição e recomposição permanentes dependem de um exterior indeterminado; princípio de topologia, ou seja, tudo funciona por proximidade e por vizinhança, tudo é uma questão de caminhos no curso dos acontecimentos, portanto não havendo um espaço universal homogêneo; princípio de mobilidade dos centros: não há centro, mas diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis (LEVY, 1993, p. 25-26).

Para o bom uso dos O.A., é necessário que o professor tenha clareza dos objetivos que deseja alcançar para, em seguida, pesquisar, selecionar e definir boas estratégias de utilização deles em suas aulas, de forma a atender aos seus objetivos. Os O.A. podem ainda ser considerados uma tecnologia recente, o que faz divergir muito um consenso universalmente aceito sobre sua definição. Mesmo assim, há certa concordância na literatura sobre a ideia de que a reutilização seja considerada fundamental para compreender o significado de um O.A.. Este seria, de acordo com essa visão, uma “fração” reutilizável de conteúdos educacionais (GALAFASSI *et al.* 2014 *apud* BRAGA 2014, p. 21).

De modo geral, existem algumas definições, mas, para a construção do nosso OA, adotaremos o conceito proposto por Wiley (2000 *apud* BRAGA 2014, p. 21) que considera um OA qualquer tipo de recurso digital que possa ser reutilizado para apoiar a aprendizagem.

Apesar de muito ampla, consideraremos ainda que o OA aqui proposto possa interferir diretamente na aprendizagem e que tenha a capacidade de abranger alguns dos recursos digitais mais diversificados, como imagens, vídeos, textos, animações, jogos, etc., organizados sob a forma de hipertexto.

O ponto forte de um OA está na interação que pode promover. Assim, Braga (2014, p. 29) reitera que ele é tanto mais interativo quanto maior for a capacidade de intervenção do aluno no conteúdo ensinado. Afirmamos também incluir a intervenção do professor. Uma alta interatividade presente no OA pode despertar no estudante o estabelecimento de uma relação de reciprocidade, pois, quanto mais o OA permitir que o aluno se ocupe de informações, reflita e desenvolva senso crítico em seu processo de aprendizagem, maior é a interação. O estudante precisa interagir com o ambiente de aprendizagem para realizar o que Solé (2009) denomina de construção de significados sobre os conteúdos do ensino e, a partir daí, explorar aspectos, como enfoques da aprendizagem, motivação e sua relação com o autoconceito, construção deste durante as interações significativas para o aluno. Tudo isso para nos conduzir a um sentido que promova o significado, estritamente interligado com uma aprendizagem.

Para estabelecer essa interatividade, Braga (2014, p. 29) propõe que o aluno precisa se sentir partícipe da ação pedagógica. Esse contexto tende a ampliar a eficácia quando realizado em ambientes que combinam as representações do conhecimento em comunicações verbais – palavras impressas, palavras faladas – e comunicações não verbais – ilustrações, fotografias, vídeos e animações -, utilizando a modalidade diversificada para as apresentações desse novo desafio de conhecimento (visuais e auditivas).

Um O. A. é construído, conforme Braga (2014, p. 33), visando almejar tanto a perspectiva pedagógica quanto a perspectiva técnica. Quanto às características pedagógicas, Galafassi *et al.* (2014 *apud* BRAGA 2014, p. 33) apontam como pontos pedagógicos importantes a interatividade, a autonomia, a cooperação, a cognição e a afetividade. Por outro lado, Braga (2014, p. 33) refere-se às questões tecnológicas: a confiabilidade, a interoperabilidade, o armazenamento, que se caracterizam ainda pela disponibilidade para o uso, pela acessibilidade, pela confiabilidade, pela portabilidade, pela facilidade de instalação, pela usabilidade, pela granularidade, pela agregação, pela durabilidade e pela reusabilidade, que constitui a principal característica técnica do OA e pode ser influenciada pelas demais.

5.2 Descrição e caracterização do objeto de aprendizagem

Em função das novas finalidades previstas para o Ensino Médio propostas pelo documento da BNCC, na versão de 2018, que normatiza o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais das etapas da Educação Básica, organizamos este O. A..

O Novo Ensino Médio prevê um currículo composto pela BNCC e pelos Itinerários Formativos. Desse modo, estruturamos uma proposta escolar aplicável ao contexto dos alunos do segundo e terceiro anos do Ensino Médio. Trata-se de um arranjo curricular, um exemplo de Itinerário Formativo que abrange as áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as bases para a formação técnica e profissional (BNCC, Portal MEC, 2018, p. 468).

Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional (BNCC, 2018, p. 468).

Os itinerários formativos correspondem, portanto, à parte flexível do currículo do novo Ensino Médio que proporciona aos estudantes o aprofundamento dos conhecimentos em uma ou mais áreas do seu interesse, permitindo que o aluno continue os estudos e se prepare para uma atuação qualificada no mercado de trabalho, bem como receba formação para exercer plenamente sua cidadania e resolver as demandas complexas da vida cotidiana (PORVIR. ORG, 2019).

Os Itinerários Formativos estão baseados em áreas do conhecimento (linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas), ou na formação técnica e profissional. Já o itinerário formativo integrado combina mais de uma área, podendo incluir a formação profissional (PORVIR. ORG., 2019)

Desse modo, intitulamos este modelo de O. A. como “Itinerário Formativo literatura como documentação histórica”. Em função da combinação de áreas, como Linguagens e

Ciências Humanas, nossa proposta de itinerário formativo insere-se na categoria de “itinerário formativo integrado”.

A BNCC propõe competências específicas para todas as áreas do Ensino Médio. Relacionado à área das Linguagens, destacamos duas que predominam em nossa proposta: a competência 2 e a 4. A competência 2 zela pela compreensão dos processos identitários, dos conflitos e das relações de poder que permeiam as práticas sociais da linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e de posições. Já a competência 4 prevê a compreensão das línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades, bem como vivenciando-as como forma de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2018, p. 490).

Das competências propostas para a área de Ciências Humanas, destacamos a competência 4 e a 7. A competência 4 resguarda a capacidade de analisar os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, visando à compreensão e ao posicionamento crítico em relação a eles. A competência 7 analisa as relações de produção, de capital e de trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, na consolidação e na transformação das sociedades (BNCC, 2018, p. 570).

Conteúdos

Os conteúdos abordados neste O.A. correspondem ao estudo de duas diferentes obras literárias, *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, e *Lazarillo de Tormes*, de autoria anônima, representantes do imaginário coletivo em suas respectivas épocas. Também abordaremos o estudo do período histórico de transição da Idade Média para a Moderna na Península Ibérica e ao período de meados do século XX no Nordeste brasileiro. Para que professor e aluno possam visualizar uma abrangente compreensão desse período histórico e das mentalidades residuais ibéricas presentes no imaginário nordestino, sugerimos uma sequência de práticas pedagógicas nos moldes dos Itinerários Formativos.

Para tanto, nossa proposta permite uma discussão mais profunda dos seguintes pontos: o final do período medieval, a dimensão espacial da península Ibérica, os gêneros literários medievais, as novelas de cavalaria, o romance picaresco, o movimento artístico do

Renascimento cultural europeu, o contexto social, político e econômico espanhol do século XVI, o teatro como literatura, a construção do personagem literário, o contexto histórico do Brasil da segunda metade do século XX, a literatura brasileira do século XX, representada pelo autor Ariano Suassuna, e a presença do personagem malandro na literatura brasileira pela *Teoria das residualidades*.

Como qualidades intelectuais necessárias ao processo de assimilação dos conhecimentos, esperamos dos envolvidos nesta proposta de ensino algumas habilidades, como a prática da leitura, o estabelecimento de relações intertextuais, uma experiência básica da língua espanhola, as percepções para comparar, para diferenciar e para organizar o trabalho escolar. Quanto às atitudes e às convicções, o tema proposto pretende orientar os alunos para a observação do comportamento humano em momentos de desigualdade social permeados por atitudes políticas e resguardados pela documentação histórica, implicitamente presentes nos registros literários.

Série/Ano

Consideramos ser esta atividade compatível com as habilidades e as competências previstas às turmas inseridas nos anos finais do Ensino Médio, 2º e 3º ano, pois requer habilidades no campo das Linguagens e das Ciências Humanas, que foram propostas pela BNCC, de 2018. Julgamos, desta maneira, que o professor estabeleça uma avaliação prévia dos elementos dos conteúdos de ensino previstos no item anterior e das habilidades contempladas no documento da BNCC. Tais medidas colaboram com o planejamento e com a execução da atividade proposta.

Objetivos

Entendemos que o objetivo geral desta proposta está em compreender os elementos históricos relacionados à Península Ibérica por meio da análise da obra *Lazarillo de Tormes* (1554) e as possíveis reverberações ou *residualidades* cristalizadas no personagem João Grilo, da obra de Ariano Suassuna, *Auto da Compadecida* (1955).

De modo mais preciso, almejamos como objetivos específicos de nossa proposta de ensino elucidar o final do período medieval da Espanha do século XVI, rememorar os principais gêneros literários medievais, contribuir para o conhecimento das condições

históricas que permitiram o surgimento do pícaro na narrativa, conhecer o contexto histórico do Brasil da segunda metade do século XX, estudar e utilizar os conceitos das *residualidades* para, então, compreender as possíveis reverberações da obra *Lazarillo de Tormes* presentes na formação do personagem Joao Grilo, da obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. Os conteúdos propostos devem auxiliar a orientação profissional do aluno que almeja uma profissão relacionada, principalmente, às áreas de Linguagens e Ciências Humanas, como, por exemplo, o turismo, o ensino de idiomas, a docência e as ciências sociais.

Painel geral do “Itinerário Formativo literatura como documentação histórica”

Mobiliza conceitos das áreas:

Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Perfil do egresso:

Exige-se que os egressos deste itinerário tenham uma formação básica no idioma espanhol, habilidades de leitura consolidadas, afinidades com o currículo das disciplinas de História e de Literatura, interesse pela cultura medieval e renascentista, noções intermediárias no uso de tecnologia para realização de pesquisa, para comunicação impressa e em mídias digitais.

Cursos que têm relação com as competências propostas pelo itinerário:

Turismo, História, Letras, Direito, Jornalismo, Relações Internacionais, Publicidade e Propaganda e diversos cursos superiores de linguagens e ciências sociais.

Competências específicas do itinerário:

- a) Compreender os elementos históricos relacionados à Península Ibérica por meio da análise da obra *Lazarillo de Tormes* (1554) e as possíveis reverberações ou *residualidades* cristalizadas no personagem João Grilo, da obra de Ariano Suassuna, *Auto da Compadecida* (1955);
- b) Elucidar o final do período medieval da Espanha do século XVI, rememorar os principais gêneros literários medievais e contribuir para o conhecimento das condições históricas que permitiram o surgimento do pícaro na narrativa;

- c) Comparar as realidades da Espanha do século XVI e do Brasil da primeira metade do século XX;
- d) Estudar e utilizar os conceitos das *residualidades* para, então, compreender as possíveis reverberações da obra *Lazarillo de Tormes* presentes na formação do personagem Joao Grilo, da obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna.
- e) Analisar a relação História, Literatura e sociedade, avaliando os fatos, os registros e as *residualidades* decorrentes da organização política e social.

Relação das competências do itinerário com as competências das áreas da BNCC

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Competências 1, 2, 4 e 6.

Linguagens e suas Tecnologias - Competências 1, 2, 4 e 7.

As habilidades referentes a este itinerário estão inseridas em todas as competências referidas acima, considerando uma composição integradora e interdisciplinar de seus conhecimentos.

Carga Horária: 100 h

Unidades Curriculares:

As unidades curriculares deste itinerário foram organizadas em módulos. Os módulos 1 e 2 fornecem fundamentos linguísticos e culturais, além de práticas que ampliam a formação do jovem para as carreiras universitárias e para o mundo do trabalho. O módulo 3 é composto de unidades curriculares específicas que permitem o avanço do jovem em temas de seu interesse e em nichos específicos de mercado relacionados aos cursos afins desta proposta. É importante frisar que os módulos e as unidades curriculares podem ser desenvolvidos de forma transversal por docentes de diversas **áreas do conhecimento, bastando distribuir as habilidades sugeridas nas áreas e nos componentes curriculares existentes.**

Módulo 1 (60h)

- a) Espanhol básico (20h)

- b) A Espanha dos Áustrias (20h)
- c) A picaresca clássica espanhola (20h)

Módulo 2 (20h)

- a) Noções do Brasil Colônia e Império – economia e sociedade (10h)
- b) Noções do Brasil República – economia e sociedade (10h)

Módulo 3 (Eletivas 20h)

- a) *Teoria das residualidades* (10h)
- b) Auto da Compadecida – autor e obra (10h)

Modalidades:

Sugerimos que o módulo básico ocorra preferencialmente na modalidade presencial; os demais módulos poderão ser ofertados na modalidade semipresencial ou a distância.

Pré-requisitos

As unidades preveem a prática da leitura como requisito principal, além disso, sugerimos que a organização em módulos seja progressiva.

Oferta das unidades pela escola

As unidades curriculares organizadas neste itinerário podem ser ofertadas de acordo com a proposta pedagógica da escola. Embora estejam alocadas em módulos, cada instituição poderá organizá-las de acordo com seus objetivos.

Relação com outros itinerários

Este itinerário dialoga e pode ser realizado de forma concomitante com outros Itinerários na área de História da Península Ibérica, Turismo e relações culturais entre Brasil e Península Ibérica.

Sequência de atividades – Unidades curriculares

Espanhol básico (20h)

Perfil do docente: com conhecimento de Língua espanhola em nível avançado

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

Carga horária semanal (CH): 2 ou 4 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|------------|---|--|
| 2h | Demonstrar o uso do espanhol como língua de comunicação, levando em conta a variedade de usos e a proximidade cultural com o idioma português, a cultura e funções dessa língua no mundo contemporâneo. | Recomendamos que o professor estabeleça uma conversa com os alunos sobre o idioma espanhol. De modo espontâneo, solicitar o discurso dos discentes sobre o prévio conhecimento do idioma e da cultura espanhola. |
| 10h | Tomar conhecimento das noções básicas de comunicação da língua espanhola. | Elaborar e seguir material básico à Introdução à língua espanhola. |
| 4h | Perceber a construção de mensagens no idioma espanhol por meio da análise e elaboração de tirinhas, de charges e de HQs. | Propor práticas de construção de mensagens no idioma espanhol por meio da análise e da elaboração de tirinhas, de charges e de HQs. |
| 4h | Fazer uso de expressões | Propor aos alunos a |

| | | |
|--|--|--|
| | simples do idioma espanhol inseridos num ambiente representativo da cultura espanhola. | elaboração e a apresentação de pequenas cenas do cotidiano da cultura espanhola. O ambiente criado para essas cenas pode também prever uma amostra da culinária espanhola. |
|--|--|--|

A Espanha dos Áustrias (20h)

Perfil do docente: conhecimento histórico da Península Ibérica

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis)

Carga horária semanal (CH): 2 ou 4 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|-----------|--|---|
| 4h | Conhecer objetos da cultura material e imaterial, bem como compreendê-los como suporte de conhecimentos, de valores, de crenças e de práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. | Apresentação e exposição do tema para os alunos. Destacar os principais fatos históricos do período. Propor, a cada aula, uma curta leitura específica que oriente os próximos debates. |
| 4h | Reconhecer em textos específicos as informações sobre o tema proposto. | Promover momentos de discussão dos textos propostos. |
| 8h | Interagir para elaborar e apresentar seminários relacionados aos assuntos | Organizar a apresentação de seminários sobre o tema proposto. |

| | | |
|-----------|---|--|
| | estudados. | |
| 4h | Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. | Propor aos alunos a elaboração de mapas mentais no ambiente digital, seguidos de apresentação e de fórum para debater as construções de cada participante. |

A Picaresca clássica espanhola (20h)

Perfil do docente: conhecimento literário e histórico da picaresca clássica espanhola

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis).

Carga horária semanal (CH): 2 ou 4 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|-------------|--|--|
| 2h | Conhecer a existência do pícaro na literatura espanhola. | Conceituar e expor as primeiras obras da picaresca clássica espanhola. |
| 10 h | Leitura da obra <i>Lazarillo de</i> | Atribuir aos alunos a leitura |

| | | |
|-----------|---|--|
| | <i>Tormes,</i> | orientada da obra <i>Lazarillo de Tormes</i> . |
| 8h | Partilhar percepções literárias e suas relações históricas. | Organizar momentos para debater a obra literária, bem como elucidar suas relações com a realidade histórica. |

Noções do Brasil Colônia e Império – economia e sociedade (10h)

Perfil do docente: conhecimento histórico do período Colonial e Imperial brasileiro.

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis).

Carga horária semanal (CH): 1 ou 2 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|-----------|---|---|
| 5h | Compreender, comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, de territorialidades e de fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e | Oferecer aulas expositivas e dialogadas sobre os principais fatos da história do Brasil colônia e imperial. |

| | | |
|-----------|--|--|
| | as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. | |
| 5h | Analisar e caracterizar as dinâmicas dos povos, das mercadorias e do capital no final do Império e começo da República, com destaque à mobilidade e à fixação de pessoas, de grupos humanos e de povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais. | Aulas expositivas e dialogadas. Organizar momentos para debater a movimentação dos grupos sociais em função das mudanças econômicas. |

Noções do Brasil República – economia e sociedade (10h)

Perfil do docente: conhecimento histórico do processo da República brasileira.

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis).

Carga horária semanal (CH): 1 ou 2 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|-----------|---|---|
| 5h | Compreender, comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, de territorialidades e de fronteiras, identificando o | Oferecer aulas expositivas e dialogadas sobre os principais fatos da história do Brasil colônia e imperial. |

| | | |
|------------------|--|---|
| | <p>papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.</p> | |
| <p>5h</p> | <p>Analisar e caracterizar as dinâmicas dos povos, das mercadorias e do capital no final do Império e começo da República, com destaque à mobilidade e à fixação de pessoas, de grupos humanos e de povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.</p> | <p>Aulas expositivas e dialogadas. Organizar momentos para debater a movimentação dos grupos sociais em função das mudanças econômicas.</p> |

Teoria das residualidades (10h)

Perfil do docente: Conhecimento híbrido – histórico e literário – dos períodos mencionados nesta proposta de trabalho (Contextos espanhol do século XVI e brasileiro do século XX).

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis).

Carga horária semanal (CH): 1 ou 2 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|-----------|--|---|
| 5h | Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. | Apresentar, explicar e demonstrar os argumentos da <i>Teoria das residualidades</i> . |
| 5h | Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. | Aulas expositivas e dialogadas. Organizar momentos de debates, seminários ou web conferências para discorrer sobre a incorporação de <i>residualidades</i> medievais na cultura brasileira. |

Auto da Compadecida – autor e obra (10h)

Perfil do docente: Conhecimentos literário e histórico do Brasil do século XX e conhecimentos linguístico-literários da obra de Ariano Suassuna.

Recursos necessários: sala de aula, computadores com acesso à internet (laboratório ou computadores portáteis).

Carga horária semanal (CH): 1 ou 2 horas

| CH | HABILIDADE | PRÁTICAS SUGERIDAS (Como desenvolver essa habilidade) |
|-----------|---|--|
| 5h | Analisar criticamente textos, de modo a compreender e a caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso. | Propor a leitura da obra <i>Auto da Compadecida</i> , do autor Ariano Suassuna. |
| 5h | Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias. | Aulas expositivas e dialogadas. Organizar momentos de debates, seminários ou web conferências para discorrer sobre as possíveis <i>residualidades</i> do imaginário espanhol, representado na obra <i>Lazarillo de Tormes</i> , presentes na obra <i>Auto da Compadecida</i> , de Ariano Suassuna. |

Essa série de ações, ao nosso entender, colaboram com a sequência pedagógica satisfatória à assimilação dos conhecimentos, das atitudes e das convicções propostas. Como recurso complementar a esse Itinerário Formativo, o O. A. sugerido pretende estimular a investigação do que está sendo produzido pelo imaginário narrativo espanhol do século XVI, além de motivar, pelo método das *residualidades*, a compreensão sobre as possíveis reverberações de *Lazarillo de Tormes* na obra de Ariano Suassuna, *Auto da Compadecida* (1955).

Neste ponto da atividade, os alunos poderão acessar o O.A. indicado pelo tema. Isso requer computadores, pelo menos um para cada dois alunos, visando ao aproveitamento satisfatório das atividades.

Durante esta etapa, todos os alunos, sob a orientação do professor, deverão acessar a página desenvolvida e interagir com os conteúdos relacionados ao tema para completarem os desafios (atividades) presentes. Essas atividades incluem questionamentos sobre os vídeos, sobre as obras, leitura de artigos, participação em testes lúdicos, como “caça-palavras”, “cruzadinhas”, “preenchimento de lacunas”, “jogo da força” e “jogo da memória”. Aspectos múltiplos de aprendizado estarão disponíveis nessa página, como a leitura, o entretenimento, as imagens e os sons.

Tipos de materiais utilizados

Para a completa realização das etapas deste plano, julgamos necessários: obras literárias (*Lazarillo de Tormes* e *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna), lousa comum ou papel pardo, TV ou tela para projeção do filme, sala de aula ou espaço afim e a internet pode ser utilizada, no entanto, para a atividade final, o O.A. também poderá ser aplicado off-line.,

Organização dos alunos para o desenvolvimento das atividades

Observamos que a proposta requer momentos diferenciados em relação à organização dos alunos. Recomendamos que os exercícios de leitura sejam de caráter individual. Para as práticas que têm a função de diagnosticar o conhecimento prévio dos estudantes, a exposição dos temas e a discussão, sugere-se a disposição em “U” de acordo com o tamanho da turma. Caso a escola disponha de um espaço próprio, um anfiteatro, seria um local apropriado para essa etapa. Para o uso do O.A., seria melhor o ambiente da “sala de informática”, pois sugere-se que os alunos façam as atividades em dupla por computador.

Organização dos conteúdos

Os conteúdos serão organizados de maneira pedagógica e didática, levando em conta o processo de assimilação ativa e a aplicação pelos alunos na sua vida cotidiana. Nesta proposta pedagógica, os conteúdos estão organizados em conceitos, em ideias, em fatos e em processos; orientados pelos modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudo, de trabalho e de convivência social; além de almejarem valores, convicções e atitudes.

Trata-se de um tema que solicita conhecimentos de outras áreas além da História. Conhecimentos literários e artísticos e do idioma espanhol corroboram para a aplicação e para o aprendizado do assunto.

Formato da avaliação

A avaliação escolar pode ser definida como um componente do processo de ensino que pretende, por meio da verificação e da qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, a partir daí, orientar uma tomada de decisões em relação à sequência de atividades didáticas (LIBÂNEO, 1994, p. 196).

Considerando o que Libâneo (1997, p. 196) propõe para o estudo da avaliação nos processos de ensino, esta possui *tarefas e funções*. São tarefas da avaliação: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa. A verificação consiste no diagnóstico, na coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, por meio de provas, de exercícios e de tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas, debates, etc. A qualificação corresponde à comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, à valoração por notas ou por conceitos. Já a apreciação qualitativa compreende a avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-se a padrões de desempenho esperados. Quanto às funções, Libâneo (1997, p. 196) afirma que a avaliação escolar cumpre, pelo menos, três funções: a pedagógico-didática, a de diagnóstico e a de controle.

Em função dessa classificação, entendemos que a atividade proposta cumpre, nos diversos momentos de aplicação, as tarefas de verificar, de qualificar e de apreciar qualitativamente o aluno e, quanto às funções, cumpre predominantemente a diagnóstica e a pedagógico-didática.

Sugerimos, portanto, que o formato da avaliação desta atividade aconteça de forma contínua desde o primeiro momento diagnóstico. Para tanto, o professor poderá fazer uso de um relato diário, registrando o comportamento e a participação dos alunos.

Orientações sobre o O.A.

Almejamos, com o uso do O.A. proposto, dinamizar o processo de ensino-aprendizagem sobre o tema escolhido. Trata-se de parte de um itinerário formativo construído para auxiliar a interação entre os professores, entre os professores e alunos e entre os alunos. Propomos, assim, algumas observações que consideramos pertinentes ao professor durante o uso do objeto:

O O.A. proposto constitui-se de um recurso construído por meio da plataforma geradora de conteúdo WEB – XERTE, que corresponde a uma ferramenta para construir páginas de internet. A plataforma foi disponibilizada pelo servidor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Disponibilizamos, inicialmente, os seguintes conteúdos ou itens geradores presentes nessa página interativa:

Apresentação
 A história e literatura
 A história e a memória
 Desafios teóricos entre História e Literatura
 Jogo do carrasco 1
 O romance picaresco
 Questionário
 Preenchimento de lacunas
 A Espanha dos áustrias
 O contexto histórico “apesar da riqueza”
 Os Áustrias
 Os reis católicos
 A origem dos Áustrias
 Os três Reis Áustrias
 Quis– Os Áustrias
 Desigualdades regionais e o Nordeste em Formação Econômica do Brasil
Auto da Compadecida
 Ariano Suassuna
 Jogo da memória
A Teoria das residualidades
 Trabalho sobre a *Teoria das residualidades*
 Lazarillo e João Grilo
 Referencias sugeridas

Informamos que o programa permite o acréscimo de outras atividades que poderão ser incluídas de acordo com a necessidade de renovação da proposta.

Para o dinamizar o trabalho do professor, prescrevemos algumas observações em relação aos itens já construídos:

A História e a Literatura

A História e a Literatura

A história ea literatura estão relacionadas com o centro das discussões contemporâneas que marcam a transição do século XX para o século XXI.



Escultura Barroca no Mosteiro de Wiblingen, na Alemanha. "La Memoria, La Historia e El Olvido".

Fig. 1. Tela correspondente à discussão entre História e Literatura.

Fonte: RICOEUR (2007, p. 16).

Nesta tela inicial, sugerimos ao professor destacar os aspectos artísticos da escultura proposta para o começo da discussão entre História e Literatura. Essa escultura barroca, *Cronos e a História*, do Mosteiro de Wiblingen, na Alemanha, pode ser explorada para fomentar os interesses, ou não, da manutenção da memória, da história e do esquecimento. É uma escultura que abre uma das obras do filósofo e pensador francês, Paul Ricoeur, “A memória, a história e o esquecimento”. A imagem poderá ainda ser ampliada pelos recursos propostos na tela seguinte, visando ao melhor aproveitamento da investigação, conforme representado na figura 2.



Fig. 2. Principais funções para explorar a imagem.

Fonte: RICOEUR (2007, p. 16).

Ainda sobre a discussão proposta, recomendamos a leitura de um artigo que subsidia fortemente o professor para a argumentação com os seus alunos. Apontamos que o professor destaque os principais pontos do artigo para os estudantes, motivando-os à leitura desses trechos e estabelecendo discussões com eles e entre eles em sala de aula.

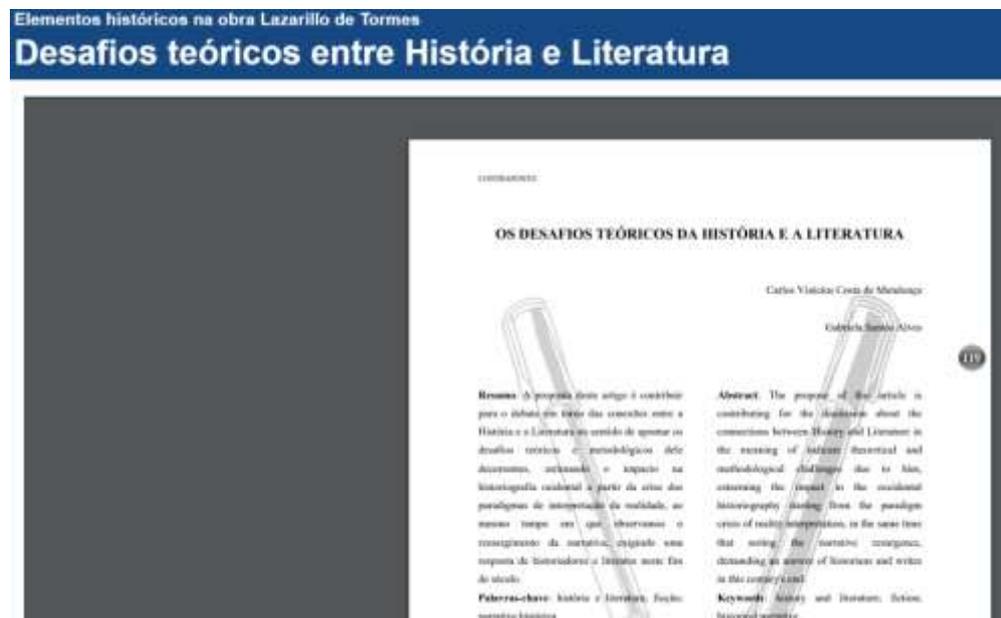


Fig.3. Proposta de leitura do artigo relacionado à discussão proposta.

Enfim, a partir da tela intitulada de “Carrasco 1”, o professor pode orientar os alunos a uma breve prática e incorporação dos principais termos norteadores da discussão proposta entre os desafios teóricos entre a História e a Literatura. Trata-se de um jogo simples, que muitos conhecem como “forca” e que o programa computacional trata como “carrasco”. Nele, os alunos necessitam pensar e digitar letras que simultaneamente poderão formar ou não palavras em destaque para a discussão proposta. Caso a letra digitada não faça parte da palavra, o “carrasco” imaginário vai conduzindo o desenho à forca, conforme visualizado na figura 4.



Fig. 4. Exemplo de uma ação malsucedida no jogo do “Carrasco 1”.

Nas telas seguintes, intituladas de “O Romance picaresco”, o professor poderá explorar a origem do termo “pícaro” por meio da leitura, da observação do vídeo explicativo e da análise dos registros históricos referentes ao início desse gênero na Espanha do século XVI. A figura 5 indica a tela com propriedades diversas de assimilação. As telas seguintes, evidenciadas nas figuras 6 e 7, propõem atividades, como “questionário” e “preenchimento de lacunas”, referentes às informações discutidas sobre o romance picaresco. Tanto uma quanto a outra constituem atividades simples. O “questionário” possui apenas uma resposta correta e um *feedback* para o aluno logo após sua tentativa. Já o “preenchimento de lacunas” foi proposto pelo método de arraste da palavra que o aluno julgue completar corretamente o texto.

Elementos históricos na obra *Lazarillo de Tormes*

O Romance Picaresco

O romance



Romance picaresco

Os romances escritos na Península Ibérica, particularmente na Espanha, entre os anos de 1599 e 1648, que representam um protagonista de um personagem que representa um tipo social marginalizado, passariam à História da Literatura com o nome de "romances picarescos", ou, de forma mais abrangente, "picaresca simplesmente espanhola" (GONZÁLEZ, 2010, p. 448)

Lazarillo de Tormes

Lazarillo emparedado/77

A história de Lazarillo se reveste de duplo anonimato: o de sua autoria e de quem tinha sido sido uma pessoa que tem o risco de ter uma vida não intuito de preservar um livro para uma posteridade. Em 1992, durante as reformas de uma casa em Barcarrota, na Espanha, foram encontrados, escondidos atrás de uma parede em forma de espelho, uma vez que os impressos da Inquisição, como uma edição do Lazarillo de Tormes impressos em Medina do Campo, no ano de 1554. Esta é, na opinião de estudiosos, o texto mais próximo do príncipe, classificado em 1552 como nunca jamais encontrado.



Fig.5. Tela com propriedades diversas de assimilação.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hM4YyU385zk>. Acesso em Nov. 20.

Fonte: <https://www.google.com/Flabibliotecamunicipaldebarcarrota.blogspot.com>. Acesso em Nov. 20.

Elementos históricos na obra *Lazarillo de Tormes*

Questionário

Interessante essa história implícita na literatura do século XVI... Então, após ler esses textos e ver o vídeo sobre as características da novela picaresca, tente responder as questões:



Question 1 of 3

Em 1992, durante as reformas de uma casa em Barcarrota, na Espanha, foram encontrados, escondidos atrás de uma parede em forma de espelho, uma vez que os impressos da Inquisição, como uma edição do Lazarillo de Tormes impressos em Medina do Campo, no ano de 1554.

De acordo com o texto sobre o achado da obra picaresca do século XVI, podemos considerar, de acordo com a reportagem que este livro ficou conhecido como:

- Lázaro mutilado
- Lazarillo de Tormes
- A casa de Lazarillo
- Lázaro do século XX
- Lazarillo emparedado

Fig. 6. Modelo de questionário proposto.

Elementos históricos na obra *Lazarillo de Tormes*

Preencha as lacunas

Ainda sobre a interação entre a História e a Literatura e sobre a origem da picaresca clássica, preencha as lacunas de acordo com os conhecimentos discutidos.



A história de _____ se reveste de duplo anonimato: o de sua autoria e de quem tinha sido sido uma pessoa que tem o risco de ter uma vida não intuito de preservar um livro para uma posteridade. Em 1992, durante as reformas de uma casa em _____, na Espanha, foram encontrados, escondidos atrás de uma _____ em forma de espelho, uma vez que os impressos da Inquisição, como uma edição do Lazarillo de _____ impressos em Medina do Campo, no ano de _____. Esta é, na opinião de estudiosos, o texto mais próximo do príncipe, classificado em 1552 como nunca jamais encontrado.

Fig. 7. Modelo de preenchimento de lacunas por arraste.

As telas seguintes, “A Espanha dos Áustrias”, “O contexto histórico”, “Os Áustrias” e “Os reis católicos”, constituem telas com o conteúdo de estudo, informações necessárias para as próximas ações propostas pelo O.A. Assim, aconselhamos uma leitura reflexiva dessas telas tanto pelo professor quanto pelos alunos. Logo após, na tela intitulada de “A origem dos Áustrias”, o professor possui o recurso de variar o tamanho da imagem para demonstrar a origem dos reis Áustrias do século XVI. Reiteramos que uma proposta do trabalho é elucidar os elementos históricos presentes na obra *Lazarillo de Tormes*, assim, justificamos a atenção aos reis Áustrias, que foram, inclusive, citados pelo protagonista da referente obra.

Encerramos o O.A. com um “quiz” e um “jogo da memória” referente ao tema central do trabalho. Julgamos importante mencionar que o jogo da memória liga a palavra a uma imagem por ela representada, conforme ilustrado na figura 9.



Fig. 9. Detalhe do jogo da memória.

Axiomático é o fato de as novas tecnologias, em especial a Internet, terem sido protagonistas de grandes mudanças na educação. Um elevado número de materiais virtuais educacionais é produzido e disponibilizado em repositórios nacionais e internacionais, no entanto, os professores encontram dificuldades para selecioná-los e reutilizá-los de modo adequado para dinamizar suas aulas. Grande parte desse obstáculo está no fato de os materiais nem sempre estarem organizados e catalogados de modo a facilitar a pesquisa e, além disso, parte desses materiais disponíveis precisa ser fragmentada pelos próprios docentes, a fim de atender às necessidades específicas de distintos contextos de aprendizagem.

Em função disso, é que planejamos, fundamentados pelas normas da BNCC, bem como orientados pelas instruções de construção de objetos pedagógicos, criar uma prática baseada nos “Itinerários Formativos” e construir um objeto de aprendizagem que contenha como característica básica a reusabilidade por parte dos professores e que possa apoiar o significativo aprendizado dos alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função da sua capacidade de fazer escolhas, o homem pode criar identidades que compõem a sua história e a história da sociedade. Essas identidades são influenciadas pelos referenciais adotados como padrão de análise de uma determinada realidade. Tais formas padronizadas de compreensão do mundo formam o imaginário coletivo de um povo. Diante do pressuposto de que a realidade pessoal ou a social é sempre fragmentada, percebemos sua complexidade, reconhecemos nossa incapacidade de conhecê-la por completo e buscamos formas documentais para ampliar esse entendimento.

Dentre essas formas, deparamo-nos com o teatro e com o romance. Manifestações que registram, além do alicerce estético, espaços, paisagens históricas e comportamentos sociais. A história acontece onde está o homem e isso nos permite concluir que ela está inserida em vários locais, tanto nos avatares do poder quanto nas anônimas margens sociais. O tempo também parece não interromper a retomada de comportamentos humanos em função de coincidências sócio-políticas em distintas sociedades. Outros tempos, outras formas. Sim, mas as reminiscências, a memória, o residual de uma época passada podem florescer, mesmo que adaptados em novos ambientes. A tradição literária pode, portanto, ser tomada como documentação, pois é capaz de comunicar o comportamento do homem inserido num determinado contexto.

A Espanha viveu, no século XVI, um estado de potência de primeira ordem. A unificação ideológica construída pelo longo processo da Reconquista territorial, a consolidação desse processo pelos Reis Católicos, a instalação do Tribunal do Santo Ofício e a conquista e a pilhagem da América demonstram a força do poder monárquico espanhol. No entanto, a centralização econômica, somada aos modelos e aos modos sociais, reduziu as possibilidades de reconhecimento social da burguesia, evidenciando desigualdades sociais. Dessa forma, os mecanismos de ascensão social burgueses, como o trabalho e a especulação, foram preteridos, gerando uma situação que potencializou a distância entre a nobreza e o povo, que encontrou possibilidades de ascensão social em caminhos marginais.

Nesse contexto econômico, registra-se a concentração de riqueza espanhola na busca pela apropriação de terras, fato que favoreceu a concentração territorial nas mãos de poucos, privilegiando o latifundismo. Assim, durante a época dos três primeiros reis Áustrias, o rei, o clero e as classes privilegiadas possuíam 95% do solo espanhol, enquanto os pequenos

proprietários se conformavam com o restante. Quase que a totalidade dos bens imóveis concentrava-se na posse de uma minoria aristocrática.

Em relação aos empreendimentos espanhóis no Novo Mundo, compreendemos que as grandes quantidades de metais, ouro e prata, pilhados pelos espanhóis, também serviram para pagar empréstimos resultantes de guerras e para aquisição de produtos de outros países europeus, como França, Itália, Holanda e Inglaterra. Paradoxalmente, com a abundância dos metais em solo espanhol, observou-se um aumento dos preços de produtos básicos seguidos de uma redução dos salários. O empobrecimento do terceiro estado, formado por comerciantes menores, artesãos e lavradores, colaborou para um contexto propício à formação de grupos marginais, como os mendigos, os vagabundos, os delinquentes, os fidalgos em decadência e os pícaros.

No outro polo de investigação de nosso trabalho, em relação ao Brasil, a compreensão do cenário social em meados do século XX nos impõe um olhar crítico para o passado colonial e o imperial brasileiro. A conduta administrativa, desde o período colonial, evidencia uma civilização de raízes rurais marcada por fazendeiros determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação. Para isso, o regime escravocrata foi uma prática satisfatória, que, somada ao monopólio da terra e ao latifúndio, colaborou para o atraso cultural brasileiro.

Em função desses fatores, o Nordeste brasileiro foi caracterizado por uma lentidão técnica própria de uma sociedade classista formada pelo senhor de grandes extensões de terra. Nesse cenário, deparamo-nos ainda com a figura do semisservo, um homem sem-terra, que, além dos flagelos climáticos, sofreu em função das relações de trabalho pré-capitalistas em regime de semiescravidão. Essas articulações administrativas e sociais permitiram a criação de uma barreira inacessível para o homem pouco favorecido.

No processo de formação histórica da economia nordestina, com a perda do impulso do crescimento das exportações de açúcar, o sistema tornou-se incapaz de propiciar a transição automática para a industrialização. À míngua desse crescimento, o Nordeste passou a expandir-se apenas horizontalmente, por meio de uma economia de subsistência e pela ocupação de terras de inferior qualidade, sujeitas ao fenômeno das secas. O crescimento rápido da economia do Centro-Sul do Brasil não impediu que o Nordeste continuasse a perder terreno em termos relativos na economia brasileira.

Esse quadro de subdesenvolvimento econômico impulsionou a população marginalizada a se deslocar por toda a parte, inclusive pelos centros urbanos. Nestes, o povo, sem instrução e apoio satisfatório, é mantido em serviços precários gerados pela pressão

social. Uma multidão prestando serviços domésticos, geralmente mal remunerados, esperando, muitas vezes, pela oportunidade de comer. Considerada uma área problema, o Nordeste foi, em meados do século XX, foco de políticas públicas que visavam ao desenvolvimento econômico da região.

A sociedade espanhola do século XVI e a brasileira de meados do século XX apresentam, cada uma a seu modo e seu tempo, uma conjuntura geradora de disparidades sociais oriundas de desajustes econômicos. As possíveis relações entre esses cenários de crise podem ser estudadas pelas similaridades históricas reverberadas pelo processo cultural das *residualidades*. Este método nos auxilia a entender os resíduos vivos e atuantes da cultura Ibérica que emigraram para a América. Além das heranças culturais, como, por exemplo, a oralidade dos contadores de histórias e dos folhetos de cordel, a estrutura socioeconômica brasileira é também uma amostra das reminiscências europeias.

A saber, as articulações econômicas espanholas do século XVI não impediram períodos de crise potencializadores de desigualdade social. De modo residual, práticas econômicas malsucedidas no Nordeste brasileiro também permitiram situações de crise que afetaram as classes menos privilegiadas. A observação da realidade econômica das condições espanholas e das nordestinas, reverberadas pelos personagens Lázaro e João Grilo, demonstra similaridades, como desequilibrada distribuição de renda, concentração de renda nas mãos de uma minoria aristocrata, latifúndio, dívida externa crescente, descontrole da inflação, diminuição dos salários, elevação dos impostos e impossibilidade de competir com o mercado estrangeiro.

Considerado o marco inicial da picaresca clássica espanhola, *Lazarillo de Tormes* emergiu no século XVI como uma narrativa inovadora. O pícaro é a paródia do cavaleiro medieval, pois seu comportamento é fruto do áspero choque com a realidade. O discurso de um subalterno fez da picaresca um gênero que atua como denúncia social e, ao mesmo tempo, como um registro histórico. Registro justificado por ser uma narrativa que esboça os traços de uma experiência temporal. A ficção impressa possibilita uma análise aberta do real, pois os acontecimentos constitutivos da realidade motivam a arte literária. Por meio da picaresca, reiteramos a percepção de que a história também existe e pode ser contada por aqueles que estão às margens do sistema.

Essa perspectiva ganhou ressonâncias pela Europa. Outros personagens baseados no pícaro clássico foram ganhando formas e adaptações coerentes às diferentes regiões. Na França, na Alemanha, na Inglaterra, em Portugal, outros pícaros, denominados de “neopícaros”, dinamizaram as narrativas, revelando novas formas de interpretar o mundo. Em

função do processo colonizador, a cultura europeia transpôs continentes, influenciando os povos do Novo Mundo, como o México e o Brasil. Tal situação gestou uma estrutura social escravocrata, exploradora e estamental, propícia e fértil ao discurso narrativo dos grupos subjugados. Em consonância com a história do Brasil, reconhecemos um pícaro aos nossos moldes, apresentado como o malandro brasileiro, um anti-herói que critica os cínicos comportamentos sociais idealizados pelo protagonismo histórico brasileiro.

Os primeiros estudos sobre essas reminiscências no Brasil apontam o personagem Leonardinho, da obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, como o primeiro registro do malandro brasileiro. A partir desse ponto, reverbera uma genealogia da malandragem expressa em outros personagens da literatura brasileira, cada um deles ligado a uma forma de expressão artística vigente e comprometido a colaborar com a compreensão da história do homem e da sua comunidade. Essa genealogia da malandragem consiste no estudo dos neopícaros moldados pela indumentária social brasileira.

Em relação às obras e aos personagens analisados neste trabalho, pode-se dizer que *Lazarillo de Tormes* é um romance que tem a pretensão de revelar as vozes excluídas do poder narrativo da História, relatando, por meio de um olhar marginalizado, as fendas históricas de seu tempo. Trata-se de uma narrativa que tende mais para realismo histórico do que para a fantasia. Esse contexto de marginalização nos é comunicado pelo personagem Lázaro de Tormes, que enfrenta as adversidades impostas pelas relações sociais de sua época.

Esse romance registrou fatos importantes do século de ouro espanhol. As batalhas entre mouros e cristãos, a intolerância religiosa, o governo dos Áustrias, as leis contra a mendicância nos povos espanhóis, a fama e os exageros do imaginário fantasioso das novelas de cavalaria. O tempo histórico influencia no enredo e Lázaro é a representação da miséria de um estrato social que precisa preocupar-se com a sobrevivência. Assim, ao conhecer as desigualdades sociais, Lázaro nos mostra uma estrutura social que impede a mobilidade entre grupos da sociedade. O lugar em que se encontra oferece apenas o caminho da marginalidade para obtenção de alguma mobilidade social.

Baseado em romances e histórias populares do Nordeste, a peça de teatro *Auto da Compadecida* tornou-se uma das obras mais conhecidas da dramaturgia brasileira. Uma obra que guarda *residualidades* ibéricas, constatando a presença de elementos culturais que reforçam a relação entre arte e sociedade. O próprio autor Ariano Suassuna declarou em entrevistas a influência da cultura Ibérica na criação de seus personagens, fato que pode ser comprovado pelas reverberações do pícaro, representadas nas ações do João Grilo.

Em João Grilo, encontramos a realidade do nordestino oprimido por parte do sistema latifundiário, representado pela figura do Major Antônio Brito de Moraes; pelas relações de trabalho, expressas pela figura do padeiro, e pela instituição religiosa, evidenciada pela figura de alguns de seus membros – estrutura social que mantém o processo de marginalização. Inicialmente, pelo viés do humor, a obra teatral de Suassuna critica os comportamentos mesquinhos executados por alguns “canalhas” presentes nesse contexto da estrutura social.

João Grilo é a voz que cadencia, por meio de suas traquinagens, o imaginário da cultura popular nordestina, como “o enterro do cachorro em latim”, “a venda do gato que descome dinheiro” e “a gaita benzida pelo Pe. Cícero”. No entanto, esse discurso jocoso permite desvelar opressões e desregramentos, como o coronelismo, a simonia, a injustiça social, a consciência de classes e a hipocrisia social. As consequências do latifúndio, da seca, da hipocrisia religiosa, da exploração do trabalho e do cangaço também perpassam o discurso e as ações de João Grilo.

Interessante e coincidente é o modo como esses oprimidos, Lázaro de Tormes e João Grilo, enfrentam as adversidades. Nessa reação, é que encontramos o pícaro e o neopícaro. Afinal, seu comportamento não é medido pelo bem ou pelo mal, mas, sim, pela necessidade de sobrevivência. Nesse sentido, as ações por eles praticadas são reflexos involuntários despertados por estruturas sociais e temáticas semelhantes. No caso dos nossos personagens, as respectivas estruturas sociais são acessadas pelo contexto de desigualdade social e a temática, pelos momentos de crise. Crises e desigualdades constantemente remanescentes em agrupamentos sociais em tempos distintos e revelados pela literatura.

Um romance e uma peça de teatro, gêneros diferentes acessados historicamente para dar voz aos subalternos. Lázaro e João Grilo demonstram, além de sua natureza humilde, parâmetros semelhantes, como a vida errante e repleta de trapagens, a condição servil, a fome como mestra da necessidade, o discurso necessário à sobrevivência e o choque áspero com a realidade. Comportamentos que fazem desses personagens seres de fronteira, capazes de superar a dicotomia entre o bem e o mal e revelar as nuances das corrupções humanas. São, portanto, entidades fictícias que nos proporcionam uma análise social de seu tempo.

Lázaro e João Grilo são as ferramentas que os autores utilizam para descortinar as fendas históricas, as mazelas sociais de maneira contextualizada. Afinal, o ambiente de miséria já não permite a figura de um herói idealizado. Lázaro e João Grilo são expressão e registro da desarmonia existente no sistema social. Por meio de uma cultura popular e de um discurso coloquial, João Grilo retoma, aos moldes nordestinos, a reflexão de Lázaro.

Remanesce em João Grilo a sagacidade e a malandragem de Lázaro, consequência do confronto com a realidade que os obriga a “aprender a valer-se por si mesmos” (ANÔNIMO, 2012, p. 35). A origem humilde, a falta de instrução, a exploração sofrida e as necessidades impostas pela conjuntura histórica foram os motores que os conduziram à picaresca e à neopicaresca. As diferenças temporais e as geográficas não impediram que as coincidências sócio-históricas permitissem, pelo processo de *hibridação cultural* com o Nordeste brasileiro, a *cristalização* de comportamentos sociais herdados do passado europeu. Longe dos avatares do poder, à margem da estrutura histórico-social, ambos constituem vozes representativas para o registro do passado. Esses personagens revelam uma realidade percebida entre as brechas sociais e, ao mesmo tempo, incorporam a voz do oprimido, mediante o registro literário.

O personagem João Grilo é, portanto, um neopícaro por resguardar reminiscências do pícaro clássico. Cientes de que o processo de colonização do Brasil permitiu a incorporação de um repositório de composições da literatura oral, cujas raízes estão postas na Europa Ibérica do final da Idade Média, percebemos que a representação do personagem, quando analisada com a devida cautela histórica e literária, constitui um elo entre a formação cultural nordestina e a cultura popular europeia do final da Idade Média e início do Renascimento. Diante do pressuposto de que a modalidade da picaresca caracteriza-se pelo seu aspecto histórico e evolutivo, João Grilo é o neopícaro que permite uma análise intertextual entre a realidade nordestina, em meados do século XX, e a espanhola do século XVI.

Assim, a voz atribuída ao marginalizado parece ser uma característica do gênero da picaresca que pode ser acessado em condições de desigualdades sociais, geradas por momentos de crise econômica. Onde quer que essas condições ocorram, o gênero da picaresca, sob as diferentes e possíveis adaptações, poderá ser acessado e entendido como uma forma de expressão capaz de complementar o entendimento histórico de uma comunidade.

Acreditamos que todas essas complexas relações entre a História, a literatura e as sociedades podem ser modeladas pelo viés pedagógico e utilizadas pelos professores e estudantes do Ensino Médio. Assim, atendendo às orientações e às exigências do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, da Universidade Federal de Alfenas, construímos um objeto de aprendizagem (O.A.), utilizando TICs. .

Amparados pelas discussões sobre os processos de ensino, pela interpretação de objetivos educacionais claros e pela visão de que a realização do processo de ensino-aprendizagem se dá em relação com o contexto social e o individual, adotamos o modelo dos

itinerários formativos, propostos pela BNCC (2018). Consideramos que o “Itinerário Formativo literatura como documentação histórica” pode colaborar com a inserção do tema central de nosso trabalho ao ambiente acadêmico do nível médio, bem como atender às orientações estruturais para o novo Ensino Médio propostas pela BNCC (2018).

Inserido como parte desse Itinerário Formativo, o O.A. é composto de tópicos em formato de *hiperlink* que, reunidos, constituem uma página de interação disponível on-line ou off-line. O objeto permite a consolidação dos conhecimentos propostos pelo Itinerário Formativo, auxilia na compreensão da picaresca e fomenta debates e discussões entre os estudantes e os professores. A plataforma descrita pode ser distribuída em recursos de armazenamento de dados, como CDs, pen-drives ou armazenada em drives. Além disso, será integrada ao repositório de Objetos de Aprendizagem, oferecido pela Universidade Federal de Alfenas.

O estudo dos personagens envolvidos nas obras aqui apresentadas fomenta a análise dos elementos históricos de suas respectivas épocas. Por meio deles, podemos desenvolver e ampliar a capacidade de ler a realidade de modo crítico. O entendimento de que as movimentações econômicas, sociais e políticas podem canalizar um certo tipo de narrativa, pode auxiliar professores e alunos quanto ao estabelecimento de conexões intertextuais entre os fatos históricos e o texto literário. Esse processo pode expandir a compreensão das conduções políticas e sociais que sempre acompanham a humanidade. As etapas propostas pelo “Itinerário Formativo Literatura como documentação histórica” têm, além dessas pretensões, o objetivo de motivar professores e alunos ao aprofundamento das relações entre a História e a literatura.

Cientes de que as *residualidades* correspondem àquilo que permanece de uma época em outra pelo processo de *hibridação* e *cristalização cultural*, João Grilo é a concretização dos costumes e das mentalidades herdadas e reconfiguradas aos moldes nordestinos. Sua ação nos permite encontrar *residualidades* da picaresca clássica como o choque áspero com a realidade, a possibilidade de “subir na vida” somente por meio da trapaça, o discurso malandro à custa da sobrevivência, a esperteza movida pela necessidade básica de sanar a fome e a facilidade de transitar entre as distintas camadas sociais. Lázaro de Tormes e João Grilo estão subordinados a uma nova ordem social na qual a prioridade é a sobrevivência.

Nesse sentido, o desenvolvimento e a utilização de um O. A. auxiliam professores e alunos do Ensino Médio na compreensão dos conceitos básicos relacionados à picaresca espanhola e às *residualidades* inerentes à evolução do neopícaro. Ao apresentar o contexto do século XVI, relacionando-o ao comportamento do personagem Lázaro de Tormes e replicar

essa sequência de ações ao contexto e ao comportamento que envolve o personagem João Grilo, o Itinerário Formativo contendo o O.A. dinamiza o estudo do tema proposto. Além de permitir o contato do aluno com esses saberes, é um elemento que contribui para a construção de um olhar crítico sobre os processos históricos e as suas relações com o universo literário.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *et al.* (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANÔNIMO. **Lazarillo de Tormes**/ edição de Medina del Campo, 1554; organização, edição do texto em espanhol, notas e estudo crítico de Mário M. González; tradução de Heloísa Costa Milton e Antônio R. Esteves; revisão de tradução de Valeria De Marco. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ASENSI PÉREZ, M. “De los usos del canon: el canon por venir y el Lazarillo desfigurado”, **Signa**, Valencia, v. 18, p. 45-68, 2009.
- BASSO, Eugênia Adamy; FONSECA, Cláudia Lorena. A intertextualidade e o discurso religioso no cindir do sujeito perverso. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 30, Jan./Abr., 2018.
- BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. Michel Beaud, tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cuntrix, 2006.
- BOTOSO, Altamir. A recriação do pícaro na literatura brasileira: o personagem malandro. **Letrônica**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 122-135, jul. 2011.
- BOTOSO, Altamir. **Romance picaresco e malandro: a consagração do anti-herói**. **Revista Trama**, Cascavel, v. 12, n. 25, p.205 -235, 2016.
- BRAGA, Juliana Cristina (Org.). **Objetos de Aprendizagem, volume 1: introdução e fundamentos**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>. Acesso em: 22 de Dez. de 2019.
- _____. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 22 de Dez. de 2019.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Média**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CALZÓN GARCÍA, José Antônio. Literatura, Historia y Subalternidad. El Lazarillo: Acciones y Palabras de un sometido. **Philologica Canariensia**, Gran Canaria, n. 24, pp. 39-54, 2018.
- CANDIDO, Antonio. *et al.* **A personagem da ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. Dialética da Malandragem - caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, USP, 1970, n. 8, p. 67-89.

CARLINO, Linda. **Carlos V: orgulho, poder, paixão e arrependimento**. Tradução Leonor Cione. São Paulo: Editora Europa, 2013.

CARVALHO, Marta Raquel Oliveira de; SALES, Francisco Thibério Arruda. Uma “longa Idade Média” no sertão brasileiro sob a ótica dos Annalistas. **Revista Historiar**, Sobral, v. 06, n. 11, p. 89-100, 2014.

CASTANHO, Maria Eugênia. A dimensão intencional do ensino. In: VEIGA, Ilma P.A. (*et al*). **Licões de Didática**. Campinas (SP): Papirus, p.35-54, 2006.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. M. (orgs.). A história contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. La construcción estética de la realidad: vagabundos y pícaros en la Edad Moderna. **Tiempos Modernos**, Madrid, v.3, n. 7, p. 1-15, 2002- 03.

COROMINAS, E. T. Un oficio real: el Lazarillo de Tormes en la escena de la Corte. **Criticón**, Madrid, n.113, p.85-118, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Rev. Nova economia**, Belo Horizonte, n.19, p. 227-249, mai./ago. 2009.

Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1006/te.1006.pdf>. Acesso em: Set. de 2019.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. **La sociedad española en el siglo XVII**. Madrid, C. S. I. C. Instituto «Balmes» de Sociología. Departamento de Historia Social. Madrid, vol. I, 1963.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução: Pedro Süsskind; Prefácio, Roger Chartier. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FACÓ, RUI. **Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, (Revisitando o Brasil), v.2, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FOLLADOR, K. J. A Guerra Trastâmara como um exemplo da intolerância contra os judeus na idade média. **Revista do Instituto cultural judaico Marc Chagall**, Espírito Santo, v. 6, n. 1, p. 87 -102, jan.-jun. 2014.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2 ed. São Paulo : Brasiliense, 2001.

FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo**. Carlos Fuentes; tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FURTADO, Celso. **A Saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, arquivos Celso Furtado, v.3, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLEZ VESGA, José Manuel. **Breve historia de España**. Alianza editorial, S.A. Madrid. 2 ed. 2015.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. **La época medieval**. Madri: Aliança, 1980.

GARCÍA SANJUÁN, A. La distorción del Al-Andalus en la memória histórica española. **Intus-Legere Historia**, Huelva, España, v. 7, n. 2, p. 61-76, 2013.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso; trad. dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZÁLEZ, Mário Miguel. **A saga do anti-herói: estudo sobre o romance picaresco espanhol e algumas de suas correspondências na literatura brasileira**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

_____. **Leituras de literatura espanhola: da Idade Média ao Século XVII**. São Paulo: Letraviva: Fapesp, 2010.

_____. **cervantesvirtual.com**. 1986.
[file:///C:/Users/FAM%C3%8DLIA/Downloads/picaresca-historia-o-discurso-para-una-aproximacion-al-picaro-en-la-literatura-brasilena%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/FAM%C3%8DLIA/Downloads/picaresca-historia-o-discurso-para-una-aproximacion-al-picaro-en-la-literatura-brasilena%20(1).pdf). Acesso em: Ago. de 2019.

_____. **O Romance Picaresco**. São Paulo: Editora Ática, série Princípios, 1988.

_____. In: ANÔNIMO. **Lazarillo de Tormes**/ edição de Medina del Campo, 1554; organização, edição do texto em espanhol, notas e estudo crítico de Mário M. González; tradução de Heloísa Costa Milton e Antônio R. Esteves; revisão de tradução de Valeria De Marco. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012. *Nota 16*, p.29.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras.1995.

LÁZARO CARRETER, F. **“Lazarillo de Tormes” en la picaresca**. Barcelona: Ariel. 1972.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In.: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierry. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

_____. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA JUNIOR, Arnaud Soares de. **A escola no contexto das tecnologias de comunicação e informação: do dialético ao virtual**. Salvador: EDUNEB, 2007.

LINHARES, Ronaldo Nunes. **Gestão em comunicação e educação: o audiovisual no espaço escolar**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LITWIN, Edith (org.). **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LYNCH, John. **Los Áustrias, 1516 – 1700**. Traducción castellana de Juan Faci. Barcelona: Crítica, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MARAVALL, José Antônio.: La literatura picaresca desde la historia social (siglos XVI y XVII). **Cuadernos de Historia Moderna**, Norteamérica, n. 9, 1988. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/CHMO8888110258B/24360>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

MARTÍNEZ, G. Lazarillo o la voz del otro, **Espéculo: Revista de estudios literários**, v.28, 2004. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero28/lazarillo.html>. Acesso em: Set.2020.

MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MEDINA, Celso. Intrahistoria, cotidianidad y localidad. **Atenea**, Barcelona, n.500, p. 123-143. II sem. 2009.

MENDONÇA, C. V. C. de; ALVES, G. S. Os Desafios Teóricos Da História e a Literatura. **CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 2, n. 1, p.119-128, ago. 2013.

MOREIRA, Aline Leitão. Em terras nordestinas: A história do amor de Fernando e Isaura – resíduos do medievo. **Letras**. Macapá. v.6, n.1, p. 200-212, 1º sem. 2016.

MOREIRA, Rubenita Alves. **Dos mitos à picaresca: uma caminhada residual pelo Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna**. 2007. 229 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Letras, Mestrado em Literatura Brasileira Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2.ed. ver. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

NORONHA, Luiz. **Malandros** – notícias de um submundo distante. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortes (org.). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 9-35.

OLIVEIRA, Katia Aparecida da Silva. Entre cavaleiros e pícaros: literatura e sociedade espanhola da Idade Média ao Renascimento. **SIGNUM - Revista da ABREM**, v. 18, n. 1, p. 104-122, jul. 2017.

OLIVEIRA, Maria Milene Peixoto de. **Resíduos da picaresca espanhola no Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016. 120 f.

ONRUBIA, Javier. Ensinar: criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir. In: COLL, César (*et al*). **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2009. p.123-150.

ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio. **Breve História de Carlos V**. Madri, Espanha: Nawtilus, 2018.

OSCAR, Henrique. “Prefácio”. In : SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 34 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2000.

PANDOLFI, Maria Angélica. Diálogos com a picaresca espanhola no teatro e no cinema brasileiros: o caso de Ariano Suassuna e seu Auto da Compadecida (Guel Arraes, 2000). **Imagofagia-Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, Buenos Aires, n. 14, 2016.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres. A cristalização do imaginário medieval na literatura de cordel. **Nau Literária: crítica e teoria de literaturas**, Porto Alegre, v. 10, n. 02, jul/dez 2014.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres. **Resíduos culturais e literários do medievo europeu cristalizados na identidade do herói sertanejo**. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2010.

PERRENOUD, P. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 04, dez 1995.

PONTES, Roberto. Residualidade e mentalidade Trovadoresca no Romance de Clara Menina. In: **Comunicação ao III Encontro Internacional de Estudos Medievais**, Rio de Janeiro, 1999.

PONTES, Roberto. A falsa oposição cultura popular / cultura erudita ou fundamentos populares da cultura escolarizada. In: **CONFERÊNCIA DE ABERTURA DA II JORNADA DE RESIDUALIDADE**, 2009, Fortaleza: UFC/GERLIC, 16 de nov. de 2009. Disponível em:

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33212/3/2016_dis_mmpoliveira.pdf. Acesso em Set. 2019.

PONTES, Roberto. **Entrevista sobre a Teoria da Residualidade**, com Roberto Pontes, concedida a Rubenita Moreira, em 05/06/06. Fortaleza. 2006. Disponível em: file:///C:/Users/FERREIRAMEGDA/Downloads/2018_captiv_fwrlima.pdf. Acesso em Set. 2019.

PONTES, Roberto. O viés afrobrasílico e as literaturas africanas de Língua Portuguesa. In: **Conferência proferida no II Encontro de Professores Africanos de Língua Portuguesa**. São Paulo, USP, 2003. p. 56-67.

PORVIR – Inovações em educação. Disponível em: <https://porvir.org/novo-ensino-medio-entenda-os-itinerarios-formativos>. Acesso em Jan. 20.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança M. Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora de Unicamp, 2007.

RÍOS SALOMA, Martín F. De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (una revisión historiográfica. Siglos XVI –XIX). **La España Medieval**, Madri, Espanha, v. 28, p. 379-414, 2005.

ROCHA, Gilmar. “Eis o malandro na praça outra vez”: a fundação da discursividade malandra no Brasil dos anos 70. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.10, n. 19. p. 108-121, 2º sem. 2006.

RODRÍGUEZ GILES, A. I. **Representaciones en torno a los marginales durante el Siglo de Oro Español**. Tesis de posgrado. 2014. 298 f. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. En Memoria Académica. 2014.

RUIZ ORTIZ, Miguel Ángel. La monarquía española de los Austrias en los siglos XVI y XVII. **Revista de Claseshistoria**. Andalucía, Espanha. 2012. Disponível em: <http://www.claseshistoria.com/revista/index.html> . Acesso em: Set. 2019.

SALVADOR AGUADO, Andreut. **Algunas observaciones sobre El Lazarillo de Tormes**. Editorial Universitária, Guatemala, n. 51, 1965.

SAMOUYAL, Tiphaine. **Intertextualidade**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, Pedro Brum. **Teorias do romance: relações entre ficção e história**. Santa Maria: UFSM, 1996.

SARAMAGO, José. "História e ficção". In: **Jornal de Letras, Artes e Idéias**. Lisboa: s/e, 1990, pp. 7-19.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SILVA, Fernanda Maria Diniz da. **Mentalidade e Residualidade em Memória Corporal, de Roberto Pontes**. 2007. 131f. Dissertação (Mestrado) Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Imaginário. In: _____. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, J.T.L.; PONTES, R. A teoria de residualidade como abordagem literária: uma breve análise de *Marília de Dirceu*. **Rev. Entrelaces**, Fortaleza, ano III, n. 1, p. 47-54, 2013.

SOLÉ, Isabel. Disponibilidade para a aprendizagem e sentido da aprendizagem. In: COLL, César (*et al*). **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2009. p. 79-121.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. Da Reconquista hispânica à conquista do Novo Mundo: uma análise do espírito cruzadístico Ibérico. In: **Anais da X Jornada de Estudos e Medievais**. Universidade Estadual de Maringá, 21 a 23 de setembro de 2011. doi: 10.4025/10jeam.ppeuem.03058.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Mediafashion, 2008.

_____. **Cadernos de literatura brasileira**. São Paulo. Instituto Moreira Sales. 2000.

_____. **O Movimento Armorial**. Recife: Editora Universitária/ Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

TENA GARCÍA, Soledad. La formación de los Reinos y Condados Cristianos. In: MONSALVO ANTON, José Maria. **História de la España Medieval**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014.

TODOROV, T. **La conquista de América**. La cuestión del otro. México: Siglo XXI. 1987.

VASSALO, Lúcia. **O sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

VEIGA, Ilma P.A. Ensinar: uma atividade complexa e laboriosa. In: _____ (*et al*). **Lições de Didática**. Campinas (SP): Papirus, 2006. P.13-32.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIVES VIVES, Jaume. **Historia de España y America social y económica**. 2. Ed. Barcelona, Espanha: Vicens-bolsillo, vol. III, 1974.

WILLIAMS, Raymond. Dominante, Residual e Emergente. In: _____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 124-129.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica no século XIX. Trad. José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

ZABALA, Antoni. A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem: instrumentos de análise. In: _____. **A prática educativa**: como ensinar. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

ANEXO A – Genealogia de Carlos V (CARLINO,2013, p. 11)

